



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Criado pela Lei Municipal n.º 3.561/2005 e alterado pelas Lei n.º 4.143/2012 e Lei n.º 5.304 de 30 de novembro de 2021

RESOLUÇÃO 001/2025

O Conselho Municipal de Saúde de Uruguaiana, criado pela Lei n.º 3.561 de 29 de dezembro de 2005, alterada pela Lei n.º 4.143 de 18 de dezembro de 2012 e pela Lei n.º 5.304 de 30 de novembro de 2021, constitui-se no órgão colegiado, deliberativo, normativo, fiscalizador e permanente na composição do Sistema Único de Saúde – SUS, no Município. Controla e avalia a execução da Política Municipal de Saúde, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros, conforme determinação do inciso III, do artigo 198, da Constituição Federal, da Lei Federal n.º 8080 de 19 de setembro de 1990, da Lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990, da Resolução n.º 453/2012, da Lei complementar n.º 141 de 13 de janeiro de 2012, do Decreto Federal n.º 7.508 de 28 de junho de 2011, e é composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, cujas decisões serão consubstanciadas em Resoluções na Planária:

Considerando a reunião plenária do CMS/Uruguaiana realizada no dia 05 de fevereiro de 2025 onde foram apresentados, pela Secretaria Municipal de Saúde, os projetos de suplementação orçamentária n.º 001/2025; n.º 002/2024 e n.º 003/2025.

RESOLVE:

1 - Aprovar o projeto de suplementação orçamentária n.º 001/2025, por superávit financeiro, no valor total de R\$ 11.548.225,18; o projeto de suplementação orçamentária n.º 002/2025, por redução no orçamento vigente no valor de R\$ 1.500.00,00 e o projeto de suplementação orçamentária n.º 003/2025, também por redução, no valor total de R\$ 442.120,00.

Uruguaiana, 05 de fevereiro de 2025.

Rene Piccoli

Presidente do CMS/Uruguaiana

Nome	Vinculo	Saldo 31/12	Restos a pagar	Restos a liquidar	Valor a suplementar
Medicamentos	4050	R\$ 154.332,11	R\$ -	R\$ 38.806,26	R\$ 115.525,85
CSF Estado	4090	R\$ 102.765,20	R\$ -	R\$ 4.080,00	R\$ 98.685,20
CAPS AD/II	4220	R\$ 604.250,02	R\$ -	R\$ -	R\$ 604.250,02
UPA	4170	R\$ 100.981,34	R\$ -	R\$ -	R\$ 100.981,34
PIES	4011	R\$ 529.773,86	R\$ 34.117,62	R\$ 20.835,07	R\$ 474.821,17
OF. TERAPEUTICAS	4011	R\$ 124.244,41	R\$ -	R\$ -	R\$ 124.244,41
REDE CEGONHA	4011	R\$ 47.758,34	R\$ -	R\$ -	R\$ 47.758,34
RACISMO/QUILOMBO	4090	R\$ 151.046,45	R\$ -	R\$ -	R\$ 151.046,45
PIM	4160	R\$ 470.274,98	R\$ -	R\$ -	R\$ 470.274,98
DENGUE	4190	R\$ 180.707,88	R\$ -	R\$ -	R\$ 180.707,88
UPA EQUIPAMENTOS	4293	R\$ 381.546,01		R\$ 285.000,00	R\$ 96.546,01
SAMU	4170	R\$ 1.192.764,87	R\$ 18.578,19	R\$ -	R\$ 1.174.186,68
INVESTIMENTO	4500 A 4503	R\$ 1.626.130,65	R\$ -	R\$ 287.202,40	R\$ 1.338.928,25
CUSTEIO	4500 A 4503	R\$ 1.089.183,86	R\$ 267.010,14	R\$ 139.799,99	R\$ 682.373,73
VISA	1123	R\$ 260.330,65	R\$ -	R\$ -	R\$ 260.330,65
PISO ENFERMAGEM	4505	R\$ 2.209.417,93	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.209.417,93
CALAMIDADE	4501	R\$ 3.418.146,29	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.418.146,29
					R\$ 11.548.225,18

07.03

MEDICAMENTOS - 4050

SALDO FINANCEIRO EM 31/12/2024	(-) Restos a pagar	(-) Restos a Liquidar	Valor a suplementar
154.332,1*	-	38.806,26	

FUNCIONAL 10.301.4153.4.233

COD.	RLBRICA	Suplementar
987	3.3.90.32 MATERIAL DE DISTRIBUÇÃO GRATUITA	90.525,85
4297	3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00
		115.525,85

53=3

7506

Nº 1

fr. 262-

df. 4050



Navegue pela CAIXA



SAÍDOS

EXTRATOS

MOVIMENTO DIÁRIO D/C

INVESTIMENTOS

TRANSFERÊNCIAS

PAGAMENTOS

CONSULTAS

UTILITÁRIOS

FUNDO CAIXA FMS - 0055 - PRÁTICO

[Saiba Mais](#) [Meu Perfil](#) [Novo Acesso](#) [Sair](#)

Investimentos

:: Informativos de Movimentação

Conta Vinculada: Agência / Tipo / Conta ou Seleção da Lista 2844/006/00033477-8

Tipo Produto:

☐ Fundos ☐ Renda Fixa

CONFIRMAR

Produtos:

0055 - PRÁTICO

Conta Referência:

2844/006/00033477-8

Produto Referência:

0055 - PRÁTICO

Nome:

FMSU PROGRAMA FARMACIA BASI

Período:

de: 31/12/2024

até: 31/12/2024

PESQUISAR

ou mês:

ano:

PESQUISAR

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Quantidade de Quotas	Valor
31/12/2024	-	Saída Atualizado	-	154.332,11C

Opções de Download:

[Sua Segurança](#)

PLANILHA

TEXTO

RETORNAR

Até CAIXA

4004 0 104 (Capitais e Regiões Metropolitanas)
0800 104 0 104 (Demais Regiões)

SAC

0800 726 3101

Ouvidoria

0800 725 7474



ESF Estado - 4090

SA_LDO FINANCEIRO EM 31/12/2024	(-) Restos a pagar	(-) Restos a Liquidar	Valor a suplementar
102.765,20	-	4.380,00	98.385,20

FUNCIONAL 10.301.4145.4.225

CÓD.	RUBRICA	Suplementar
957	3.3.90.39 SERV TERCEIROS PJ	98.685,20
		98.685,20

6109

Nº 2

FR: 2621

DF: 4090

[Navegue pela CAIXA](#)[SAÍDOS](#)[EXTRATOS](#)[MOVIMENTO DIÁRIO D/C](#)[INVESTIMENTOS](#)[TRANSFERÊNCIAS](#)[PAGAMENTOS](#)[CONSULTAS](#)[UTILITÁRIOS](#)[Clique aqui para Fazer Login](#)[Clique aqui para Criar Conta](#)[Saiba Mais](#) | [Meu Perfil](#) | [Novo Acesso](#) | [Sair](#)

Investimentos

:: Informativos de Movimentação

Conta Vinculada: Agência / Tipo / Conta ou Seleção da Lista

Tipo Produto

☐ Fundos ☐ Renda Fixa**CONFIRMAR**

Produtos:

Conta Referência:

2844/006/00033485-9

Produto Referência:

0055 - PRATICO

Nome:

FMS JES SAJDE FAMILIA ESF P

Período:

de: até: **PESQUISAR**ou mês: ano: **PESQUISAR**

Período	Qtde. Doc.	Histórico	Quantidade de Quotas	Valor (R\$)
31/12/2024	-	Saldo Atualizado	-	102.765,20C

Opções de Download:

PLANILHA**TEXTO**[Sua Segurança](#)**RETORNAR**

Atô CAIXA

4024 0 104 (Capitais e Regiões Metropolitanas)
0800 104 0 104 (Demais Regiões)

SAC

0800 726 3101

Ouvidoria

0800 725 7474

Atô

CAPS II/AD - 4220

SALDO FINANCEIRO EM 31/12/2024	(-) Restos a pagar	(-) Restos a Liquidar	Valor a suplementar
604.250,02	-	-	604.250,02

FUNCIONAL 10.302.4155.4.235

CÓD.	RUBRICA	Suplementar
4305	33.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	150.000,00
5378	3.3.90.32 SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	154.250,02
		304.250,02

5377

5378

FUNCIONAL 10.302.4186.4.274

CÓD.	RUBRICA	Suplementar
5379	33.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	140.000,00
5466	3.3.90.39 SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	160.000,00
		300.000,00

e 5379?

7509

Nº 3

FR: 2500 2621

DF: 40 4220



>>

- SALDOS
 TRANSFERÊNCIAS
 EM CUSTEIO CAPS II RS
- EXTRATOS
 PAGAMENTOS
 IMPOSTOS
- MOVIMENTO DIÁRIO D/C
 CONSULTAS
 JUTILITARIOS
- INVESTIMENTOS

[Saiba Mais](#)
[Meu Perfil](#)
[Novo Acesso](#)
[Sair](#)

Investimentos

:: Informativos de Movimentação

Agência
 Tipo
 Conta
 ou
 Selecione da Lista

Conta Vinculada:

Tipo Produto:

Produtos:

☐ Fundos
 ☐ Renda Fixa

Conta Referência:
 Produto Referência:
 Nome:
 Período:

2844/006/00033499-9
 0055 - PRATICO
 FMSU CUSTEIO CAPS II RS

de:
 até:

ou mês:
 ano:

Data Mov.	Mo. Doc.	Histórico	Quantidade de Quotas	Valor Atual
31/12/2024	-	Saldo Atualizado	-	604.250,32C

Opções de Download:

Sua Segurança

Atê CAIXA
 4004 0 104 (Capitais e Regiões Metropolitanas)
 0800 104 0 104 (Demais Regiões)

SAC
 0800 726 0101

Ouvldoria
 0800 725 7474

UPA - 4170

SALDO FINANCEIRO EM 31/12/2024	(-) Restos a pagar	(-) Restos a Liquidar	Valor a suplementar
100.981,34	-	-	100.981,34

FUNCIONAL 10.301.4159.4.239

CÓD.	RUBRICA	Suplementar
993	3.3.90.39 SERVIÇOS DE PJ	100.981,34
		100.981,34

Desp: 5381
TR: 2621
AF: 4170

Nº 2



Navegue pela CAIXA

[SALDOS](#)[EXTRATOS](#)[MOVIMENTO DIÁRIO D/C](#)[INVESTIMENTOS](#)[TRANSFERÊNCIAS](#)[PAGAMENTOS](#)[CONSULTAS](#)[UTILITÁRIOS](#)[TÍTULOS E VALORES EM CIRCULAÇÃO](#)[Saiba Mais](#) | [Meu Perfil](#) | [Novo Acesso](#) | [Sair](#)

Investimentos

:: Informativos de Movimentação

Conta Vinculada: Agência / Tipo / Conta ou Seleção da Lista 2844/006/000333001-2

Tipo Produto

☐ Fundos ☐ Renda Fixa

CONFIRMAR

Produtos:

0055 - PRATICO

Conta Referência:

2844/006/000333001-2

Produto Referência:

0055 - PRATICO

Nome:

FMSJ - CPA - CUSTEIO MANUTENCAO

Período:

de: 31/12/2024

até: 31/12/2024

PESQUISAR

ou mês:

ano:

PESQUISAR

Período	Moeda	Histórico	Quantidade	Valor
31/12/2024	-	Saldo Atualizado	-	100.961,34C

Opções de Download:

PLANILHA

TEXTO

[Sua Segurança](#)

RETORNAR

Até CAIXA

4004 0 104 (Capitais e Regiões Metropolitanas)
0800 104 0 104 (Demais Regiões)

SAC

0800 725 0101

Ouvidoria

0800 725 7474

PIES - 4011

SALDO FINANCEIRO EM 31/12/2024	(-) Restos a pagar	(-) Restos a Liquidar	Valor a suplementar
529.773,86	34.117,62	20.835,07	474.821,17

FUNCIONAL 10.301.4144.4.224

CÓD.	RUBRICA	Suplementar
943	3.3.90.39 SERV. TERCEIROS P.	474.821,17
		474.821,17

Nº 5

desp: 6108
 fa 2621
 df : 4011



Navegue pela CAIXA



SALDOS

| EXTRATOS

| MOVIMENTO DIÁRIO D/C

| INVESTIMENTOS

TRANSFERÊNCIAS

| PAGAMENTOS

| CONSULTAS

| UTILITÁRIOS

Meu CAIXA Atualizar Perfil

[Saiba Mais](#) [Meu Perfil](#) [Novo Acesso](#) [Sair](#)

Investimentos

:: Informativos de Movimentação

Conta Vinculada: Agência / Tipo / Conta ou Selecionar da Lista 2844/006/00033479-4

Tipo Produto:

☐ Fundos ☐ Renda Fixa

CONFIRMAR

Produtos:

0055 - PRATICC

Conta Referência:

2844/006/00033479-4

Produto Referência:

0055 - PRATICO

Nome:

FMSU ATENCAO BASICA RS

Período

de: 31/12/2024

até: 31/12/2024

PESQUISAR

ou mês:

ano:

PESQUISAR

Período	Per Doc.	Histórico	Quantidade de Quotas	Saldo Atualizado
31/12/2024	-	Saldo Atualizado	-	529.773,36C

Opções de Download:

PLANILHA

TEXTO

[Sua Segurança](#)

RETORNAR

Atô CAIXA

4004 0 104 (Capitais e Regiões Metropolitanas)
0800 104 0 104 (Demais Regiões)

SAC

0800 726 0101

Ouvidoria

0800 725 7474

Atô

OFICINAS TERAPEUTICAS - 4011

SALDO FINANCEIRO EM 31/12/2024	(-) Restos a pagar	(-) Restos a Liquidar	Valor a suplementar
124.244,41	-	-	124.244,41

FUNCIONAL - 103014188.4.276

CÓD.	RUBRICA	Suplementar
4306	3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	80.000,00
4307	3.3.90.36 SERVIÇOS DE PF	44.244,41
		124.244,41

5383

5384

Nº 6

Desp: 5383
 Pr: 2621
 Of: 4011

Desp: 5384

OFICINAS TERAPEUTICAS - 4011

SALDO FINANCEIRO EM 31/12/2024	(-) Restos a pagar	(-) Restos a Liquidar	Valor a suplementar
124.244,41	-	-	124.244,41

FUNCIONAL - 103014188.4.276

CÓD.	RUBRICA	Suplementar
4366	3.3 90.30 MATERIAL DE CONSUMO	80.000,00
4367	3.3 90.36 SERVIÇOS DE PF	44.244,41
		124.244,41



navegue pela CAIXA

[SALDOS](#)[EXTRATOS](#)[MOVIMENTO DIÁRIO D/C](#)[INVESTIMENTOS](#)[TRANSFERÊNCIAS](#)[PAGAMENTOS](#)[CONSULTAS](#)[UTILITÁRIOS](#)[RECURSOS PARA ACESSAR](#) | [MÓDULO DE ACESSO](#)[Saber Mais](#) | [Meu Perfil](#) | [Novo Acesso](#) | [Sair](#)

Investimentos

:: Informativos de Movimentação

Agência Tipo Conta ou Selecionar da Lista

Conta Vinculada: / / 2844/006/00033480-8 ▼

Tipo Produto

☐ Fundos ☐ Renda Fixa**CONFIRMAR**

Produtos:

0055 - PRATICO ▼

Conta Referência:

2844/006/00033480-8

Produto Referência:

0055 - PRATICO

Nome:

FMSJ OFICINAS TERAPEUTICAS

Período:

de: 31/12/2024

até: 31/12/2024

PESQUISAR

ou mês: ▼

ano: ▼

PESQUISAR

Período	Moeda	Histórico	Quantidade de Quotas	Valor Total
31/12/2024	-	Sa de Atualizado	-	124.244,41C

Opções de Download:

PLANILHA**TEXTO**[Sua Segurança](#) **RETORNAR**

Atô CAIXA

4004 C 1C4 (Capitais e Regiões Metropolitanas)
3800 104 0 104 (Demais Regiões)

SAC

0800 726 3101

Ouvidoria

0800 725 7474

atô

REDE CEGONHA - 4011

SALDO FINANCEIRO EM 31/12/2024	(-) Restos a pagar	(-) Restos a Liquidar	Valor a suplementar
47.758,34	-	-	47.758,34

FUNCIONAL - 10.301.4189.4.277

CÓD.	RUBRICA	Suplementar
4308	3.3.90.39 SERVIÇOS DE PJ	47.758,34
		47.758,34

Nº 7

Desp: 4308
 fr: 2621
 of: 4011

[Pesquise pela CAIXA](#)[SALDOS](#)[EXTRATOS](#)[MOVIMENTO DIÁRIO D/C](#)[INVESTIMENTOS](#)[TRANSFERÊNCIAS](#)[PAGAMENTOS](#)[CONSULTAS](#)[UTILITÁRIOS](#)[Atendimento ao Cliente](#)[Saiba Mais](#)[Meu Perfil](#)[Novo Acesso](#)[Sair](#)

Investimentos

:: Informativos de Movimentação

Conta Vinculada: Agência Tipo Conta ou Seleção da Lista 2844/006/00033481-6

Tipo Produto

☐ Fundos ☐ Renda Fixa**CONFIRMAR**

Produtos:

 0055 - PRATICO

Conta Referência:

2844,006/00033481-6

Produto Referência:

0055 - PRATICO

Nome:

FMSU PRE NATAL REDE CEGONHA

Período:

de: 31/12/2024até: 31/12/2024**PESQUISAR**ou mês: ano: **PESQUISAR**

Período	Moeda	Descrição	Quantidade de Quotas	Valor
31/12/2024	-	Saldo Atualizado	-	47.758,34C

Opções de Download:

PLANILHA**TEXTO**[Sua Segurança](#)**RETOURNA**

Atô CAIXA

4004 0 104 (Capitais e Regiões Metropolitanas)
0800 104 0 104 (Demais Regiões)

SAC

0800 726 0101

Ouvidoria

0800 725 7474

atô

COMBATE AO RACISMO INSTITUCIONAL e QUILOMBOLAS - 4090

SALDO FINANCEIRO EM 31/12/2024	(-) Restos a pagar	(-) Restos a Liquidar	Valor a suplementar
151.046,45	-	-	

FUNCIONAL RACISMO - 10.301.4190.4.278

CÓD.	RUBRICA	Suplementar
4309	3.3.90.32 MATERIAL DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	42.975,23
		42.975,23

Desp: 5395
de 26/1
df. 4290

FUNCIONAL QUILOMBO - 103014210.4.293

Nº 8

CÓD.	RUBRICA	Suplementar
5411	3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
6110	4.4.90.52 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	58.071,22
		108.071,22

[Navegue pela CAIXA](#)[SALDOS](#)[EXTRATOS](#)[MOVIMENTO DIÁRIO D/C](#)[INVESTIMENTOS](#)[TRANSFERÊNCIAS](#)[PAGAMENTOS](#)[CONSULTAS](#)[UTILITÁRIOS](#)[OPI CAIXA \(CA, EMB\)](#)[PRODUTOS DE](#)[Saça Mais](#) | [Meu Perfil](#) | [Novo Acesso](#) | [Sair](#)

Investimentos

:: Informativos de Movimentação

Conta Vinculada: Agência / Tipo / Conta ou Seleção da Lista 2844/C06/00033483-2

Tipo Produto:

☐ Fundos ☐ Renda Fixa[CONFIRMAR](#)

Produtos:

[C055 - PRATICO](#)

Conta Referência:

2844/C06/00033483-2

Produto Referência:

C055 - PRATICO

Nome:

FMSL COMB RAC INST RS

Período:

de: 31/12/2024

até: 31/12/2024

[PESQUISAR](#)

ou mês:

ano:

[PESQUISAR](#)

Data Mov. An. Doc. Histórico

31/12/2024

-

Saldo Atualizado

Quantidade de Quotas

-

valor (R\$)

151.046,45C

Opções de Download:

[PLANILHA](#)[TEXTO](#)[Sua Segurança](#)[RETORNAR](#)

Atô CAIXA

4004 0 104 (Capitais e Regiões Metropolitanas)
0800 104 0 104 (Demais Regiões)

SAC

0800 726 0101

Ouvidoria

0800 725 7474

Atô

PIM - 4°60

SALDO FINANCEIRO EM 31/12/2024	(-) Restos a pagar	(-) Restos a Liquidar	Valor a suplementar
470.274,98	-		470.274,98

FUNCIONAL 10.301.4162.4.242

CÓD.	RUBRICA	Suplementar
6117	3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS	330.000,00
5389	3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	50.000,00
6119	3.3.50.46 AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	30.000,00
6120	3.3.90.49 AUXÍLIO TRANSPORTE	20.000,00
6121	3.3.90.08 OUTROS BENEFÍCIOS ASSIST	10.274,98
		470.274,98

Nº 9

fR. 2621
DF. 4160

[Navegue pela CAIXA](#)[SALDOS](#)[EXTRATOS](#)[MOVIMENTO DIÁRIO D/C](#)[INVESTIMENTOS](#)[TRANSFERÊNCIAS](#)[PAGAMENTOS](#)[CONSULTAS](#)[UTILITÁRIOS](#)[OU CRIAR NOVA CONTA](#)[Saiba Mais](#) | [Meu Perfil](#) | [Novo Acesso](#) | [Sair](#)

Investimentos

:: Informativos de Movimentação

	Agência	Tipo	Conta	ou	Selecione da Lista
Conta Vinculada:	<input type="text"/>	/	<input type="text"/>	/	<input type="text"/>
Tipo Produto:	<input type="radio"/> Fundos <input type="radio"/> Renda Fixa				<input type="button" value="CONFIRMAR"/>
Produtos:	<input type="text" value="0055 - PRATICCO"/>				<input type="button" value="CONFIRMAR"/>
Conta Referência:	2844/006/00033488-3				
Produto Referência:	0055 - PRATICO				
Nome:	FMSL FROG PRIM INFANC MELHO				
Período:	de:	<input type="text" value="31/12/2024"/>	até:	<input type="text" value="31/12/2024"/>	<input type="button" value="PESQUISAR"/>
	ou mês:	<input type="text"/>	ano:	<input type="text"/>	<input type="button" value="PESQUISAR"/>

Período	Nr. Doc.	Histórico	Quantidade de Quotas	Valor
31/12/2024	-	Saldo Atualizado	-	470.274,980

Opções de Download:

[Sua Segurança](#)

Até CAIXA

4094 C 104 (Capitais e Regiões Metropolitanas)
0800 104 0 104 (Demais Regiões)

SAC

0800 726 3101

Ouvidoria

0800 725 7474

2024

DENGUE - 4190

SALDO FINANCEIRO EM 31/12/2024	(-) Restos a pagar	Restos a Liquidar	Valor a suplementar
180.707,88	-	-	180.707,88

FUNCIONAL 10.305.4165.4.245

CÓD.	RUBRICA	Suplementar
6112	33.90 30 MATERIAL DE CONSUMO	180.707,88
		180.707,88

e

Nº 10

fr: 2621
df: 11/90



Navegue pela CAIXA



SALDOS

| EXTRATOS

| MOVIMENTO DIÁRIO D/C

| INVESTIMENTOS

TRANSFERÊNCIAS

| PAGAMENTOS

| CONSULTAS

| UTILITÁRIOS

[OUVIDORIA CAIXA](#)[Meu Perfil](#)[Saiba Mais](#)[Meu Perfil](#)[Novo Acesso](#)[Sair](#)

Investimentos

:: Informativos de Movimentação

Agência

Tipo

Conta

CL

Selecione da Lista

Conta Vinculada:

/

/

2844/C05/C0033501-4



Tipo Produto:



Fundos



Renda Fixa

CONFIRMAR

Produtos:

C055 - PRATICO



Conta Referência:

2844/C05/00033501-4

Produto Referência:

0055 - PRATICO

Nome:

FMSU VIGILANCIA DENGUE RS

Período:

de: 31/12/2024

até: 31/12/2024

PESQUISAR

ou mês: ano:

PESQUISAR

[Novo Filtro](#) | [Gr. Desc.](#)[Histórico](#)

Quantidade de Quotas

[Ver Detalhes](#)

31/12/2024

-

Saldo Atualizado

-

133.707,88C

Opções de Download:

PLANILHA

TEXTO

[Sua Segurança](#)

RETORNAR

Atê CAIXA

4004 0 104 (Capitais e Regiões Metropolitanas)
0800 104 0 104 (Demais Regiões)

SAC

0800 726 0101

Ouvidoria

0800 725 7474

UPA EQUIPAMENTOS - 4293

SALDO FINANCEIRO EM 31/12/2024	(-) Restos a pagar	(-) Restos a Liquidar	Valor a suplementar
381.546,01		265.000,00	96.546,01

FUNCIONAL 10.301.4159.4.239

CÓD.	RUBRICA	Suplementar
5391	4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	95.546,01
		96.546,01

Nº 11

fe: 2621
df: 4293



Navegue pela CAIXA

[SALDOS](#)[EXTRATOS](#)[MOVIMENTO DIÁRIO D/C](#)[INVESTIMENTOS](#)[TRANSFERÊNCIAS](#)[PAGAMENTOS](#)[CONSULTAS](#)[UTILITÁRIOS](#)[OUVIDORIA](#)[SEGURANÇA](#)[Saiba Mais](#) | [Meu Perfil](#) | [Novo Acesso](#) | [Sair](#)

Investimentos

:: Informativos de Movimentação

Conta Vinculada: Agência / Tipo / Conta CL Se edione da Lista 2844/006/00033504-9

Tipo Produto:

☐ Fundos ☐ Renda Fixa

CONFIRMAR

Produtos:

0055 - PRATICO

Conta Referência:

2844/006/00033504-9

Produto Referência:

0055 - PRATICO

Nome:

FMSU AQUIS EQUIP ATEN BAS R

Período:

de: 31/12/2024

até: 31/12/2024

PESQUISAR

ou mês:

ano:

PESQUISAR

Data Atualização: 31/12/2024

Histórico

Quantidade ou Quotas

Valor em R\$

- Saldo Atualizado

-

381.546,01C

Opções de Download:

[Sua Segurança](#)

PLANILHA

TEXTO

RETORNAR

Atô CAIXA

4004 0 104 (Capitais e Regiões Metropolitanas)
0800 104 0 104 (Demais Regiões)

SAC

0800 726 0101

Ouvidoria

0800 725 7474

atô

SAMU - 4170

SALDO FINANCEIRO EM 31/12/2024	(-) Restos a pagar	(-) Restos a Liquidar	Valor a suplementar
1 192.764,87	18.578,19	-	1.174.186,68

FUNCIONAL 10.302.4149.4229

CÓD.	RUBRICA	Suplementar
1005	31.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS	760.000,00
1011	3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	100.000,00
1013	3.1.90.94 INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	50.000,00
1015	3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	70.000,00
1019	3.3.90.39 SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	120.186,68
CRUAR	4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	74.000,00
		1.174.186,68

5392

7511

7512

7513

7514

7515

Nº12

fe: 26/21

df. 4/70



Navegue pela CAIXA



SALDOS

EXTRATOS

MOVIMENTO DIÁRIO D/C

INVESTIMENTOS

TRANSFERÊNCIAS

PAGAMENTOS

CONSULTAS

UTILITÁRIOS

OBRIGADO, NÃO SE ENFRAQUEÇA

[Saiba Mais](#) | [Meu Perfil](#) | [Novo Acesso](#) | [Sair](#)

Investimentos

:: Informativos de Movimentação

Conta Vinculada: Agência Tipo Conta ou Seleção da Lista

2844/006/00033497-2

Tipo Produto:

☐ Fundos ☐ Renda Fixa

CONFIRMAR

Produtos:

0055 - PRATICO

Conta Referência:

2844/006/00033497-2

Produto Referência:

0055 - PRATICO

Nome:

FMSU SALVAR SAMULRS

Período:

de: 31/12/2024

até: 31/12/2024

PESQUISAR

ou mês:

ano:

PESQUISAR

Período	Saldo	Histórico	Quantidade de Quotas	Valor
31/12/2024	-	Saldo Atualizado	-	1.192.764,87C

Opções de Download:

[Sua Segurança](#)

PLANILHA

TEXTO

RETOORNAR

Atô CAIXA

4004 0 104 (Capitais e Regiões Metropolitanas)
0800 104 0 104 (Demais Regiões)

SAC

0800 726 0101

Ouvidoria

0800 725 7474

CAIXA

Investimento - 4500/4501/4502/4503

747.109,86

SALDO FINANCEIRO EM 31/12/2024	(-) Restos a pagar	(-) Restos a Liquidar	Valor a suplementar
1.626.130,65		287.292,40	1.338.838,25

FUNCIONAL 10.301.4144.4.224 (4500)

CÓD.	RUBRICA	Suplementar
4315	4.4.90.50 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	159.732,47
		159.732,47

5396 FR: 2600
DF: 4500

FUNCIONAL 10.305.4151.4.231 (4502)

CÓD.	RUBRICA	Suplementar
1052	4.4.90.50 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	567.924,39
		567.924,39

7518 FR: 2600
DF: 4502

FUNCIONAL 10.301.4153.4.233 (4503)

CÓD.	RUBRICA	Suplementar
4316	4.4.90.50 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
		20.000,00

5398 FR: 2600
DF: 4503

* VALOR SUPLEMENTADO NO ORÇAMENTO 2024	R\$	591.271,39
----------------------------------------	-----	------------



>> navegue pela CAIXA

SALDOS

| EXTRATOS

| MOVIMENTO DIÁRIO D/C

| INVESTIMENTOS

TRANSFERÊNCIAS

| PAGAMENTOS

| CONSULTAS

| UTILITÁRIOS

Obrigações Fiscais - Previdência Social

[Saiba Mais](#) [Meu Perfil](#) [Novo Acesso](#) [Sair](#)

Investimentos

:: Informativos de Movimentação

	Agência	Tipo	Conta	CL	Selecione da Lista
Conta Vinculada:	<input type="text"/>	/	<input type="text"/>	/	<input type="text" value="2844/006/00624068-6"/>
Tipo Produto:	<input type="radio"/> Fundos <input type="radio"/> Renda Fixa				<input type="button" value="CONFIRMAR"/>
Produtos:	<input type="text" value="0055 - PRATICO"/>				<input type="button" value="0055 - PRATICO"/>
Conta Referência:	2844/006/00624068-6				
Produto Referência:	0055 - PRATICO				
Nome:	RS 432240 FMS INVSJSINVESTS				
Período:	de:	<input type="text" value="31/12/2024"/>	até:	<input type="text" value="31/12/2024"/>	<input type="button" value="PESQUISAR"/>
	ou mês:	<input type="text"/>	ano:	<input type="text"/>	<input type="button" value="PESQUISAR"/>

Período	Doc.	Histórico	Quantidade de Quotas	Valor em R\$
31/12/2024	-	Saldo Atualizado	-	1.526.130,65C

Opções de Download:

[Sua Segurança](#)

Atô CAIXA

4004 0 104 (Capitais e Regiões Metropolitanas)
0800 104 0 104 (Demais Regiões)

SAC

0800 726 0101

Ouvidoria

0800 725 7474

e

CUSTEIO - 4500 / 4501 / 4502 / 4503

682.373,73

SALDO FINANCEIRO EM 31/12/2024	(-) Restos a pagar	(-) Restos a Liquidar	Valor a suplementar
1.089.183,86	267.010,14	139.799,99	

FUNCIONAL 10.301.4144.4.224 (4500-AB)

CÓD.	RUBRICA	Suplementar
841	33.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	70.000,00
		70.000,00

6113

fr: 2600

lf: 4500

FUNCIONAL 10.302.4147.4.227 (4501-MAC)

CÓD.	RUBRICA	Suplementar
1006	33.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	200.000,00
1007	3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	225.861,30
		425.861,30

5404

fr: 2600

5405

lf: 4501

Nº 14

FUNCIONAL 103024148.4.228 (4500-ATENÇÃO BÁSICA)

CÓD.	RUBRICA	Suplementar
6115	3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	86.512,43
		186.512,43

OK



Navegue pela CAIXA

[SALDOS](#)[EXTRATOS](#)[MOVIMENTO DIÁRIO D/C](#)[INVESTIMENTOS](#)[TRANSFERÊNCIAS](#)[PAGAMENTOS](#)[CONSULTAS](#)[UTILITÁRIOS](#)[CAIXA VISA | CAIXA PREVIDÊNCIA](#)[Saiba Mais](#) | [Meu Perfil](#) | [Novo Acesso](#) | [Sair](#)

Investimentos

:: Informativos de Movimentação

Conta Vinculada: Agência / Tipo / Conta ou Selecione da Lista 2844/006/00624063-5

Tipo Produto:

☐ Fundos ☐ Renda Fixa

CONFIRMAR

Produtos:

0055 - PRATICO

Conta Referência:

2844/006/00624063-5

Produto Referência:

0055 - PRATICO

Nome:

RS 432243 FMS CT SUSCUSTEIO

Período:

de: 31/12/2024

até: 31/12/2024

PESQUISAR

ou mês:

ano:

PESQUISAR

Atualizar	At. Doc.	Histórico	Quantidade de Quotas	Valor (R\$)
31/12/2024	-	Saldo Atualizado	-	1.089.183,86C

Opções de Download

[Sua Segurança](#)

FAMILIA

TEXTO

RETORNAR

Alô CAIXA

4004 0 104 (Capitais e Regiões Metropolitanas)
0800 104 0 104 (Demais Regiões)

SAC

0800 726 0101

Ouvidoria

0800 725 7474

Atiba

VISA - 1123

SALDO FINANCEIRO EM 31/12/2024	(-) Restos a pagar	(-) Restos a Liquidar	Valor a suplementar
260.330,65	-	-	260.330,65

FUNCIONAL 10.304.4152.4.232

COD.	RUBRICA	Suplementar
1040	4.4.50.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	190.330,65
1038	3.3.50.39 SERV.ÇOS DE TERCEIROS P.	70.000,00
		260.330,65

5393

F2: 2753

7519

F1: 1123

Nº 15



Navegue pela CAIXA

[SALDOS](#)[EXTRATOS](#)[MOVIMENTO DIÁRIO D/C](#)[INVESTIMENTOS](#)[TRANSFERÊNCIAS](#)[PAGAMENTOS](#)[CONSULTAS](#)[UTILITÁRIOS](#)[CAIXA Cidadão Caixa Cidadão](#)[Saiba Mais](#) | [Meu Perfil](#) | [Novo Acesso](#) | [Sair](#)

Investimentos

:: Informativos de Movimentação

	Agência	Tipo	Conta	ou	Selecione da Lista
Conta Vinculada:	<input type="text"/>	/	<input type="text"/>	/	<input type="text"/>
Tipo Produto:					<input type="radio"/> Fundos <input type="radio"/> Renda Fixa <input type="button" value="CONFIRMAR"/>
Produtos:					<input type="text" value="0055 - PRATICO"/>
Conta Referência:					2844/006/00033471-9
Produto Referência:					0055 - PRATICO
Nome:					FMS LUGUAIANA TX FISC VIG
Período:	de: <input type="text" value="31/12/2024"/>		até: <input type="text" value="31/12/2024"/>		<input type="button" value="PESQUISAR"/>
	cu mês: <input type="text"/>		ano: <input type="text"/>		<input type="button" value="PESQUISAR"/>

At. 12/2024	At. 006	Histórico	Quantidade de Quotas	Valor em R\$
31/12/2024	-	Saldo Atualizado	-	260.330,65C

Opções de Download:

[Sua Segurança](#)

Atô CAIXA

4004 0 104 (Capitais e Regiões Metropolitanas)
0800 104 0 104 (Demais Regiões)

SAC

0800 726 0101

Ouvidoria

0800 725 7474

PISO ENFERMAGEM - 4505

SALDO FINANCEIRO EM 31/12/2024	(-) Restos a pagar	(-) Restos a Liquidar	Valor a suplementar
2.209.417,93	-	-	2.209.417,93

FUNCIONAL CRIAR

CÓD.	RUBRICA	Suplementar
CRIAR	31 90 11 VENCIMENTOS E VANTAGENS	2.209.417,93
		2.209.417,93

10.128.4163.4.296

Nº 16

Desp: 7522

FR: 2600

DF: 7505

1.



Extrato Mensal Consolidado por Conta de Fundos de Investimento
Dezembro/2024
 Data de emissão: 22/01/2025

Administradora Caixa Econômica Federal	Endereço SBS - Quadra 4 - Lotes 3/4 Brasília - DF	CNPJ da Administradora 00.360.365/0001-04
--------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------

Investidor FUNDO MUNIC PAL DE SAUDE	CPF/CNPJ 11.343.066/0001-09
-----------------------------------------------	---------------------------------------

Resumo Consolidado da Movimentação

Saldo Bruto Anterior	2.194.953,37C
Aplicações	0,00
Resgates	0,00
Resgate em Transito	0,00
Eventos	0,00
Taxa operacional	0,00
Saldo Bruto Atual	2.209.417,93C
Rendimento Bruto no Mês	14.464,56C

Dados Consolidados da Tributação

Tipo de fundo:	Renda Fixa (6800)	Renda Variável (6813)
Rend. Base Trib.	0,00	0,00
IR	0,00	0,00
IOF	0,00	0,00

Rentabilidade por Fundo

	No Mês (%)	No Ano (%)	Cota em: 29/11/2024	Cota em: 31/12/2024
AUTOM POLIS	0,65	7,45	1.119.587	1.126.965

Movimentação por Fundo

Conta 2844.0006.000000624073-2 AUTOM POLIS	Aplicações 0,00	Resgates 0,00	Saldo Bruto 2.209.417,93C	Rentab. Mês 14.464,56C
---------------------------------------------------------	---------------------------	-------------------------	-------------------------------------	----------------------------------

Movimentação Detalhada

Conta 2844 0006.000000624073-2

Código 7869 **Fundo** FIC CAIXA AUTOMÁTICO POLIS R F CF

CNPJ do Fundo
50.803.936/0001-29

Data **Histórico**

NAO EXISTEM LANCAMENTOS P/ O PERIODO

Valor R\$

Cota de Cotas

CALAMIDADE - 4501

SALDO FINANCEIRO EM 31/12/2024	(-) Restos a pagar	(-) Restos a Liquidar	Valor a suplementar
3.418.146,29	-	-	3.418.146,29

FUNCIONAL 103024147.4.227

CÓD.	RUBRICA	Suplementar
1668	33.90 39 SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	3.418.146,29
		3.418.146,29

7521

FR: 2602

AF: 4501

Nº 17

Ra. Sec
UNIP



Extrato Mensal Consolidado por Conta de Fundos de Investimento
Dezembro/2024
Data de emissão: 22/01/2025

Administradora Caixa Econômica Federal	Endereço SBS - Quadra 4 - Lotes 3/4 Brasília - DF	CNPJ da Administradora 00.360.305/0001-04
Investidor FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CPF/CNPJ 11.343.066/0001-09	

Resumo Consolidado da Movimentação		Dados Consolidados da Tributação		
Saldo Bruto Anterior	3.395.768,41 C	Tipos de fundo:	Renda Fixa (68C0)	Renda Variável (681C)
Aplicações	0,00	Rend. Base Trib.	0,00	0,00
Resgates	0,00	IR	0,00	0,00
Resgate em Trânsito	0,00	IDF	0,00	0,00
Eventos	0,00			
Taxa Operacional	0,00			
Saldo Bruto Atual	3.418.146,29 C			
Rendimento Bruto no Mês	22.377,86 C			

Rentabilidade por Fundo		No Mês (%)	No Ano (%)	Cota em: 29/11/2024	Cota em: 31/12/2024
AUTOM POLIS		0,65	7,45	1,115587	1,126965

Movimentação por Fundo		Aplicações	Resgates	Saldo Bruto	Rend. Mês
Conta: 2844.0006.000000624078-3					
AUTOM POLIS		0,00	0,00	3.418.146,29 C	22.377,86 C

Movimentação Detalhada

Cota 2844.0006.000000624078-3

Código 786S	Fundo FIC CAIXA AUTOMÁTICO POLIS RF CP	CNPJ do Fundo 50.833.936/0001-29
Data Histórico		Valor R\$
NÃO EXISTEM LANÇAMENTOS P/ O PERÍODO		Cota de Cotas

Prefeitura Municipal de Uruguaiana

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Data Inicial de Emissão .. : 01/01/2024

Data Final de Emissão : 31/12/2024

Posição até o mês de Dezembro

Fonte de Recursos : 1500 Recursos Não Vinculados de Impostos

Detalhamento da Fonte : 0140 ASPS - Ações e Serviços Públicos de Saúde

Órgão..... : 07 SECR. MUN. SAÚDE

Unidade Orçamentária: 07.03 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Data	Empenho	Credor	Não Processado	Processado	Total
25/10/2024	2024/005610	20780 CIPRUS INDUSTRIAL	0,00	1.067,04	1.067,04
	2024/005614	20780 CIPRUS INDUSTRIAL	0,00	2.815,80	2.815,80
		Total do Dia	0,00	3.882,84	3.882,84
07/11/2024	2024/006020	20276 COMERCIAL CIRURGIC	0,00	3.327,59	3.327,59
25/11/2024	2024/006174	20794 MIXDIS COMERCIO E	0,00	10.437,00	10.437,00
13/12/2024	2024/006693	1666 F G T S	0,00	1.181,27	1.181,27
19/12/2024	2024/006806	1479 HOSPITAL SANTA CAS	546.000,00	0,00	546.000,00
27/12/2024	2024/007090	1666 F G T S	0,00	2.362,58	2.362,58
	2024/007095	1379 I.E.S.S.	0,00	197.691,55	197.691,55
	2024/007132	1379 I.E.S.S.	0,00	396,83	396,83
	2024/007106	2644 INSTITUTO DE PREV	0,00	36.154,80	36.154,80
		Total do Dia	0,00	236.605,76	236.605,76
		Total do Ano	546.000,00	255.434,46	801.434,46

Total Detalhamento da Fonte .. : 546.000,00 255.434,46 801.434,46

Total da Fonte 546.000,00 255.434,46 801.434,46

Fonte de Recursos 1600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de

Detalhamento da Fonte 4500 CUSTEIO - Atenção Básica

27/02/2024	2024/000747	1565 OI S.A	0,00	571,14	571,14
29/05/2024	2024/002564	8942 JAIR FRANCISCO GOMES	0,00	806,50	806,50
14/06/2024	2024/002979	20184 VERDE DISTRIBUIDOR	899,08	0,00	899,08
03/07/2024	2024/003412	20184 VERDE DISTRIBUIDOR	3.906,06	0,00	3.906,06
	2024/003413	20184 VERDE DISTRIBUIDOR	114,80	0,00	114,80
		Total do Dia	4.020,86	0,00	4.020,86
25/10/2024	2024/005617	8065 GOVERNANCABRASIL S	0,00	38.547,93	38.547,93
26/11/2024	2024/006187	12819 DESTACK SERVIÇOS L	35.378,51	0,00	35.378,51
	2024/006188	12819 DESTACK SERVIÇOS L	0,00	96.524,49	96.524,49
		Total do Dia	35.378,51	96.524,49	131.903,00
13/12/2024	2024/006692	1666 F G T S	0,00	2.468,29	2.468,29
27/12/2024	2024/007089	1666 F G T S	0,00	4.597,57	4.597,57
	2024/007129	1666 F G T S	0,00	215,37	215,37
	2024/007095	1379 I.E.S.S.	0,00	9.551,47	9.551,47
	2024/007096	1379 I.E.S.S.	0,00	72.809,21	72.809,21
	2024/007131	1379 I.E.S.S.	0,00	619,72	619,72
		Total do Dia	0,00	87.793,34	87.793,34
		Total do Ano	40.298,45	226.711,69	267.010,14

Total Detalhamento da Fonte .. : 40.298,45 226.711,69 267.010,14

Prefeitura Municipal de Uruguaiana

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Data Inicial de Emissão: 01/01/2024

Data Final de Emissão: 31/12/2024

Posição até o mês de Dezembro

Fonte de Recursos: 1603 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de

Detalhamento da Fonte: 4501 CUSTEIO - Atenção de média e alta complexidade ambulatorial

Órgão.....: 07 SECR.MUN.SAÚDE

Unidade Orçamentária: 07.03 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Data	Empenho	Credor	Não Processado	Processado	Total
Detalhamento da Fonte:	4501 CUSTEIO - Atenção de média e alta complexidade ambulatorial				
22/03/2024	2024/001292	11395 GREINEF BIO ONE LT	0,00	100,40	100,40
03/10/2024	2024/005269	6995 TELSON MORSCH DOS	1.299,27	0,00	1.299,27
	2024/005261	6995 TELSON MORSCH DOS	4.097,95	0,00	4.097,95
		Total do Dia	5.397,22	0,00	5.397,22
04/10/2024	2024/005265	13123 Luciane Duarte Gon	0,00	8.067,37	8.067,37
10/12/2024	2024/006588	13123 Luciane Duarte Gon	0,00	5.102,54	5.102,54
26/12/2024	2024/006883	6805 PLANALTO TRANSPORT	119.062,14	0,00	119.062,14
		Total do Ano	164.757,81	13.270,01	137.729,37

Total Detalhamento da Fonte ..: 164.757,81 13.270,01 137.729,37

Detalhamento da Fonte	4502 CUSTEIO - Vigilância em Saúde				
22/11/2024	2024/006145	12671 BRK AMBIENTAL - UR	0,00	12.970,96	12.970,96
	2024/006146	4973 RGE Sul Distribuid	0,00	70.865,59	70.865,59
		Total do Dia	0,00	83.836,55	83.836,55
27/12/2024	2024/007098	1379 I.N.S.S	0,00	20.847,67	20.847,67
		Total do Ano	164.757,81	104.684,22	104.684,22

Total Detalhamento da Fonte ..: 164.757,81 104.684,22 104.684,22

Total da Fonte

Fonte de Recursos: 1621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual

Detalhamento da Fonte: 4011 Atenção Básica - PIES/NAAB/Clinicas Terapêuticas/Rede Cegonha

08/10/2024	2024.005353	12819 DESTACK SERVIÇOS L	0,00	25.141,74	25.141,74
27/12/2024	2024.007094	1379 I.N.S.S.	0,00	8.975,88	8.975,88
		Total do Ano	0,00	34.117,62	34.117,62

Total Detalhamento da Fonte ..: 0,00 34.117,62 34.117,62

Detalhamento da Fonte	4170 SAMJ / UPA - Urgências - Remoção PAC				
27/12/2024	2024/007097	1379 I.N.S.S.	0,00	18.578,19	18.578,19
		Total do Ano	0,00	18.578,19	18.578,19

Total Detalhamento da Fonte ..: 0,00 18.578,19 18.578,19

Total da Fonte

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Data Inicial de Emissão 01/01/2024

Data Final de Emissão 31/12/2024

Posição até o mês de Dezembro

Fonte de Recursos 2600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de

Detalhamento da Fonte 4501 CUSTEIO - Atenção de média e alta complexidade ambulatorial

Órgão..... 07 SECR. MUN. SAÚDE

Unidade Orçamentária: 07.03 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Data	Empenho	Credor	Não Processado	Processado	Total
Fonte de Recursos	2600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de				
Detalhamento da Fonte	4501 CUSTEIO - Atenção de média e alta complexidade ambulatorial				
22/07/2024	2024/003667	6805 FLANALTO TRANSPORT	0,00	421.384,04	421.384,04
		Total do Ano	0,00	421.384,04	421.384,04
Total Detalhamento da Fonte ..			0,00	421.384,04	421.384,04
Total da Fonte			0,00	421.384,04	421.384,04
Fonte de Recursos	2621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual				
Detalhamento da Fonte	4090 PSF / NASF / ESF Quilombola / ESF Indígena / Saúde Bucal / S				
27/09/2024	2024/004959	12671 BRK AMBIENTAL - UR	0,00	7.051,26	7.051,26
		Total do Ano	0,00	7.051,26	7.051,26
Total Detalhamento da Fonte ..			0,00	7.051,26	7.051,26
Detalhamento da Fonte	4293 Aquisição de Equipam e Material Permanente				
07/11/2024	2024/005998	20785 J.FIBEIRO COMÉRCIO	0,00	4.700,00	4.700,00
		Total do Ano	0,00	4.700,00	4.700,00
Total Detalhamento da Fonte ..			0,00	4.700,00	4.700,00
Total da Fonte			0,00	11.751,26	11.751,26

RESUMO

Ano	Não Processado	Processado	Total
2024	710.757,81	1.085.931,49	1.796.689,30
Total Geral	710.757,81	1.085.931,49	1.796.689,30

VALDIR VETES DA ROSA
SECRETARIO MUNICIPAL DE FAZENDA
CPF: 144.411.390-04

CARLOS ALBERTO DELGADO DE DAVID
PREFEITO MUNICIPAL
CPF: 014.390 010-22

Prefeitura Municipal de Truquaiana

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Data Inicial de Emissão . . : 01.01.2024

Data Final de Emissão . . . : 31.12.2024

Posição até o mês de Dezembro

Fonte de Recursos : 1500 Recursos não Vinculados de Impostos

Detalhamento da Fonte . . . : 0040 ASPS - Ações e Serviços Públicos de Saúde

Órgão..... : C7 SECR.MUN.SAÚDE

Unidade Orçamentária: C7.03 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Data	CG Empenho	P.Compra	Credor	Valor
08.10.2024	0000 2024/005251	22473/2023	11395 GREINER BIO ONE LTDA PE	2.400,00
13.11.2024	0000 2024/006057	17116/2024	10376 AMBIENTUUS TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA	2.988,86
Total do Ano :				11.388,86
Total Detalhamento da Fonte . . . :				11.388,86

Total Fonte :				11.388,86

Fonte de Recursos :	1600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de			
Detalhamento da Fonte :	4500 CUSTEIO - Atenção Básica			
17.05.2024	0000 2024/002404	28067/2023	9062 CONSTRUTORA HENZKE LTDA	210.799,73
09.08.2024	0000 2024/004129	11832/2024	9062 CONSTRUTORA HENZKE LTDA	85.242,93
08.10.2024	0000 2024/005349	10101/2024	17159 EXPERTISE SOLUÇÕES FINANCEIRAS LTDA-EPP	20.630,18
25.10.2024	0000 2024/005617	14722/2021	8065 GOVERNACABRASIL SUL TECNOLOGIA LTDA	0.135,29
08.11.2024	0000 2024/006029	23515/2024	20767 VMLX ELETRONICOS LTDA	23.402,40
25.11.2024	0000 2024/006162	17116/2024	10376 AMBIENTUUS TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA	51.601,16
26.11.2024	0000 2024/006167	18082/2024	12819 DESTACK SERVIÇOS LTDA	30.799,46
Total do Ano :				454.613,15
Total Detalhamento da Fonte . . . :				454.613,15

Detalhamento da Fonte :	4501 CUSTEIO - Atenção de média e alta complexidade ambulatorial			
28.02.2024	0000 2024/000769	33/2023	6805 PLANALTO TRANSPORTES LTDA	0,01
05.07.2024	0000 2024/003483	3842/2024	17884 SIM REDE DE POSTOS LTDA	10.472,15
16.08.2024	0000 2024/004200	31348/2022	20109 CLINICA DE OLHOS SÃO GABRIEL LTDA	4.359,95
03.10.2024	0000 2024/005264	31348/2022	20098 HELENO MIRANDA ARAUJO SERVIÇOS DE NEUROLOGIA LTDA	1.868,55
	0000 2024/005261	31348/2022	6995 TELSON MORSCH DOS REIS	3.612,53
	0000 2024/005262	31348/2022	20121 TIAGO WOBI DO	5.231,94
Total do Dia :				10.713,02

04.10.2024	0000 2024/005265	24628/2023	13123 Luciane Duarte Gonçalves	1.168,25
08.10.2024	0000 2024/005356	31348/2022	20109 CLINICA DE OLHOS SÃO GABRIEL LTDA	9.591,89
	0000 2024/005348	18503/2022	16756 CRISALE LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA LTDA	12.300,00
Total do Dia :				21.891,89

07.11.2024	0000 2024/006032	20884/2024	8019 RETIFICA DE MOTORES DE ROSSO	32.652,50
	0000 2024/006033	20884/2024	8019 RETIFICA DE MOTORES DE ROSSO	10.081,80
Total do Dia :				42.734,30

26.11.2024	0000 2024/006193	11402/2019	16850 EXAME ANALISES CLINICAS S/S	4.411,86
	0000 2024/006209	24628/2023	7656 MAXIMAGEM CENTRO DIAGNOSTICO LTDA	12.150,00
	0000 2024/006192	11402/2019	16532 VITALAB ANALISES CLINICAS S/S LTDA	3.181,96
Total do Dia :				19.743,82

28.11.2024	0000 2024/006227	24628/2023	7656 MAXIMAGEM CENTRO DIAGNOSTICO LTDA	6.093,75
10.12.2024	0000 2024/006584	31348/2022	20097 CLINICA OTORRINO TIAGO PEROBELLI CERVC S/S LTDA	249,14
	0000 2024/006585	31348/2022	8276 JORGE AUGUSTO HECKER KAPPEL	373,71
Total do Dia :				622,85

19.12.2024	0000 2024/006810	27635/2024	1479 HOSPITAL SANTA CASA DE CARIDADE DE UR	20.000,00
Total do Ano :				139.799,99
Total Detalhamento da Fonte . . . :				139.799,99

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Data Inicial de Emissao ... : 01.01.2024
Data Final de Emissao : 31.12.2024
Posição até o mês de Dezembro
Fonte de Recursos : 1610 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de
Detalhamento da Fonte : 4512 CUSTEIO - Vigilância em Saúde

Órgão..... : 07 SECR. MUN. SAÚDE
Unidade Orçamentária: 07.03 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Data	UG	Empenho	P.Compra	Credor	Valor
Detalhamento da Fonte : 4512 CUSTEIO - Vigilância em Saúde					
05.12.2024	0000	2024/206510	15057.2024	20795 B&F NEGOCIOS E EMPREENDIMENTOS LTDA	263.800,00
12.12.2024	0000	2024/206617	21613.2023	20308 REDNOV FERRAMENTAS LTDA.	3.346,80
13.12.2024	0000	2024/206650	22473.2023	16521 A.C.I ASSISTÊNCIA E COM. DE PROD. PARA LABORATÓRI	732,00
	0000	2024/206651	22473.2023	15466 Cirurgica Lajeaderse ME	517,20
	0000	2024/206652	22473.2023	12077 Dimalab Electronics do Brasil Ltda	400,00
	0000	2024/206653	22473.2023	20431 EBD BIOTECH IMPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS MEDI	1.356,00
	0000	2024/206654	22473.2023	12115 Elmed Distribuidora de Medicamentos Ltda (PE)	2.380,80
	0000	2024/206674	10101.2024	17139 EXPERTISE SOLUÇÕES FINANCEIRAS LTDA-EPP	90.000,00
	0000	2024/206655	22473.2023	20434 GC LAB DIAGNOSTICOS LTDA - ME	673,90
	0000	2024/206656	22473.2023	11395 GREINER BIO ONE LTDA (PE)	13.160,00
Total do Dia:					109.219,90

Total do Ano:					376.366,70
Total Detalhamento da Fonte ..:					376.366,70

Detalhamento da Fonte : 4503 CUSTEIO - Assistência Farmacêutica					
28.10.2024	0000	2024/005667	21613.2023	20473 DAVANTI MAQUINAS, MOVEIS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	4.324,80
06.11.2024	0000	2024/005984	25499.2023	19558 LUMA DE OLIVEIRA RAMEO LTDA	5.710,80
25.11.2024	0000	2024/006177	17212.2024	19778 JOHAN E STEFANI LTDA - ME	43.812,08
	0000	2024/006176	17212.2024	20422 SILVAEA LUMERTZ FERREIRA 60976357020	4.187,40
Total do Dia:					47.999,48

16.12.2024	0000	2024/006122	18335.2024	19585 BLUMETICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA EPP	2.180,00
	0000	2024/006121	18335.2024	19401 CEPALAB LABORATORIOS LTDA	40.800,00
	0000	2024/006120	18335.2024	20813 MEDMET COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI	2.400,00
Total do Dia:					45.380,00

17.12.2024	0000	2024/006148	10246.2024	17422 MCW PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES	1.345,32
Total do Ano:					104.760,40
Total Detalhamento da Fonte ..:					104.760,40

Total Fonte:					1.075.540,24

Fonte de Recursos : 1621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual					
Detalhamento da Fonte : 4011 Atenção Básica - PIES/NAAB/Oficinas Terapêuticas/Rede Cegonha					
20.03.2024	0000	2024/001247	18961.2023	17941 Erivaldo da Silva dos Santos	1.415,00
08.10.2024	0000	2024/005353	18083.2024	12819 DESTACK SERVIÇOS LTDA	19.420,07
Total do Ano:					20.835,07
Total Detalhamento da Fonte ..:					20.835,07

Detalhamento da Fonte : 4050 Farmácia Básica / Plantas Medicinais e Fitoterápicos / Diabete					
03.12.2024	0000	2024/006474	24642.2024	16512 ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	10.800,00
	0000	2024/006475	24642.2024	8657 CENTERMED COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	6.768,00
	0000	2024/006477	24642.2024	4859 CIRURGICA SANTA CRUZ COM.DE PROD.HOSP.LTDA	1.460,40
	0000	2024/006480	24642.2024	13696 INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	7.107,60
	0000	2024/006483	24642.2024	8409 PRATI DOFADUZZI E CIA. LTDA.	6.866,00
	0000	2024/006485	24642.2024	11051 RS PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	5.455,00
	0000	2024/006486	24642.2024	12363 STOCK MED PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA.	349,26
Total do Dia:					38.806,26

				Total do Ano	36.806,26
				Total Detalhamento da Fonte . .	36.806,26

Detalhamento da Fonte	4090	PSF / NASF / ESF Quilombola , ESF Indígena / Saúde Bucal / S			
07.11.2024 0000 2024/006000	24644/2023	20476	Marte Científica & Instrumentação Industrial Ltda	4.080,00	
				Total do Ano	4.080,00
				Total Detalhamento da Fonte . .	4.080,00

Detalhamento da Fonte	4170	SAMU / UPA - Urgências - Remoção PAC			
25.04.2024 0000 2024/001999	8661/2020	1479	HOSPITAL SANTA CASA DE CARIDADE DE UR	544.676,39	
				Total do Ano	544.676,39
				Total Detalhamento da Fonte . .	544.676,39

				Total Fonte	608.597,72

Fonte de Recursos	2630	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de			
Detalhamento da Fonte	4590	CUSTEIO - Atenção Básica			
04.12.2024 0000 2024/006489	3877/2021	7079	COSTA MACHADO & RODRIGUES LTDA	15.316,50	
				Total do Ano	15.316,50
				Total Detalhamento da Fonte . .	15.316,50

Detalhamento da Fonte	4501	CUSTEIO - Atenção de média e alta complexidade ambulatorial			
18.06.2024 0000 2024/003024	10665/2024	20539	LABORATÓRIO DE PATOLOGIA ROCHA E GONZATTI LTDA	21.471,76	
				Total do Ano	21.471,76
				Total Detalhamento da Fonte . .	21.471,76

				Total Fonte	36.788,26

Fonte de Recursos	2621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual			
Detalhamento da Fonte	4293	Aquisição de Equipam e Material Permanente			
13.12.2024 0000 2024/006673	20505/2024	20806	SIEMENS HEALTHCARE DIAGNOSTICOS S.A.	285.000,00	
				Total do Ano	285.000,00
				Total Detalhamento da Fonte . .	285.000,00

				Total Fonte	285.000,00

				Total Geral	2.017.115,08

FONTE: GOVER - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 20/Jan/2025, 11h e 11m.



30043891



08020.005534/2023-09

29, 01



FR: 1570

LF: 1255

CA: 7497

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Edifício Sede – Palácio da Justiça, 5º andar, Sala 510
Brasília – DF – CEP 70.064-900
Telefone (61) 2025-3177 / 3844

Convênio SENASP/MJSP nº 00193/2024- Transferegov.br nº 972986/2024

Processo Nº 08020.005534/2023-09

041.224109.4.158

Convênio Transferegov.br nº 972986/2024 que entre si celebram a União, por intermédio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, representado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, e o Município de Uruguaiana do Estado do Rio Grande do Sul, com a finalidade do Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento a Criminalidade com recursos proveniente do Ministério da Justiça e Segurança Pública por meio da Ação Orçamentária 21BQ.

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.494/0001-36, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Palácio da Justiça, CEP 70.064-900, Brasília, DF, doravante denominado **CONCEDENTE**, neste ato representado pela **DIRETORA DE GESTÃO DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, CAMILA KÜHL PINTARELLI**, nomeada pela Portaria Casa Civil nº 324, de 18 de março de 2024, publicada no D.O.U. de 19/03/2024, portadora da matrícula funcional 3400330 e;

A **MUNICÍPIO DE URUGUAIANA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, inscrita no CNPJ nº 88.131.164/0001-07, com sede administrativa na Rua Quinze de Novembro, 1882 - Centro. Uruguaiana - RS. Cep: 97501-532, doravante denominada **CONVENIENTE**, representado pelo **PREFEITO, RONNIE PETERSON COLPO MELLO**, portador da matrícula funcional nº 18691-0.

RESOLVEM, celebrar o presente **CONVÊNIO**, com a finalidade de aparelhar a Guarda Civil Municipal de Uruguaiana, por meio de aquisição de viaturas, coletes de proteção balística e rádios transceptores, registrado no Transferegov.br, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no que couber, na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício, no Decreto Federal nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, no Decreto Federal nº 11.351, de 16 de maio de 2023, regulamentado pela Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 21 de maio de 2024, e, subsidiariamente, Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023, consoante o processo administrativo nº 08020.005534/2023-09, e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto aparelhar a Guarda Civil Municipal de Uruguaiana, por meio de aquisição de viaturas, coletes de proteção balística e rádios transceptores, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

Integram este Termo de Convênio, independentemente de transcrição, o Plano de Trabalho e o Termo de Referência, propostos pelo CONVENIENTE e inseridos no Transferegov.br, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os partícipes acatam integralmente.

Subcláusula Única. Eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente do CONCEDENTE e que não haja alteração do objeto, exceto para as situações tratadas no art. 44, III, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Sem prejuízo do constante nas demais Cláusulas deste Convênio, são obrigações dos partícipes:

I – DO CONCEDENTE:

- a) analisar as alterações propostas no plano de trabalho; e
- b) realizar a análise jurídica necessária à celebração dos instrumentos relacionados a este instrumento;
- c) emitir os empenhos necessários à execução deste instrumento;
- d) celebrar, caso seja de interesse, eventuais termos aditivos;
- e) transferir os recursos financeiros para o CONVENIENTE, preferencialmente em parcela única;
- f) avaliar e aferir o cumprimento do objeto pactuado, em conformidade com as disposições do art. 12 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 2024;
- g) notificar o CONVENIENTE quando não apresentada a prestação de contas ou se constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos quando da verificação da execução do objeto;
- h) adotar as medidas administrativas para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção da regularização e do ressarcimento, em atenção ao disposto no art. 4º da Portaria nº 11.531, de 1º julho de 2021, da Controladoria-Geral da União - CGU;
- i) analisar a prestação de contas final apresentada pelo CONVENIENTE;
- j) instaurar a Tomada de Contas Especial - TCE, observando os procedimentos e a formalização, de acordo com a legislação específica ao caso;
- k) divulgar ao CONVENIENTE os atos normativos e orientações relativas aos instrumentos; e
- l) exigir que o CONVENIENTE disponibilize, em seu sítio oficial na internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, o extrato do instrumento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação, o detalhamento da aplicação dos recursos e as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, na forma do art. 43 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula primeira. Caberá a qualquer tempo, havendo indícios de irregularidades ou fraudes na execução do objeto, fundamentadamente, ao CONCEDENTE, instaurar as medidas administrativas internas necessárias e/ou úteis para debelar a irregularidade ou fraude, inclusive, se for o caso, sustar pagamentos e representar aos órgãos de controle.

II – DO CONVENIENTE:

- a) registrar no Transferegov.br suas propostas, planos de trabalho e pesquisas de preços, na forma e prazos estabelecidos pelo CONCEDENTE;
- b) definir por metas e etapas, a forma de execução do objeto;
- c) assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços estabelecidos nos instrumentos, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades;

- d) garantir a existência de infraestrutura, utilidades, pessoa e licenças necessários à instalação e disponibilização dos equipamentos adquiridos;
- e) selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo CONCEDENTE, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando ao CONCEDENTE sempre que houver alterações;
- f) incluir, em seus orçamentos anuais, dotação orçamentária referente aos recursos relativos a este instrumento;
- g) proceder ao depósito da contrapartida pactuada neste instrumento, na conta bancária específica vinculada ao presente Convênio, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;
- h) realizar o procedimento de compras e contratações, sob sua inteira responsabilidade, observando a legislação vigente e assegurando:
 - i) a correção dos procedimentos legais;
 - ii) a suficiência do termo de referência;
 - iii) a suficiência da planilha orçamentária discriminativa do percentual de Encargos Sociais e de Bonificação e Despesas indiretas – BDI utilizados, cada qual com o respectivo detalhamento de sua composição, por item de orçamento ou conjunto deles; e
 - iv) a utilização do PNCP previsto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, quando o conveniente for órgão ou entidade das administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- i) apresentar declaração expressa firmada por representante legal do órgão ou entidade CONVENIENTE, ou registro no Transferegov.br que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis ao procedimento de compras e contratações;
- j) registrar no Transferegov.br, nos casos de inexigibilidade e dispensa de licitação, os pareceres técnico e jurídico que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos na legislação pertinente;
- k) prever, no edital de licitação e no CTEF, que a responsabilidade pela qualidade dos materiais e serviços executados ou fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readaptações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado;
- l) registrar no Transferegov.br o processo licitatório, o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela administração pública para a execução do serviço e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com a sua respectiva inscrição ativa no CNPJ, o termo de homologação e adjudicação, o extrato do CTEF e seus respectivos aditivos;
- m) inserir cláusula no CTEF destinado à execução do instrumento, para que a empresa contratada permita o livre acesso aos servidores do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como dos funcionários da mandatária e do apoiador técnico, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas;
- n) inserir cláusula nos CTEFs destinados à execução do instrumento, para que a empresa contratada insira as informações e os documentos relativos à execução no Transferegov.br;
- o) disponibilizar, em seu site oficial na internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, o extrato do instrumento, conforme disposto no art. 43 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023;
- p) executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto, observando prazos e custos;
- q) utilizar os aplicativos disponibilizados pelo órgão central do Transferegov.br, para registro da execução física do objeto e quando da realização das atividades de fiscalização;
- r) exercer, na qualidade de contratante, a fiscalização sobre o contrato administrativo de execução ou fornecimento – CTEF;

- s) realizar visitas regulares nos empreendimentos, e apresentar os relatórios referentes às visitas realizadas quando solicitado;
- t) determinar a correção de vícios detectados que possam comprometer a fruição do objeto;
- u) estimular a participação dos beneficiários finais na elaboração e implementação do objeto do instrumento, bem como na manutenção do patrimônio gerado por este investimento;
- w) operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes deste instrumento;
- x) fornecer ao CONCEDENTE, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;
- y) obedecer às regras e diretrizes de acessibilidade na execução do objeto do instrumento, em conformidade com as leis, normativos e orientações técnicas que tratam da matéria.
- z) indicar o sistema Fala.BR como canal de comunicação efetivo, ao qual se dará ampla publicidade, para o recebimento de manifestações dos cidadãos relacionadas ao instrumento, possibilitando o registro de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias;
- aa) submeter previamente ao CONCEDENTE qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aceito na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas, procedendo o envio no Transferegov.br e encaminhando ao Protocolo Eletrônico do Ministério da Justiça e Segurança Pública e ao email "cocel-senasp@mj.gov.br".
- ab) realizar no Transferegov.br os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca da TCE dos instrumentos, quando couber
- ac) prestar esclarecimentos sempre que solicitado pelo CONCEDENTE;
- ad) aplicar os recursos recebidos por intermédio do Convênio exclusivamente para pagamento de despesas constantes do plano de trabalho ou para aplicação financeira;
- ae) manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Convênio em conta bancária específica, aberta em instituição financeira oficial, inclusive os resultantes de eventual aplicação financeira, bem assim aqueles oferecidos como contrapartida, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;
- af) permitir ao CONCEDENTE, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta bancária específica vinculada ao presente Convênio, não estando sujeita ao sigilo bancário perante a União e respectivos órgãos de controle;
- ag) manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio;
- ah) instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou na gestão financeira do instrumento, comunicando tal fato ao CONCEDENTE;
- ai) incluir regularmente as informações e os documentos exigidos pela Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 2024, mantendo-o atualizado;
- aj) permitir ao CONCEDENTE, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta bancária específica vinculada ao presente Convênio, não estando sujeita ao sigilo bancário perante a União e respectivos órgãos de controle;
- ak) prestar contas dos recursos transferidos;
- al) observar os prazos estipulados para devolução dos recursos; e
- am) manter os documentos relacionados ao instrumento pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de aprovação da prestação de contas final.
- an) possuir capacidade técnico operacional de controle e manutenção patrimonial dos bens adquiridos em razão dos recursos provenientes deste convênio;
- ao) indicar formalmente os servidores do conveniente que atuarão na plena execução dos convênios, tanto nos campos obrigatórios do Transferegov.br, bem como, aos fiscais do convênio designados pelo MJSP;

- pp) apresentar todos os documentos fiscais legíveis, sem rasuras, identificados com o número do Convênio e com atesto de recebimento, contendo a data da assinatura e a matrícula do responsável;
- qq) apresentar relatório fotográfico completo por meio do aplicativo - App Fiscalgov.br, contendo registro dos bens adquiridos, devidamente instalados e em pleno funcionamento, identificados com a logomarca do Governo Federal e com o número do Convênio, sendo que na impossibilidade de utilização do aplicativo, deverá inserir o referido relatório no transferegov.br;
- rr) encaminhar cópia da documentação comprobatória da realização de curso(s) de capacitação, quando aplicável, constando no mínimo: período, carga horária, tema, conteúdo programático; cópia do currículo(s) do(s) palestrante(s); relatório fotográfico e cópia das listas de presença assinadas e dos certificados de participação;
- ss) apresentar informações que permitam a análise de eficácia e de efetividade do instrumento, com os indicadores de desempenho alcançados, conforme indicadores previstos no Plano de Trabalho /Projeto Básico (comprovação da utilização dos bens adquiridos ou dos serviços prestados, impacto causado sobre os problemas apresentados na justificativa da proposta de trabalho, contribuições do instrumento para os objetivos e diretrizes do programa federal, comparação dos resultados esperados x resultados alcançados, benefícios gerados para a população/público-alvo;
- tt) gerar no Transferegov.br, após a liquidação do repasse, todos os Relatórios de Execução aplicáveis, submetendo-os à aprovação do fiscal do concedente; e
- uu) responder às diligências que lhe forem solicitadas, nos prazos estabelecidos pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA QUARTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Para fins de execução deste Termo de convênio, os PARTICIPES obrigam-se a cumprir e manterem-se de acordo com as disposições e os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/18 (LGPD), especialmente no que se refere à legalidade no tratamento dos dados pessoais a que tiverem acesso em razão deste instrumento.

Subcláusula primeira. Em relação à LGPD, cada Parte será responsável isoladamente pelos atos a que derem causa, respondendo, inclusive, pelos atos praticados por seus prepostos e/ou empregados que estiverem em desconformidade com os preceitos normativos aplicáveis.

Subcláusula segunda. Na ocorrência de qualquer incidente (perda, destruição e/ou exposição indesejada e/ou não autorizada) que envolva os dados pessoais tratados em razão do presente instrumento, deverá a Parte responsável pelo incidente comunicar imediatamente a outra Parte, apresentando, no mínimo, as seguintes informações: (i) a descrição dos dados pessoais envolvidos; (ii) a quantidade de dados pessoais envolvidos (volumetria do evento); e (iii) quem são os titulares dos dados pessoais afetados pelo evento.

Subcláusula terceira. Caso uma das Partes seja destinatária de ordem judicial ou notificação/requisição de qualquer órgão, agência, autoridade ou outra entidade oficial, relativa ao tratamento de dados pessoais que tenham sido compartilhados em decorrência do presente instrumento, a Parte notificada deverá, imediatamente, comunicar a outra Parte.

Subcláusula quarta. Os PARTICIPES se obrigam a, após o encerramento deste instrumento e/ou após o esgotamento das finalidades para as quais os dados pessoais foram coletados, o que vier primeiro, deletar e/ou destruir todos os documentos e informações recebidas da outra Parte contendo os dados pessoais fornecidos, sejam em meios físicos ou digitais, eliminando-os de seus arquivos e banco de dados, podendo ser mantidos os dados pessoais necessários para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória e/ou para o uso exclusivo da Parte, mediante a anonimização dos dados.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

Este termo de Convênio terá vigência de 24 meses, partir da assinatura do instrumento, podendo ser prorrogada, por solicitação do CONVENIENTE devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do seu término.

Subcláusula primeira. O CONCEDENTE prorrogará "de ofício" a vigência deste Termo de Convênio, antes de seu término, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio, neste ato fixados como valor global em **R\$ 757.214,94 (setecentos e cinquenta e sete mil duzentos e quatorze reais e noventa e quatro centavos)**, serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho conforme a seguinte classificação orçamentária:

I - R\$ 684.743,47 (seiscentos e oitenta e quatro mil setecentos e quarenta e três reais e quarenta e sete centavos), relativos ao presente exercício, correrão à conta da dotação alocada no orçamento do CONCEDENTE, autorizado pela Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023, publicada no DOU de nº 1, de 02 de janeiro de 2024, UG 200331, **assegurado pela Nota de Empenho nº 200312C24NEG00744**.

II - R\$ 72.471,47 (setenta e dois mil quatrocentos e setenta e um reais e quarenta e sete centavos), relativos à contrapartida do CONVENIENTE, consignados na Lei Orçamentária nº 5.652, de 22 de Dezembro de 2023, do Município de Uruguaiana - RS, conforme Quadro de Detalhamento de Despesas inserido no campo **"Anexos de comprovação da contrapartida"**, da subaba "Dados", da aba **"Dados da Proposta"**.

Subcláusula primeira. Em caso de ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo das metas constante no Plano de Trabalho poderá ser reduzido até a etapa que não prejudique a funcionalidade do objeto pactuado, mediante aceitação do CONCEDENTE.

Subcláusula segunda. O CONVENIENTE obriga-se a incluir em seu orçamento dotação orçamentária referente aos recursos relativos ao instrumento pactuado.

Subcláusula terceira. Os recursos para atender às despesas em exercícios futuros estão consignados no plano plurianual ou em prévia lei que os autorize.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONTRAPARTIDA

Compete ao CONVENIENTE integralizar a(s) parcela(s) da contrapartida financeira, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, mediante depósito(s) na conta bancária específica do Convênio, podendo haver antecipação de parcelas, inteiras ou parte, a critério do CONVENIENTE.

Subcláusula primeira. O aporte da contrapartida observará as disposições da lei federal anual de diretrizes orçamentárias vigente à época da celebração do Convênio.

Subcláusula segunda. As receitas oriundas dos rendimentos de aplicação financeira dos recursos não poderão ser computadas como contrapartida.

Subcláusula terceira. A comprovação pelo proponente de que a contrapartida proposta está devidamente assegurada, deverá ocorrer previamente à celebração do instrumento, por meio da previsão orçamentária.

CLÁUSULA OITAVA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos financeiros relativos ao repasse do CONCEDENTE e à contrapartida do CONVENIENTE serão depositados e geridos na conta específica vinculada ao presente Convênio, aberta em nome do CONVENIENTE exclusivamente em instituição financeira oficial.

Subcláusula primeira. A conta corrente específica será nomeada fazendo-se menção ao instrumento pactuado e deverá ser registrada com o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ do órgão ou da entidade CONVENIENTE.

Subcláusula segunda. A liberação da primeira parcela ou parcela única ficará condicionada a(o):

I - a disponibilidade financeira do CONCEDENTE;

II - ao registro do processo licitatório pelo CONVENIENTE no Transferegov.br; e

III - à comprovação do envio pelo CONVENIENTE do instrumento de contrato ou outro instrumento hábil ao PNCP; e

Subcláusula terceira. A movimentação financeira na conta corrente específica do instrumento deverá ocorrer no Transferegov.br, por meio da funcionalidade ordem de pagamento de parcerias – OPP, nos termos do art. 76 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula quarta. Os recursos serão liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do Governo Federal, em conformidade com o número de parcelas e prazos estabelecidos no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho aprovado no Transferegov.br, que guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do Convênio.

Subcláusula quinta. Para recebimento de cada parcela dos recursos, deverá o CONVENIENTE comprovar o aporte da contrapartida pactuada, que deverá ser depositada na conta bancária específica em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, podendo haver antecipação de parcelas, inteiras ou parte, a critério do CONVENIENTE.

Subcláusula sexta. Os recursos deste Convênio serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

Subcláusula sétima. Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do instrumento, os rendimentos das aplicações financeiras deverão ser devolvidos ao CONCEDENTE e ao CONVENIENTE, observada a proporcionalidade prevista na celebração, sendo vedado o aproveitamento de rendimentos para ampliação ou acréscimo de metas ao plano de trabalho pactuado, salvo as hipóteses do § 4º do art. 75 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula Oitava. A conta bancária específica do Convênio será preferencialmente isenta da cobrança de tarifas bancárias.

Subcláusula Nona. O CONVENIENTE autoriza desde já o CONCEDENTE para que, nos casos em que não houver a devolução dos recursos no prazo previsto no §1º do art. 95 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023, solicite junto à instituição financeira albergante da conta corrente específica do convênio o resgate dos saldos remanescentes, inclusive os provenientes dos rendimentos de aplicações financeiras, observadas a proporcionalidade dos recursos aportados pelas partes, e providencie a devolução para a conta única da União, conforme previsto na alínea "a" do inciso VIII do art. 10 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 2024.

Subcláusula décima. A liberação de recursos referente ao presente Convênio observará as limitações previstas na legislação e eitoral.

Subcláusula décima primeira. O sigilo bancário dos recursos públicos envolvidos neste Convênio não será oponível ao CONCEDENTE e nem aos órgãos públicos fiscalizadores.

Subcláusula décima segunda. Os recursos deverão ser mantidos na conta corrente específica do instrumento e somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação financeira, nas hipóteses previstas em lei, no Decreto nº 11.531, de 2023, ou na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

O presente Convênio deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação aplicável.

Subcláusula primeira. É vedado ao CONVENIENTE, sob pena de rescisão do ajuste:

I - utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;

II - realizar despesas em data anterior à vigência do Convênio;

III - realizar licitação em desacordo com o estabelecido no termo de referência;

IV - alterar o objeto do convênio, exceto para:

a) ampliação do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta ou etapa, desde que não desconfigure a natureza do objeto e não haja prejuízo da fruição ou funcionalidade do objeto; e

b) alteração do local de execução do objeto.

V - efetuar pagamento em data posterior à vigência do Convênio, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência deste instrumento;

VI - efetuar pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, inclusive por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis federais específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

VII - realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo, exceto no que se refere às multas e aos juros, se decorrentes de

atraso na transferência de recursos pelo CONCEDENTE e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;

VIII - realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

IX - realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho.

X - transferir recursos para clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, exceto para creches e escolas para o atendimento pré-escolar.

XI - transferir recursos liberados pelo CONCEDENTE, no todo ou em parte, a conta que não a vinculada ao presente Convênio;

XII - celebrar contrato, convênio ou outro tipo de parceria com entidades impedidas de receber recursos federais;

XIII - pagar, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, salvo nas eventuais hipóteses previstas em leis específicas federais e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

XIV - subdelegar as obrigações assumidas por meio do presente convênio, salvo quando houver previsão expressa no plano de trabalho aprovado e não configurar descentralização total da execução; e

XV - realizar o aproveitamento de rendimentos para ampliação ou acréscimo de metas ao plano de trabalho pactuado, sem justificativa do conveniente e autorização do CONCEDENTE.

Subcláusula segunda. Os atos referentes à movimentação dos recursos depositados na conta específica deste Convênio serão realizados ou registrados no *Transferegov.br* e os respectivos pagamentos serão efetuados pelo CONVENIENTE mediante crédito na conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviço, facultada a dispensa deste procedimento nos seguintes casos, em que o crédito poderá ser realizado em conta corrente de titularidade do próprio CONVENIENTE, mediante sua justificativa e autorizado pelo CONCEDENTE, devendo ser registrado no *Transferegov.br* o beneficiário final da despesa:

I - questões operacionais que impeçam o pagamento por meio da emissão de OPP, excetuando-se falhas de planejamento;

II - na execução do objeto pelo CONVENIENTE por regime direto; e

III - no ressarcimento ao CONVENIENTE por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes de atrasos na liberação de recursos pelo CONCEDENTE e em valores acima da contrapartida pactuada.

Subcláusula terceira. Antes da realização de cada pagamento, o CONVENIENTE incluirá no *Transferegov.br*, no mínimo, as seguintes informações:

I - o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso

II - o contrato a que se refere o pagamento realizado; e

III - informações das notas fiscais ou documentos contábeis.

Subcláusula quarta. Excepcionalmente, mediante mecanismo que permita a identificação pela instituição financeira depositária, poderá ser realizado pagamento a pessoa física que não possua conta bancária, restrito ao limite individual de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) por beneficiário levando-se em conta toda a duração do instrumento.

Subcláusula quinta. No caso de fornecimento de equipamentos e materiais especiais de fabricação específica, o desbloqueio de parcela para pagamento da respectiva despesa far-se-á na forma do art. 38 do Decreto nº 93.372, de 1986, e do art. 79, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023, observadas as seguintes condições:

I - esteja caracterizada a necessidade de adiantar recursos ao fornecedor para viabilizar a produção de material ou equipamento especial, fora da linha de produção usual, e com especificação singular destinada a empreendimento específico;

II - o pagamento antecipado das parcelas tenha sido previsto no edital de licitação e no CTEF dos materiais ou equipamentos; e

III - o fornecedor ou o CONVENENTE apresentem uma carta fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, ou as demais modalidades de garantia previstas no art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Subcláusula sexta. Solicitar previamente ao Concedente a inscrição genérica de empresa estrangeira quando da liquidação de valores durante o processo de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

O CONVENENTE deverá observar, quando da contratação de terceiros com recursos da União vinculados à execução do objeto deste Convênio, as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como as demais normas aplicáveis às contratações públicas.

Subcláusula primeira. Nos casos em que empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias participem como conveniente ou unidade executora, deverão ser observadas as disposições da Lei nº 13.303, de 2016, quando da contratação de terceiros.

Subcláusula segunda. Os editais de licitação para consecução do objeto conveniado serão publicados pelo CONVENENTE após a assinatura do presente Convênio, devendo a publicação do extrato dos editais observar as disposições da legislação específica aplicável ao respectivo processo licitatório, obedecido, o disposto no art. 12, inciso XIII e art. 53 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula terceira. Excepcionalmente, quando o objeto envolver a aquisição de equipamentos ou a execução de custeio, serviços comuns, inclusive os de engenharia, ou a retomada de obras paralisadas em casos devidamente justificados pelo CONVENENTE e admitidos pelo CONCEDENTE, poderão ser aceitos, desde que observadas as condicionantes previstas no art. 54 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023:

- a) adesão à ata de registro de preços, mesmo que o registro tenha sido homologado em data anterior ao início da vigência do instrumento;
- b) licitação realizada antes da assinatura do instrumento; e
- c) contrato celebrado em data anterior ao início da vigência do instrumento.

Subcláusula quarta. Nos casos de que trata a Subcláusula terceira, somente serão aceitas as despesas que ocorrerem durante o período de vigência do instrumento de convênio.

Subcláusula quinta. O CONVENENTE se compromete, quando da contratação de terceiros, a aderir à Ata de Registro de Preços vigente gerenciada pelo Poder Executivo Federal, caso seja comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado, na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021, e seja realizada prévia consulta ao fornecedor.

Subcláusula sexta. As competências do CONCEDENTE e do CONVENENTE dispostas nos artigos 4º e 5º da Portaria Conjunta MGI/MF/CGJ nº 28, de 2024, também deverão ser observadas quando da contratação com terceiros.

Subcláusula sétima. É vedada, na hipótese de aplicação de recursos federais transferidos mediante o presente Convênio, a participação em licitação ou a contratação de empresas que constem:

- I - no cadastro de empresas inidôneas do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União;
- II - no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF como impedidas ou suspensas; ou
- III - no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.

Subcláusula oitava. O CONVENENTE deve consultar a situação do fornecedor selecionado no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, por meio de acesso ao Portal da Transparência na internet, antes de solicitar e contratar a prestação do serviço ou a entrega do bem.

Subcláusula nona. Nos casos em que a execução do objeto do Convênio, conforme previsto no plano de trabalho, envolver parceria do CONVENENTE com entidade(s) privada(s) sem finalidade lucrativa, deverá ser observado o disposto nos artigos art. 45 da Portaria Conjunta MG/MF/CGJ nº 33, de 2023, e na legislação específica que rege a parceria.

Subcláusula décima. O CONVENENTE deverá adotar medidas em relação a comunicação e/ou autorização de compras de materiais bélicos, junto ao exército brasileiro, quando se tratar de aquisição destes produtos

controlados, conforme o seu uso (permitido e restrito).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES DO CONVÊNIO

Este Convênio poderá ser alterado por termo aditivo mediante proposta de qualquer das partes.

Subcláusula primeira. A proposta, devidamente formalizada e justificada, deve ser apresentada ao CONCEDENTE em, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do término de sua vigência.

Subcláusula segunda. Excepcionalmente, poderão ser solicitadas alterações em prazo inferior, desde que sejam motivadas e em benefício da execução do objeto.

Subcláusula terceira. A análise da solicitação de alteração deverá ser realizada pelo CONCEDENTE, observados os regramentos legais e a tempestividade, de forma que não haja prejuízo à execução do objeto.

Subcláusula quarta. Nos eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto, deverá o CONVENIENTE demonstrar a respectiva necessidade e os benefícios que se pretende agregar ao projeto, cuja justificativa, uma vez aprovada pela autoridade competente do CONCEDENTE, integrará o Plano de Trabalho.

Subcláusula quinta. No caso de aumento de metas, a proposta deverá ser acompanhada dos respectivos ajustes no Plano de Trabalho, de orçamentos detalhados e de relatórios que demonstrem a regular execução das metas, etapas e fases já pactuadas.

Subcláusula sexta. As alterações no plano de trabalho que não impliquem alterações do valor de repasse ou contrapartida e da vigência do instrumento poderão ser realizadas por meio de apostila, sem necessidade de celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ACOMPANHAMENTO

O CONCEDENTE levará em consideração, no acompanhamento e na verificação do cumprimento do objeto pactuado, diante do marco de execução de 100% (cem por cento) do cronograma físico, a avaliação das informações e documentos inseridos no Transferegov.br.

Subcláusula primeira. É prerrogativa do CONCEDENTE assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descortinuidade, respondendo o CONVENIENTE, em todo caso, pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do instrumento.

Subcláusula segunda. Os processos, documentos ou informações referentes à execução deste instrumento não poderão ser sonegados aos servidores do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como ao eventual apoiador técnico.

Subcláusula terceira. Aquele que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo do Poder Executivo Federal, no desempenho de suas funções institucionais relativas ao acompanhamento e fiscalização dos recursos federais transferidos, ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal.

Subcláusula quarta. A utilização dos recursos em desconformidade com o pactuado no instrumento ensejará obrigação do CONVENIENTE devolvê-los devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido desse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução dos recursos à conta única do Tesouro Nacional.

Subcláusula quinta. Nos casos de identificação de irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, CONCEDENTE e CONVENIENTE observarão o disposto no art. 89 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula sexta. Os agentes que fizerem parte do ciclo de transferência de recursos são responsáveis, para todos os efeitos, pelos atos que praticarem no acompanhamento e fiscalização da execução deste instrumento, não cabendo a responsabilização do CONCEDENTE por inconformidades ou irregularidades praticadas pelo CONVENIENTE. O CONVENIENTE responde pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Convênio.

Subcláusula sétima. Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, o conveniente dará ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificará os Ministérios Público Federal e Estadual, bem como a Advocacia-Geral da União.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

Incumbe ao CONVENIENTE exercer a atribuição de fiscalização, a qual consiste na atividade administrativa, prevista nas legislações específicas de licitação e contratos, que deve ser realizada de modo sistemático pelo CONVENIENTE e seus prepostos, com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE deverá prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos, por meio do seu representante legal em exercício, nos prazos estabelecidos por este Convênio.

Subcláusula primeira. Compete ao representante legal da entidade privada sem fins lucrativos, prefeito e ao governador sucessor prestar contas dos recursos provenientes deste Convênio celebrado por seus antecessores.

Subcláusula segunda. Na impossibilidade de atender ao disposto na Subcláusula primeira, deverá ser apresentada, ao CONCEDENTE, justificativa que demonstre o impedimento de prestar contas e as medidas adotadas para o resguardo do patrimônio público.

Subcláusula terceira. Quando a impossibilidade de prestar contas decorrer de ação ou omissão do antecessor, o novo prefeito ou governador comunicará o CONCEDENTE e solicitará instauração de TCE, prestando todas as informações e documentos necessários.

Subcláusula quarta. Os documentos que contenham as justificativas e medidas adotadas serão inseridos no *Transferegov.br*.

Subcláusula quinta. Nos casos de que tratam as Subcláusulas segunda, terceira e quarta, o CONCEDENTE, ao ser comunicado das medidas adotadas e após avaliação, suspenderá de imediato o registro da inadimplência efetuado em decorrência da omissão de prestar contas.

Subcláusula sexta. A prestação de contas deverá ser registrada pelo CONCEDENTE no *Transferegov.br*, iniciando-se concomitantemente com a liberação da primeira parcela dos recursos financeiros do Convênio.

Subcláusula sétima. A prestação de contas final deverá ser apresentada pelo CONVENIENTE no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados:

- I - do encerramento da vigência ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro;
- II - da denúncia; e
- III - da rescisão.

Subcláusula oitava. Quando o CONVENIENTE não enviar a prestação de contas no prazo de que trata a Subcláusula sétima, o CONCEDENTE o notificará, estabelecendo prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para sua apresentação.

Subcláusula nona. Nos casos de descumprimento do prazo de que trata a Subcláusula oitava, o CONCEDENTE deverá:

- I - registrar a inadimplência do CONVENIENTE no *Transferegov.br*, por omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos; e
- II - comunicar o CONVENIENTE para que, no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação, proceda a devolução dos recursos repassados pela União, incluídos os provenientes de aplicações financeiras, corrigidos na forma da Subcláusula nona da Cláusula décima primeira.

Subcláusula décima. Quando não houver a devolução dos recursos no prazo de que trata o inciso II da Subcláusula nona, o CONCEDENTE adotará as providências para resgate dos saldos remanescentes, observado o disposto na Subcláusula segunda da Cláusula Décima Quarta, e para a imediata instauração da TCE.

Subcláusula décima primeira. A prestação de contas final tem por objetivo a demonstração e a verificação de resultados e deve conter elementos que permitam avaliar a execução do objeto, sendo compostos por:

- I - documentos inseridos e informações registradas no *Transferegov.br*;
- II - Relatório de Cumprimento do Objeto;
- III - declaração de realização dos objetivos a que se propunha o instrumento;

IV - recolhimento dos saldos remanescentes, quando houver,

V- apresentação da licença ambiental de operação, ou sua solicitação ao órgão ambiental competente, quando necessário;

VI - termo de compromisso por meio do qual o CONVENIENTE será obrigado a manter os documentos relacionados ao instrumento, nos termos da alínea "y" do inciso I da Cláusula Terceira.

VII - relatório fotográfico, contendo imagens de todos os bens/produtos adquiridos em uso e/ou serviços executados com recursos deste instrumento, sendo os bens/produtos devidamente identificados com a logomarca e o número deste Convênio, consoante avençado na CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS. II – DO CONVENIENTE, alínea "qq";

VIII - termo de localização de bens, contendo o(s) respectivo(s) número(s) de patrimônio e endereço onde os objetos foram alocados, em conformidade com o mapa de localização de bens aprovado pelo CONCEDENTE na fase de celebração do instrumento; e

IX - outros documentos necessários à demonstração da boa e regular aplicação dos recursos públicos, a critério do CONCEDENTE.

Subcláusula décima segunda. O Relatório de Cumprimento do Objeto deverá conter os subsídios necessários para a avaliação e manifestação do CONCEDENTE quanto à execução do objeto pactuado.

Subcláusula décima terceira. Em até 15 (quinze) dias, contados do envio da prestação de contas pelo CONVENIENTE, o CONCEDENTE deverá registrar o recebimento da prestação de contas no *Transferegov.br*, para fins de sensibilização nas contas contábeis do instrumento.

Subcláusula décima quarta. O prazo para análise da prestação de contas final e manifestação conclusiva pelo CONCEDENTE será de:

I - 60 (sessenta) dias, nos casos de procedimento informatizado, prorrogável no máximo por igual período, desde que devidamente justificado; ou

II - 180 (cento e oitenta) dias, nos casos de análise convencional, prorrogável no máximo por igual período, desde que devidamente justificado.

Subcláusula décima quinta. A contagem do prazo de que trata o inciso I da Subcláusula décima quarta terá início a partir da data de atribuição da nota de risco ao instrumento no *Transferegov.br*.

Subcláusula décima sexta. A contagem do prazo de que trata o inciso II da Subcláusula décima quarta dar-se-á a partir do envio da prestação de contas no *Transferegov.br*, e será suspensa quando houver a solicitação de complementação, sendo retomada quando do envio dos documentos ou informações complementares.

Subcláusula décima sétima. Constatadas impropriedades ou indícios de irregularidade, o CONCEDENTE estabelecerá o prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias para que o CONVENIENTE saneie as impropriedades ou apresente justificativas.

Subcláusula décima oitava. O CONCEDENTE notificará o CONVENIENTE caso as impropriedades ou indícios de irregularidade não sejam sanadas ou não sejam aceitas as justificativas apresentadas.

Subcláusula décima nona. A notificação prévia, prevista na Subcláusula décima oitava, será realizada por meio de correspondência com aviso de recebimento - AR, com cópia à respectiva Secretaria da Fazenda ou secretaria similar, devendo ser incluída no *Transferegov.br*.

Subcláusula vigésima. Findo o prazo de que trata a Subcláusula Décima Quarta, considerada eventual prorrogação, a ausência de decisão sobre a prestação de contas pelo CONCEDENTE poderá resultar no registro de restrição contábil do órgão ou entidade pública referente ao exercício em que ocorreu o fato.

Subcláusula vigésima primeira. O registro da inadimplência no *Transferegov.br* só será efetivado após a concessão do prazo da notificação prévia, caso o CONVENIENTE não comprove o saneamento das irregularidades apontadas.

Subcláusula vigésima segunda. Caberá ao CONCEDENTE notificar os titulares do INTEVENIENTE e da UNIDADE EXECUTORA de todas as decisões proferidas no contexto da análise e do julgamento da prestação de contas, facultando sua manifestação na mesma forma e condições concedidas ao CONVENIENTE.

Subcláusula vigésima terceira. A análise da prestação de contas final poderá ser realizada por:

I - procedimento informatizado, baseado na utilização de trilhas de auditoria e no cotejo entre a nota de risco dos instrumentos, apurada a partir de um modelo preditivo supervisionado, e o limite de tolerância ao risco da faixa de valor; ou

II - análise convencional, realizada de forma detalhada, sem a utilização do procedimento informatizado.

Subcláusula vigésima quarta. A análise convencional da prestação de contas final dar-se-á por meio da avaliação:

I - das informações e documentos de que trata a Subcláusula Décima Primeira;

II - da nota de risco do instrumento; e

III - quando houver, de relatórios, trilhas de auditorias, boletins de verificação ou outros documentos produzidos pelo CONCEDENTE, Ministério Público ou pelos órgãos de controle interno e externo, durante as atividades regulares de suas funções.

Subcláusula vigésima quinta. O resultado da análise convencional da prestação de contas final será consubstanciado em parecer técnico conclusivo

Subcláusula vigésima sexta. O parecer técnico conclusivo deverá sugerir a aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição da prestação de contas e embasará a decisão da autoridade competente.

Subcláusula vigésima sétima. A análise convencional da prestação de contas final pelo CONCEDENTE poderá resultar em:

I - aprovação;

II - aprovação com ressalvas, quando evidenciada impropriedade ou outra falta de natureza formal da qual não resulte dano ao erário; ou

III - rejeição.

Subcláusula vigésima oitava. A decisão sobre a aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição da prestação de contas final compete:

I - ao CONCEDENTE; e

II - à autoridade competente para assinatura do instrumento, permitida delegação nos termos do § 2º do art. 38 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula vigésima nona. Nos casos de extinção do órgão ou entidade CONCEDENTE, o órgão ou entidade sucessor será o responsável pela decisão sobre a regularidade da aplicação dos recursos transferidos.

Subcláusula trigésima trigésima. A rejeição da prestação de contas final dar-se-á em decorrência da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União, especialmente nos casos de:

a) inexecução total ou parcial do objeto pactuado;

b) desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos;

c) impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições constantes deste Convênio ou da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023;

d) ausência de depósito ou depósito em montante inferior da contrapartida pactuada, observadas as disposições dos arts. 63 e 64 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023;

e) não utilização, total ou parcial, da contrapartida pactuada, na hipótese de não haver recolhimento proporcional aos aportes realizados, na forma prevista na Cláusula Décima Quarta;

f) movimentação e gestão dos recursos em desacordo com o disposto nas arts. 75 e 76 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023;

g) não devolução de eventuais saldos remanescentes, observada a proporcionalidade; e

h) ausência de documentos exigidos na prestação de contas que comprometa o julgamento do cumprimento do objeto pactuado e da boa e regular aplicação dos recursos.

Subcláusula trigésima primeira. A decisão sobre a aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição da prestação de contas do instrumento deverá ser registrada no *Transferegov.br*, cabendo ao CONCEDENTE

prestar declaração expressa acerca do cumprimento do objeto e de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

Os saldos remanescentes, incluídos os provenientes dos rendimentos de aplicações financeiras, serão restituídos à União e ao CONVENIENTE, observada a proporcionalidade dos recursos aportados pelas partes, independentemente da época em que foram depositados.

Subcláusula primeira. Caberá ao CONVENIENTE, no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias, contados da denúncia, da rescisão, da conclusão da execução do objeto ou do término da vigência, o que ocorrer primeiro:

I - devolver os saldos remanescentes proporcionais aos repasses da União, para a Conta Única do Tesouro Nacional; e

II - transferir os saldos remanescentes proporcionais à contrapartida aportada, para uma conta de livre movimentação de sua titularidade.

Subcláusula segunda. Nos casos de descumprimento do disposto na Subcláusula primeira, o CONCEDENTE solicitará, à instituição financeira albergante da conta específica do instrumento, a imediata devolução dos saldos para a Conta Única do Tesouro Nacional, na forma indicada no inciso I da Subcláusula primeira.

Subcláusula terceira. Caso não tenha havido qualquer execução física ou financeira, deverão ser recolhidos à Conta Única do Tesouro Nacional, na forma indicada no inciso I da Subcláusula primeira, os recursos recebidos e os respectivos rendimentos de aplicação financeira, sem a incidência de atualização e juros de mora.

Subcláusula quarta. Quando houver a rejeição total ou parcial da prestação de contas final pelos motivos relacionados na Subcláusula trigésima da Cláusula Décima Quinta, o CONCEDENTE deverá notificar o CONVENIENTE para que, no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação, proceda à devolução dos recursos correspondentes ao valor rejeitado, devidamente corrigidos.

Subcláusula quinta. A não devolução dos recursos de que trata a Subcláusula quarta ensejará o registro de impugnação das contas do Convênio no *Transferegov.br* e instauração da TCE.

Subcláusula sexta. O CONCEDENTE efetuará o registro do CONVENIENTE, em cadastros de inadimplência, nas seguintes hipóteses:

I - após o julgamento da tomada de contas especial ou de procedimento análogo pelo Tribunal de Contas da União, nas hipóteses de rejeição total ou parcial da prestação de contas; ou

II - após a notificação do CONVENIENTE e o decurso do prazo previsto na Subcláusula oitava da Cláusula Décima Terceira, nas hipóteses de omissão na apresentação da prestação de contas, independentemente de instauração ou de julgamento da tomada de contas especial.

Subcláusula sétima. Após a rejeição total ou parcial das contas, o saldo referente à rejeição constará como impugnado e o CONVENIENTE será cadastrado como inadimplente somente após o julgamento de que trata o inciso I da Subcláusula sexta.

Subcláusula oitava. Na hipótese de aplicação de ato normativo do Tribunal de Contas da União que autoriza a dispensa da Tomada de Contas Especial, a autoridade administrativa adotará medidas administrativas ao seu alcance, como o registro da inadimplência do CONVENIENTE no *Transferegov.br* e a inclusão nos cadastros de inadimplência, sem prejuízo de requerer ao órgão jurídico pertinente as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, com vistas à obtenção do ressarcimento do déficit apurado, inclusive o protesto, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS BENS REMANESCENTES

Os bens remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados no âmbito deste Convênio serão de propriedade do CONVENIENTE.

Subcláusula primeira. Consideram-se bens remanescentes os equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos dos instrumentos necessários à consecução do objeto, mas que não se incorporam a este.

Subcláusula segunda. O CONVENIENTE deverá contabilizar e proceder à guarda dos bens remanescentes, bem como encaminhar manifestação ao CONCEDENTE com o compromisso de utilizá-los para assegurar a continuidade do programa governamental, devendo estarem claras as regras e diretrizes de utilização desses bens.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA DENÚNCIA, RESCISÃO E EXTINÇÃO

O presente Convênio poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

b) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

c) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial, observado o disposto nos artigos 106 e 107 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023;

III - extinto, quando não tiver ocorrido repasse de recursos e houver descumprimento das condições suspensivas, nos prazos estabelecidos no instrumento.

Subcláusula primeira. O CONCEDENTE registrará no *Transferegov.br* e publicará no Diário Oficial da União a denúncia, rescisão ou extinção.

Subcláusula segunda. Quando da denúncia ou rescisão do instrumento, o CONVENIENTE deverá:

- devolver os saldos remanescentes, inclusive aqueles oriundos de rendimentos de aplicações financeiras, em até 30 (trinta) dias; e

II - apresentar a prestação de contas final em até 60 (sessenta) dias

Subcláusula terceira. No prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do registro da denúncia ou rescisão do instrumento no *Transferegov.br*, o CONCEDENTE providenciará o cancelamento dos saldos de empenho, independente do indicador de resultado primário.

Subcláusula quarta. A rescisão decorrente do cometimento de fato que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial, prevista no caput desta Cláusula, inciso II, alínea "c", deverá ocorrer depois da adoção das medidas administrativas internas para elidir o dano, observados os princípios norteadores dos processos administrativos consubstanciados no art. 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, bem como o disposto na Portaria CGU nº 1.531, de 2021, e na Instrução Normativa TCU nº 71, de 28 de novembro de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICIDADE

A eficácia do presente Convênio fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, a qual deverá ser providenciada pelo CONCEDENTE no prazo de até 10 (dez) dias a contar da respectiva assinatura.

Subcláusula primeira. Será cada publicidade em sítio eletrônico específico denominado *Transferegov.br* aos atos de celebração, alteração, liberação de recursos, acompanhamento e fiscalização da execução e a prestação de contas do presente instrumento.

Subcláusula segunda. A notificação da celebração do instrumento à Assembleia Legislativa ou à Câmara Legislativa ou à Câmara Municipal do CONVENIENTE, conforme o caso, será realizada eletronicamente por meio do sistema *Transferegov.br*, e da mesma forma será a notificação da liberação dos recursos.

Subcláusula terceira. O CONVENIENTE obriga-se a:

I - caso seja município ou o Distrito Federal, a notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no município, quando da liberação de recursos relativos ao presente Convênio, no prazo de até 02(dois) dias úteis, nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico;

II - identificar da celebração deste Convênio o conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência de recursos, quando houver; e

III - disponibilizar, em seu sítio eletrônico na internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato deste Convênio, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento na aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, ou inserir link em sua página eletrônica oficial que possibilite acesso direto ao *Transferegov.br*

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - todas as comunicações relativas a este Convênio serão consideradas como regularmente efetuadas quando realizadas por intermédio do *Transferegov.br* e procedendo o envio no *Transferegov.br* e encaminhando ao Protocolo Eletrônico do Ministério da Justiça e Segurança Pública, exceto quando a legislação regente tiver estabelecido forma especial;

II - as mensagens e documentos resultantes de eventual transmissão via fac-símile, não poderão constituir-se em peças de processo e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de 05 (cinco) dias;

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Convênio, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados; e

IV - as exigências que não puderem ser cumpridas por meio do *Transferegov.br* deverão ser supridas através da regular instrução processual, sem prejuízo do posterior registro do ato no mesmo sistema *Transferegov.br*;

V - em conformidade com o disposto na Instrução Normativa TCU nº 98, de 27 de novembro de 2024, os endereços físicos, eletrônicos e telefônicos do responsável pela execução estão disponíveis na Plataforma *Transferegov.br*.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

Os partícipes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente ajuste, a tentativa de conciliação e mediação administrativa perante a Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal, da Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 37 da Lei nº 13.140, de 2015, do art. 11 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, e do art. 41, inciso II, alínea "b" do Anexo I ao Decreto nº 11.328, de 1º de janeiro de 2023.

Subcláusula única. Não logrando êxito a conciliação, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Convênio, o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, por força do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Pelo CONCEDENTE:

CAMILA PINTARELLI

Diretora de Gestão do Fundo Nacional de Segurança Pública - SENASP/MJSP

Pelo CONVENENTE:

RONNIE PETERSON COLPO MELLO

Prefeito do Município de Uruguaiana - RS



Documento assinado eletronicamente por **Ronnie Peterson Colpo Mello**, **Usuário Externo**, em 30/12/2024, às 14:26, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **30043891** e o código CRC **EF0E1B07**.
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08C20.005534/2023-09

SEI nº 30043891



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

G3372C11C4887607017
20/01/2025 11:14:52

Cliente

Agência 45-0

Conta 73406-2 MUNICIPIO DE URUGUAIANA

Mês/ano referência DEZEMBRO/2024

BB RF CP Automático - CNPJ 42.592.315/0001-15

Data	Histórico	Valor	Valor IRPréj. Comp.	Valor OF	Quantidade cotas	valor cota	Saldo cotas
29/11/2024	SALDO ANTERIOR	259.135,52			197.540,181457		
31/12/2024	SALDO ATUAL	260.907,04			197.540,181457		197.540,181457

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	259.135,52
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	1.771,52
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	1.771,52
SALDO ATUAL =	260.907,04

Valor da Cota

29/11/2024	1,31161714
31/12/2024	1,320779604

Rentabilidade

No mês	0,6636
No ano	3,0081
Últimos 12 meses	3,0081

Transação efetuada com sucesso por: JB335774-WALTER R CARDO DORNELES GONCALVES.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5370
Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

Paulo Gustavo

Cliente

Agência 452

Conta 72592-X MUNIC. PIC DE JURJUAIANA

Mês/ano referência DEZEMBRO/2024

BB RF CP Automatico - C/PJ: 42.592.315/0001-15

Data	Histórico	Valor	Valor IR/Prej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotes	Valor cote	Saldo cotes
29/11/2024	SALDO ANTERIOR	29.016,30			22.119,253372		
31/12/2024	SALDO ATUAL	29.214,66			22.119,253372		22.119,253372

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	29.016,30
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	198,36
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	198,36
SALDO ATUAL =	29.214,66

Valor da Cota

29.11.2024	1,311311714
31.12.2024	1,320779504

Rentabilidade

No mês	0,6836
No ano	8,0081
Últimos 12 meses	8,0081

Transação efetuada com sucesso por: JB330774 WALTER RICARDO CORNELES GONCALVES.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidor a BB 0800 729 5578

Para deficientes auditivos 0800 729 0090

Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

Cliente

Agência 45-0

Conta 7238*-1 MUNIC PIC DE URUGUAIANA

Mês/ano referência DEZEMBRO/2024

BB RF CP Automático - CNPJ: 42.592.315/0001-15

Paulo Gustavo

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
29/11/2024	SALDO ANTERIOR	109.388,66			80.387,466543		
30/12/2024	RESGATE	100.598,25			76.191,122153	1,320340337	7.196,344392
	Aplicação 15/08/2023	100.598,25			76.191,122153		
31/12/2024	SALDO ATUAL	9.504,78			7.196,344392		7.196,344392

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	109.388,66
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	100.598,25
RENDIMENTO BRUTO (+)	714,37
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	714,37
SALDO ATUAL =	9.504,78

Valor da Cota

29/11/2024	1,311817714
31/12/2024	1,320770604

Rentabilidade

No mês	0,5836
No ano	8,0081
Últimos 12 meses	8,0081

Transação efetuada com sucesso por: JB336774 WALTER RICARDO DORNIELES GONCALVES.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvicoria BB 0800 729 5578
Para deficientes auditivos 0800 729 0088

Explos, Jayde Lira, Augusto, 1/1/25

Ata nº 001/2025

Por vinte e sete dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e cinco, na Biblioteca Pública Municipal Luiz Guilherme do Prado Veppo, realizou-se a partir das 11 horas, uma reunião do Conselho Municipal de Política Cultural, no primeiro momento houve a apresentação do Secretário Municipal de Cultura, Dr. Lourival Araújo Gonçalves, contando sobre sua trajetória, e os membros de cultura presentes, e o Conselho, digo, Conselheiros também fizeram suas apresentações e segmento e a entidade cultural a que representam.

Na sequência, a partir dos C.I.s 046 e 047/2025 - SEFAZ, que trazem os extratos bancários dos seguintes contos e os respectivos saldos, para a abertura crédito remanescente do ano de 2024: - 486, conta audiovisual, 72582-X, saldo R\$ 29.214,66, e conta de mais áreas, 72581-1, saldo R\$ 3.504,78; e PNAO, conta 73406-3, saldo R\$ 260.507,09, sendo R\$ 208.008,96 para, digo destinados a operacionalização da Lei Cultura Viva, e R\$ 52.898,08 como saldo apóreo dos rendimentos. Os conselheiros aprovaram por unanimidade sobre a abertura do saldo. Foi arquivado sobre o andamento do edital Cultura Viva, que sempre abrisse. Sobre a vigência do Conselho, prazo até abril de 2025 e por conta disso, se dá a necessidade de encaminhamento para 4ª Conferência Municipal de Cultura, sendo escolhida a Comissão de Trabalho, Seffora Aguiar, Andriotti Neumann, Ana Lucia Belém Faria, Maria Pereira Japut, Alinda

Batista Tassi Ferreira, Sem mais, digo, na oportunidade
Se Henrique Neumann, divulgou a programação da 29ª Semana
da Paz de Uruguayan. Sem mais, assina e demais presentes
apresenta (SECRET); (SEMUR); M. 30 de Junho, 1972. E. Egger
(SEMUR) (SEMUR), para, Luis Behm, Fabiane,
WALTER ORDAI (Acervo territorial cultura) Dorian Marinho
WILMAR Will Bueno, MARCELO (Acervo) Eduardo Gonçalves de
Paulo Felipe Oliveira, José Almeida, DURB, OLIVEIRA
ORDIS, Dando, Bruno, Luis F. C. Silveira,
Bruno S S

BANRISUL AUTOMATICO FI RENDA FIXA CURTO PRAZO
CNPJ 01.353.260/0001-33

ADMINISTRADOR

BANRISUL S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIARIOS E CAMBIO
93.026.847/0001-25

REFERENCIA: DEZ/2024

RENTABILIDADE DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM %
NO MES: 0,70 NO ANO: 8,55 ULTIMOS 12 MESES: 8,55

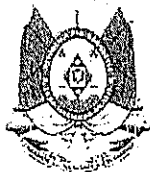
NOME CLIENTE AGENCIA CONTA CORRENTE CODIGO CPF/CNPJ
PROGRAMA A CASA E SUA 0430 04.164750.C-6 7905645.6 88.131.164.0001/07

DATA	HISTORICO	EM COTAS	EM R\$	VALOR DA COTA
29/11/2024	SALDO ANTERIOR	236.518,22572	1.033.535,62	3,60712
18/12/2024	RESGATE	478,14484	1.732,62	3,62363
30/12/2024	RESGATE	43.039,36201	156.348,66	3,63269
30/12/2024	SALDO ATUAL	243.000,71887	882.746,28	3,63269

APLICACOES: 0,00
RESGATES: 158.081,28-
RENDIMENTO DO MES DE COMPETENCIA: 7.321,94
BASE DE CALCULO PARA IR: 0,00
IR RETIDO: 0,00
IOF RETIDO: 0,00

SAC: 0800 6461515 OUVIDORIA: 0800 6442200

Toda transação está sujeita à análise de fraude, podendo levar alguns minutos até ser efetivada ou, eventualmente, ser cancelada pelo Banrisul. Mantenha seus contatos atualizados.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

TERMO DE CONVÊNIO
- OBRAS -

FPE nº 3699 / 2023
CDTV nº 1396 / 2023

CONVÊNIO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, E O MUNICÍPIO DE URUGUAIANA, OBJETIVANDO A CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS, CONFORME PROCESSO Nº 23/1700-0000587-0.

O **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, por intermédio da **SECRETARIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**, com sede na Av. Borges de Medeiros, nº 1501 – 14º andar – CEP 90119-900 – Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ sob o nº 49.429.315/0001-48, representada neste ato por seu titular, **ANTONIO CARLOS GOMES DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade nº 9096442497 SSP/RS, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 02*.427.437-30, doravante denominado **CONCEDENTE**, e o Município de **URUGUAIANA**, com sede na Rua XV de Novembro, nº 1882, no Município de **URUGUAIANA/RS**, CEP 97501-532, inscrito no CNPJ sob o nº 88.131.164/0001-07, doravante denominado **CONVENIENTE**, representado neste ato por seu Prefeito, Sr. **RONNIE PETERSON COLPO MELLO**, residente na Rua João Manoel, nº 2520 – ap. 702, no Município de **URUGUAIANA/RS**, portador da Carteira de Identidade nº 106*829816 SSP inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 002.420.230-45, com base na Lei nº 8.656/93, na Lei Complementar nº 101/2000, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, na Lei Estadual 13.017/2008 e alterações posteriores, e na Instrução Normativa CAGE nº 06 de 27 de dezembro de 2016¹, celebram o presente **CONVÊNIO ADMINISTRATIVO**, nos termos e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

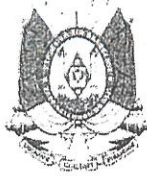
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a construção de 32 (trinta e dois) unidades habitacionais no município no âmbito do Programa de Construção de Unidades Habitacionais – A Casa é Sua, de acordo com o Plano de Trabalho que é parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

O objeto deste Convênio será executado de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pelas partes, com as cláusulas deste instrumento e com a IN CAGE nº 06/2016; e será acompanhado e fiscalizado de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e sua plena e tempestiva execução.

A referida norma encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico:
<http://www.legislacao.sefaz.rs.gov.br> (Áreas: CAGE)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros correrão à conta do seguinte recurso orçamentário, com o empenho correspondente ao valor a ser executado no exercício (primeira parcela) gravado sob o nº 23007035651, datado de 11/12/2023.

Unidade Orçamentária: 17.83

Projeto/Atividade: 5415

Subtítulo: 000*

Natureza da Despesa: 4.4.40.42

Rubrica: 4201

Valor: R\$ 2.560.000,00.

CLÁUSULA QUARTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para consecução do objeto o CONCEDENTE repassará ao CONVENIENTE R\$ 2.560.000,00, o qual será liberado em 3 parcelas.

1. A primeira parcela de 25% do valor de repasse do Estado será liberada antecipadamente, após a publicação da Súmula no DOE;

2. A segunda parcela de 50% do valor de repasse será liberada após a emissão da Ordem do Serviço por parte do município, para o início das obras e deverá ser acompanhada do Contrato assinado com a Empresa vencedora, a inclusão no sistema de monitoramento de convênios e comprovação da colocação da placa de obras;

3. A terceira parcela dos restantes 25% do valor de repasse somente será liberada, quando o município apresentar a prestação de contas parcial de 50% das obras executadas, com as devidas comprovações, das documentações que serão demandadas pela SEHAB e após a equipe da Divisão de Fiscalização de Obras da SEHAB atestar e aprovar a prestação parcial das obras.

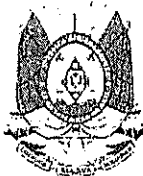
§ 1º Os recursos financeiros serão depositados e geridos em conta específica da agência do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, em aplicação financeira, conta esta vinculada e identificada pelo número e nome do presente convênio, a qual será movimentada pela CONVENIENTE exclusivamente para fins deste convênio, visando ao pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho ou para aplicação financeira.

§ 2º Salientamos que o conveniente não poderá apresentar pendências no CADIN e deverá estar em dia quanto à atualização no Sistema de Monitoramento de Convênios – Decreto nº 56.939 de 19 de março de 2023.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRAPARTIDA

O CONVENIENTE deverá alocar, conforme detalhado no Plano de Trabalho aprovado, a contrapartida, que poderá se dar:

Sob a forma financeira e/ou em bens e serviços (material de construção, mão-de-obra própria ou por ele contratada), totalizando a importância de R\$ 1.330.480,25.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

Para a consecução do objeto previsto na Cláusula Primeira do presente instrumento o CONCEDENTE deve realizar as obrigações essenciais elencadas na IN CAGE 03/2016, dentre as quais destacam-se:

1. Designar, mediante Portaria, servidor e respectivo suplente para fiscalizar a execução do presente convênio, com a prerrogativa de orientar e administrar os atos cujos desvios tenham ocasionado prejuízos aos objetivos e metas estabelecidas;
2. Exigir as prestações de contas na forma e nos prazos fixados neste instrumento e na legislação em vigor, mediante imediata apresentação dos documentos comprobatórios da execução do convênio ou a devolução dos valores transferidos, devidamente atualizados, sem prejuízo de instauração de tomada de contas especial, se houver dano ao erário;
3. Analisar e emitir, tempestivamente, parecer sobre a regularidade das contas e da execução do convênio;
4. Receber o objeto do convênio, quando concluído, nos termos avençados, atestando sua efetiva execução;

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

Para a consecução do objeto previsto na Cláusula Primeira do presente instrumento, o CONVENIENTE deve realizar as obrigações essenciais elencadas na IN CAGE 06/2016, dentre as quais destacam-se:

1. Executar o objeto conforme estabelecido no Plano de Trabalho;
2. Manter e movimentar os recursos financeiros recebidos na conta bancária específica;
3. Aplicar os saldos do convênio, enquanto não utilizados, em modalidade de aplicação financeira lastreada em títulos da dívida pública;
4. Aplicar os rendimentos da aplicação financeira referida na alínea anterior exclusivamente no objeto do convênio, destacando-os no relatório e demonstrativos da prestação de contas, vedado o uso para ampliação ou acréscimo de metas ao Plano de Trabalho pactuado;
5. Publicar o instrumento convocatório de licitação no prazo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento da primeira parcela ou da parcela única;
6. Designar, mediante Portaria, servidor e respectivo suplente responsável pelo acompanhamento, registro e fiscalização dos contratos com terceiros para a execução do objeto do convênio, responsabilizando-se pelos recebimentos provisórios e definitivos;
7. Notificar, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias após a liberação da primeira parcela ou do repasse único dos recursos financeiros, o respectivo conselho local ou a instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência, quando houver, e a Câmara Municipal, para fins de acompanhamento, fiscalização e avaliação das ações pactuadas, a qual deverá ser acompanhada, impreterivelmente, de cópia do Plano de Trabalho assinado;
8. Atestar, na face do documento original comprobatório da despesa, o recebimento dos materiais adquiridos ou da prestação de serviços;
9. Concluir o objeto conveniado, se os recursos previstos no convênio forem insuficientes para a sua conclusão, sob pena de ressarcimento do prejuízo causado aos cofres públicos;
10. Contribuir com contrapartida igual ou maior que 30% do valor do CONCEDENTE, conforme Plano de Trabalho aprovado pelas partes;
11. Manter Conselho Municipal de Habitação, ou outro que cumpra essas funções;
12. Apresentar Prestações de Contas dos recursos recebidos, obedecidas as disposições deste instrumento e da IN CAGE nº 06/16;
13. Devolver os saldos do convênio e dos rendimentos das aplicações financeiras, por ocasião da prestação de contas ou da extinção do convênio, que não tiverem sido aplicados no



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

objeto cu cuja regularidade de sua aplicação não restar comprovada, observada a proporcionalidade entre a contrapartida pactuada e o valor repassado pelo CONCEDENTE, conforme guia de arrecadação de código 547;

14. Devolver os valores transferidos, atualizados monetariamente, desde a data do recebimento, de acordo com a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC - para títulos federais, acumulada mensalmente, até o mês anterior ao do pagamento, e 1% (um por cento) no mês do pagamento, sem prejuízo das ações legais cabíveis, acrescidos dos rendimentos das aplicações financeiras, no caso da extinção antecipada do convênio;

15. Averbar as unidades habitacionais construídas, quando se tratar de imóveis urbanos em áreas de propriedade do CONVENIENTE;

16. Divulgar em seu sítio eletrônico, em local de fácil acesso, as informações referentes a valores devidos, identificando o número do convênio e o nome do conveniente, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;

17. Garantir o livre acesso dos servidores do CONCEDENTE, da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (CAGE) e do Tribunal de Contas do Estado aos processos, documentos, informações e locais de execução do objeto.

18. Comunicar, tempestivamente, os fatos que poderão ou estão a afetar a execução normal do convênio para permitir a adoção de providências imediatas pelo CONCEDENTE;

19. Manter as informações cadastrais atualizadas durante a vigência do convênio;

20. Designar responsável técnico e providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) relativa às obras ou aos serviços de engenharia, ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) para projetos, obras ou serviços técnicos de arquitetura e urbanismo; e

21. Identificar o produto da obra, em local visível aos usuários, conforme o padrão estabelecido pelo Estado do Rio Grande do Sul.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente instrumento será de **12 meses**, a contar da data da publicação na súmula no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo único. A eficácia do presente convênio fica condicionada à publicação de sua súmula no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

Este instrumento poderá ser alterado, por meio de termo aditivo, havendo concordância entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada, no mínimo, **60 (sessenta) dias** antes do término de sua vigência, vedada a alteração do objeto aprovado.

Parágrafo único. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, desde que haja manifestação do fiscal do convênio e que a CONVENIENTE apresente:

a) os motivos detalhados que justifiquem o atraso ocorrido na execução e o prazo de prorrogação solicitado;

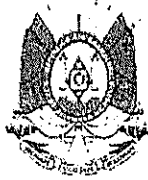
b) as ações que já foram realizadas para sanar os motivos apresentados como justificativa para o atraso;

c) extrato da conta corrente bancária específica;

d) descrição detalhada dos itens do Plano de Trabalho que já tenham sido executados assim como aqueles que ainda o serão, contendo a porcentagem da execução do objeto e a porcentagem dos valores já realizados;

e) comprovante da emissão e da data de entrega da notificação descrita na Cláusula Sétima;

f) comprovante da publicação do instrumento convocatório de licitação no prazo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

estabelecido, bem como de sua prorrogação, se houver;

g) levantamento fotográfico da execução da obra; e,

h) comprovante de inexistência de restrições no Sistema de Monitoramento de Convênios Administrativos nos termos do Decreto nº 56.939/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS BENS REMANESCENTES

Os bens porventura adquiridos, produzidos, transformados, construídos, reformados ou ampliados com recursos oriundos deste Convênio e remanescentes na data de sua conclusão ou extinção serão de propriedade dos beneficiários atendidos pelo convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução do convênio será acompanhada e fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena e tempestiva execução do objeto, devendo haver designação do Fiscal do Convênio e respectivo suplente por meio de Portaria do titular do CONCEDENTE.

Parágrafo único. O CONCEDENTE terá o prazo de até 10 (dez) dias para emitir, por meio de apostila no sistema FPE, Portaria publicada no DOE designando o substituto de Fiscal que tenha incorrido em incompatibilização durante a vigência do convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE realizará a prestação de contas dos recursos recebidos em até 60 (sessenta) dias contados na forma prevista no art. 33 da IN nº 06/16 da CAGE, em conformidade com a legislação vigente, ficando vedada a apresentação de documentos e despesas com data diversa do período de vigência.

§ 1º. As prestações de contas das Parcelas deverão conter no momento de sua protocolização presencial, junto a Divisão de Acompanhamento e Fiscalização de Obras do Departamento de Habitação, todos os documentos a seguir listados para cada Parcela, ou serão rejeitados de pronto pelos servidores daquela Divisão.

I – PRESTAÇÃO DE CONTAS DA 1ª PARCELA

a) Ofício de encaminhamento, dirigido à autoridade máxima do Órgão ou Entidade Estadual, onde constem os dados identificadores do Convênio e o número do processo;

b) Ordem de Serviço por parte do Município, para o início das obras;

c) Cópia do Contrato assinado com a Empresa vencedora do Processo Licitatório;

d) Cópia do despacho da Homologação e Adjudicação das licitações realizadas ou justificativas para sua dispensa ou inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal, quando o CONVENIENTE pertencer à Administração Pública;

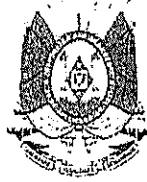
e) Fotos da Placa de Obra onde seja possível identificar os dados e recursos da obra conforme o padrão estabelecido pelo Estado do Rio Grande do Sul e ainda, fotos que identifique o local visível aos usuários onde a Placa de Obra foi instalada;

f) ART/RRT de Execução assinada pelo Responsável Técnico da Empresa vencedora da Licitação;

g) ART/RRT de Fiscalização assinada pelo Responsável Técnico do Município;

h) CNO (Cadastro Nacional de Obras) da obra;

i) Cópia da Portaria que designou o servidor municipal e respectivo suplente responsável pelo acompanhamento, registro e fiscalização dos Contratos com terceiros para a execução do Objeto do Convênio;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

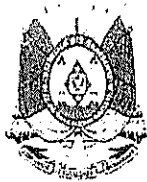
j) Notificação à Câmara Municipal e ao Conselho Municipal de Habitação (ou outro que cumpra essa função) de recebimento do recurso.

II – PRESTAÇÃO DE CONTAS DA 2ª PARCELA

- a) Ofício de encaminhamento, dirigido à autoridade máxima do Órgão ou Entidade Estadual, onde constem os dados identificadores do Convênio e o número do processo;
- b) Cópias das Notas de Empenho/Liquidação;
- c) Relação de Pagamentos, evidenciando: número e modalidade da licitação, número do Contrato, nome e CNPJ ou CPF do contratado, número de Empenho, número do cheque ou Ordem Bancária (Transferência Eletrônica), número do documento fiscal, data e valor do Empenho, do pagamento e do documento fiscal, em ordem cronológica;
- d) Extrato da conta bancária específica, desde o recebimento do primeiro depósito até o último pagamento e a movimentação dos rendimentos auferidos das aplicações financeiras;
- e) Relação Parcial de Bens adquiridos, produzidos ou construídos à conta do Convênio, indicando o seu destino final, quando estabelecido no Convênio;
- f) Registro Fotográfico dos bens adquiridos, produzidos ou construídos à conta do Convênio, como mecanismo de auxílio comprobatório;
- g) Boletins de Medição.

III – PRESTAÇÃO DE CONTAS DA 3ª PARCELA (FINAL)

- a) Ofício de encaminhamento, dirigido à autoridade máxima do Órgão ou Entidade Estadual, onde constem os dados identificadores do Convênio e o número do processo;
- b) Relatório de Execução Físico-Financeira, evidenciando as etapas físicas e os valores correspondentes à conta de cada participante ou, quando se tratar de obra não concluída, Termo de Compatibilidade Físico-Financeira, que demonstre a situação física da obra em relação aos recursos repassados, inclusive a contrapartida do executor e/ou do **CONVENIENTE**;
- c) Demonstrativo da Execução da Receita e da Despesa do Convênio, de modo a evidenciar as receitas, classificadas segundo a natureza econômica dos ingressos (transferências, contrapartidas, rendimentos das aplicações financeiras, as despesas realizadas e o saldo dos recursos não aplicados firmado por Contador ou Técnico em Contabilidade devidamente habilitado);
- d) Cópias das Notas de Empenho/Liquidação;
- e) Relação de Pagamentos, evidenciando: número e modalidade da licitação, número do Contrato, nome e CNPJ ou CPF do contratado, número de Empenho, número do cheque ou Ordem Bancária (Transferência Eletrônica), número do documento fiscal, data e valor do Empenho, do pagamento e do documento fiscal, em ordem cronológica;
- f) Relação de Bens adquiridos, produzidos ou construídos à conta do Convênio, indicando o seu destino final, quando estabelecido no Convênio;
- g) Extrato da conta bancária específica, desde o recebimento do primeiro depósito até o último pagamento e a movimentação dos rendimentos auferidos das aplicações financeiras;
- h) Conciliação Bancária;
- i) Demonstrativo do Resultado das Aplicações Financeiras adicionado aos recursos iniciais com os respectivos documentos comprobatórios;
- j) Comprovantes de recolhimento dos saldos não utilizados, inclusive rendimentos financeiros, à conta do recurso estadual do Convênio;
- k) Declaração de realização de Objetivos e Metas, assinada pelo Prefeito;
- l) Declaração de Habitabilidade, assinada pelo Prefeito;
- m) Ata de Aprovação pelo controle social respectivo, através do Conselho Municipal de Habitação ou outro que cumpra a função, que congregue, no âmbito municipal, ações incluídas no Objeto do Convênio, quanto à execução física e ao seu atingimento ou declaração sob as peras da Lei, de que o Conselho e a Comissão inexistem;
- n) Parecer do Órgão de Controle Interno Municipal quanto à correta e regular aplicação dos recursos Objeto do Convênio;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

- o) Relatório da Realização de Objetivos e Metas;
- p) Certidões de quitação dos encargos incidentes sobre as obras, na forma da legislação em vigor (CND da CNO);
- q) Termo de Recebimento Definitivo;
- r) Registro Fotográfico dos bens adquiridos, produzidos ou construídos à conta do Convênio, como mecanismo de auxílio comprobatório;
- s) Cópia das Matrículas dos Imóveis com a averbação das unidades habitacionais construídas, quando em terrenos de propriedade do **CONVENIENTE**.

§ 2º Os documentos fiscais comprobatórios das despesas realizadas devem:

- a) ser emitidos em nome do **CONVENIENTE**, com identificação do número e nome do respectivo convênio, do procedimento licitatório realizado, e do contrato firmado; e
- b) conter ateste, efetuado por servidor competente devidamente identificado do recebimento de materiais e/ou da prestação de serviços.

§ 3º Estarão sujeitas à glosa as despesas cujos documentos fiscais não atenderem ao disposto no Parágrafo Segundo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SELEÇÃO

A seleção dos beneficiários, responsabilidade do **CONVENIENTE** e aprovada pelo Conselho Municipal de Habitação, ou outro que cumpra essas funções, deverá atender aos seguintes critérios:

- a) Famílias cadastradas no CADÚNICO;
- b) Não ser proprietário, promitente comprador ou cessionário de direito de qualquer outro imóvel residencial;
- c) Residir no município;
- d) Devem ter preferência: mulheres chefes de família, pessoas com deficiência e idosos, conforme legislação específica

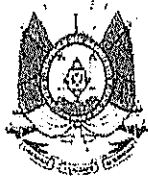
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente convênio poderá ser denunciado por iniciativa das partes a qualquer tempo mediante prévia e expressa comunicação, por escrito, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias e, independente deste prazo, rescindido de pleno direito no caso de infração a qualquer uma de suas cláusulas ou condições ou pelos motivos previstos no art. 38 da IN CAGE nº 36/16.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

As controvérsias que ocorrerem durante a vigência deste instrumento serão solucionadas pelas áreas técnicas, indicadas pelos partícipes, e poderão ser objeto de autocomposição no Centro de Conciliação e Mediação do Estado nos termos da Lei nº 14.794/15 e da Resolução nº 12/16/PGE. Em não sendo possível a autocomposição, eventual conflito decorrente do presente instrumento será dirimido judicialmente, elegendo as partes, para tanto, o foro da Comarca de Porto Alegre.

E, por estarem justos e acertados, os partícipes lavram o presente Convênio em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo firmadas, seguindo-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

se as demais exigências e formalidades legais, para que produza os seus jurídicos efeitos.

Porto Alegre, _____ de _____ de _____.

ANTONIO CARLOS GOMES DA SILVA
Secretário de Estado de Habitação e Regularização Fundiária

RONNIE PETERSON COLPO MELLO
Prefeito Municipal de URUGUAIANA

TESTEMUNHAS:

1) Assinatura _____

Nome:
CPF:

2) Assinatura _____

Nome:
CPF:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO FPE nº 3699 / 2023

1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO FPE Nº 3699 / 2023 CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, E O MUNICÍPIO DE URUGUAIANA, CONFORME PROCESSO Nº 23/1700-0000587-0.

O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, por intermédio da **SECRETARIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**, com sede na Av. Borges de Medeiros, nº 1501 – 4º – CEP 91119-900 – Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ sob o nº 49.429.315/0001-48, representada neste ato por seu titular, **ANTONIO CARLOS GOMES DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade nº 9093442497 SSP/RS inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 021.427.437-30, doravante denominado **CONCEDENTE**, e o Município de **URUGUAIANA**, com sede na Rua XV de Novembro, nº 1882, no Município de **URUGUAIANA/RS**, CEP 97501-532, inscrito no CNPJ sob o nº 88.131.764/0001-07, doravante denominado **CONVENIENTE**, representado neste ato por seu Prefeito, Sr. **RONNIE PETERSON COLPO MELLO**, residente na Rua João Manoel, nº 2520 – ap. 702, no Município de **URUGUAIANA/RS**, portador da Carteira de Identidade nº 1061829816 SSP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 002.420.230-45 com base na Lei nº 8.636/93, na Lei Complementar nº 107/2000, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Instrução Normativa CAGE nº 06 de 27 de dezembro de 2016¹, celebram o presente TERMO ADITIVO, nos termos e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto alterar a vigência do convênio, a fim de prorrogar seu prazo original até a data de 20/12/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais disposições do Convênio a que este Termo Aditivo se vincula.

E, por estarem justos e acertados os partícipes lavram o presente Convênio em 02

¹ A referida norma encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.legislacao.sefaz.rs.gov.br> (Áreas CAGE)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

(duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo firmadas, seguindo-se as demais exigências e formalidades legais, para que produza os seus jurídicos efeitos.

Porto Alegre, _____ de _____ de _____.

ANTONIO CARLOS GOMES DA SILVA
Secretário de Habitação e Regularização Fundiária


RONNIE PETERSON COLPO MELLO
Prefeito Municipal de URUGUAIANA

TESTEMUNHAS:

1) Assinatura _____

Nome:
CPF:

2) Assinatura _____

Nome:
CPF:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA



Cl: n°.023/2025-SEHARF

De: SEHARF

Para: Secretaria do Planejamento

Assunto: Remessa de Atas do conselho para transposição de recursos

Data:03/02/2025

Na oportunidade em que cumprimento Vossa Senhoria, remeto cópia da Ata 55/2023 do Conselho Municipal de Habitação, referente ao Convênio com o Governo do Estado, para construção de 32 Unidades Habitacionais com contrapartida do município de Uruguaiana.

Informo a necessidade de transposição dos saldos remanescentes para o Orçamento de 2025, haja vista que não houve alteração dos valores a serem repassados pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul e Prefeitura Municipal de Uruguaiana.

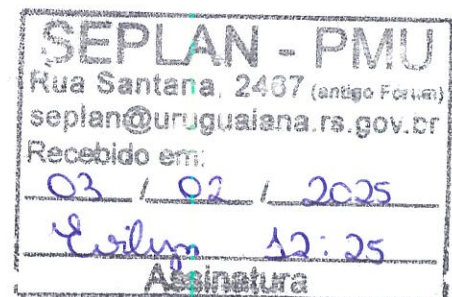
Valores do convênio: Governo do Estado R\$ 2.560,000 (Dois milhões, quinhentos e sessenta mil reais) e município de Uruguaiana, R\$ 1.330,480,25 (Um milhão trezentos e trinta mil quatrocentos e oitenta reais e vinte e cinco centavos).

Sem o que havia para o momento,

Atenciosamente.

Melissa M. Fritish

Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária



Ata 55/2023
CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E SANEAMENTO

Aos oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, às dez horas, no salão Nobre da Prefeitura Municipal de Uruguaiana, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Habitação e Saneamento. Tendo como pauta principal a apresentação da listagem dos beneficiários do programa Habitacional "A Casa é Sua", onde o município de Uruguaiana solicita a construção de 32 Unidades Habitacionais. A Senhora vice-presidente Lidiane Ocampos Borir Ortiz deu início a reunião saudando aos presentes, e passou a palavra para o Senhor Celso Duarte, Secretário Municipal de Habitação e Regularização Fundiária para fazer a leitura da listagem atualizada dos beneficiários selecionados para o Programa "A Casa é Sua", visando transformar a situação da população beneficiária que moram sem as mínimas condições habitacionais, através da construção de 32 Unidades Habitacionais, Sendo elas: **Airton dos Santos Freitas**, CPF: 836.460.600-00; **Ana Paula Pires Gonçalves**, CPF: 601.917.430-11; **Ana Rosa Ortiz da Silva** CI:1093947156, **Ane Luci Gonçalves Bueno** CPF: 044.717.980-22. **Claudia Franciele Silva Freitas** CPF: 046.833.350-93, **Claudio dos Santos Freitas** CI 1092794054, **Cristiana dos Santos Freitas** CPF 011.666.880-62, **Dorvalina dos Santos Freitas** CPF: 835.998.510-34, **Edina Luciane Teixeira Gonçalves** CPF:029.314.970-45, **Eduardo Ferreira Barros** CPF 047.156.820-10, **Eberson Romário da Silva Paz** CPF:010.102.620-09, **Emersom Romário da Silva Freitas**, **Jéssica Mandicaju Ferreira** CPF: 025.678.090-07, **Joana Flôr de Lice Souza Salgueiro** CPF:981.323.770-87, **José Francisco Flores Machado**, CPF: 746.085.920-68; **Lucia Taziane de Lima** CPF: 027.438.400-05, **Lucilaine Gonçalves Bueno**, **Marcilene Lima de Lima**; **Maria Isabel Lima de Lima** C. 9140768129, **Maria Marlene Fernandes Maia** CPF: 005.630.890-67, **Maria Regina Ferreira Barros** CPF:055.443.910-76; **Michel Lima de Lima**, CI 2136238454; **Milene de Lima Lima**, CPF:603.054.400-47, **Milene Ferreira de Barros** CPF:024.578.090-45, **Osmar dos Santos Freitas**, CPF 010.666.390-94, **Paulo Dias da Silva** -CPF 163.681.420-49, **Regina Suzana Martins Soares** CPF: 898.393.320-04. Assim, a Vice-Presidente colocou em apreciação dos membros, e aprovado por unanimidade. Na oportunidade, passou novamente a palavra para o Senhor Celso Duarte, também apresentou o Plano Trabalho do Programa "A Casa é Sua" com a proposta orçamentária no valor de R\$2.009.755,06 (dois milhões, nove mil, setecentos e cinquenta e cinco reais, e seis centavos) o desembolso do Governo Estadual, e a contra partida do Município será de R\$861.323,59 (oitocentos e sessenta e um mil, trezentos e vinte e três reais e cinquenta e nove centavos. Totalizando uma obra de R\$2.871.078,65 (dois milhões, oitocentos e setenta e um mil, e setenta e oito reais, e sessenta e cinco centavos). Colocado em apreciação do colegiado, o senhor Conselheiro Carlos do Carmo ressaltou que esse valor será apenas para a construção das moradias, pois o executivo também vai disponibilizar o terreno e a infraestrutura básica do loteamento, após aprovação por unanimidade, será emitida a resolução número um. Sem mais para o momento, encerrou a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim, secretária e nesta ocasião vice presidente e pelos demais presentes.

Mara Tugira

Rutiana S. de Silva

Assinatura do Secretário Municipal de Habitação e Regularização Fundiária

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E SANEAMENTO

ERRATA

Esta errata tem por objetivo corrigir os valores que constam na Ata 55/2023, do Conselho Municipal de Habitação e Saneamento, do dia oito de agosto de dois mil e vinte e três.

Assim:

"Programa Estadual "A Casa é sua", com a proposta orçamentária no valor de R\$2.009.755,06 (dois milhões, nove mil, setecentos e cinquenta e cinco reais, e seis centavos) o desembolso do Governo Estadual, e a contrapartida do Município será de R\$861.323,59 (oitocentos e sessenta e um mil, trezentos e vinte e três reais e cinquenta e nove centavos. Totalizando uma obra de R\$2.871.078,65 (dois milhões, oitocentos e setenta e um mil, e setenta e oito reais, e sessenta e cinco centavos)."

Leia-se:

"Programa Estadual "A Casa é sua", com a proposta orçamentária no valor de R\$2.560.000,00 (dois milhões, quinhentos e sessenta mil reais) o desembolso do Governo Estadual, e a contrapartida do Município será de R\$1.330.480,25 (Um milhão, trezentos e trinta mil, quatrocentos e oitenta reais e vinte e cinco centavos). Totalizando uma obra de R\$3.890.480,25 (três milhões, oitocentos e noventa mil, novecentos e oitenta reais, e vinte e cinco centavos)".

Na mais, ficam reafirmados os demais valores do conteúdo original.

Uruguiana, 14 de novembro de 2023.


Rosa Maria Galarça Pacheco

Presidente do Conselho Municipal de Habitação e
Saneamento - CMHA

BANRISUL
AGENCIA: 0430 - URUGUAIANA
CONTA.: 07.156511.C-6
NOME.: PMU PROGRAMA DE ESTERILIZACAO CIRUR
IDENTIFICACAO: 31202412310971581520

31/12/2024

----- PARA SIMPLES CONFERENCIA -----
SALDO DISPONIVEL (A+B).....R\$ 14.505,00
INVEST RESGATE AUT
(A) SALDO LIVRE.....R\$ 14.505,00
SALDO INICIAL E MOVIMENTOS DO DIA
(B) TOTAL.....R\$ 0,00

PREZADO CLIENTE: O BANRISUL INFORMA QUE OS JUROS DE SUA CONTA CORRENTE SERAO
DEBITADOS NO ULTIMO DIA UTIL DO MES:

----- INVESTIMENTOS BANRISUL -----
BANRISUL AUTOMÁTICO RF
VALOR DA COTA..... POSICAO EM 31/12/2024
QUANTIDADE DE COTAS 2,64476
VALOR LIQ. P/RESGATE 4.505,3112
24.505,3112

-----+-----
DIA HISTORICO DOCUMENTO 31/12/24
-----+-----

----- MOVIMENTOS DA CONTA CORRENTE -----
SALDO ANT EM 30/01/2024 0,00

SEM LANÇAMENTOS NESSE PERIODO

----- EXTRATO EMITIDO AS 08:17 DE 31/12/2024 -----
SAC 0800 646 1515
CUVIDORIA 0800 644 2200

VIA/URUGUAIANA

Despesa 5267

Cat. econômica

3.3.90.30

- C.I. ABERTURA DE CREDITO ESPECIAL, 2.000,00

BANRISUL
AGENCIA: 3430 - DREGUAIANA
CONTA.: 04.158786.0-7
NOME.: EMENDA RS - MELHORES AMIGOS
IDENTIFICACAO: 31202412310971582524

31.12/2023

PARA SIMPLES CONFERENCIA

SALDO DISPONIVEL (A+B).....R\$	120.359,95
INVEST RESGATE AUT	
(A) SALDO LIVRE.....R\$	121.359,95
SALDO INICIAL E MOVIMENTOS DO DIA	
(B) TOTAL.....R\$	0,00

PREZADO CLIENTE: O BANRISUL INFORMA QUE OS JUROS DE SUA CONTA CORRENTE SERAO DEBITADOS NO ULTIMO DIA UTIL DO MES.
INVESTIMENTOS BANRISUL

BANRISUL AUTOMATICO RF	POSICAO EM 31/12/2023
VALOR DA COTA....	0,62124
QUANTIDADE DE COTAS	33.048,87166
VALOR LIQ. P/RESGATE	120.359,95

DIA HISTORICO

DOCUMENTO 31.12.23

MOVIMENTOS DA CONTA CORRENTE

SALDO ANT EM 03/01/2023

12,15

SEM LANCAMENTOS NESTE PERIODO

EXTRATO EMITIDO AS 08:19 DE 31/12/2023

SAC 0200 646 1515
OUVIDORIA 0300 644 2207

Despesa 5686

CATEGORIA ECONOMICA

33.90.00


Extrato Fundo de Investimento
 Para simples verificação

Nome da Agência GOVERNO CENTR. GAJCHC, RS	Código 2644	Operação 0055	Emissão 22/01/2025
Fundo CAIXA FIC PRATICO RENDA FIXA CURTO	CNPJ do Fundo 00.334.074/0001-23	Início das Atividades do Fundo 02/10/1995	

Rentabilidade do Fundo

No Mês(%)	No Ano(%)	Nos Últimos 12 Meses(%)	Cota em: 29/11/2024	Cota em: 31/12/2024
0,7260	8,3250	8,3250	7,95363200	8,01137400

Administradora

Nome Caixa Econômica Federal	Endereço Av. Paulista nº 2.300, 11º andar, Bela Vista, São Paulo/SP - CEP 01310-300	CNPJ da Administradora 00.350.305/0001-34
---------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------

Cliente

Nome FM URJ SUAIANA FMMA	CPF/CNPJ 88.*31.164/0001-07	Conta Corrente 0006.000000030523-0	Mês/Ano 12/2024	Folha 31/02
Análise do Perfil do Investidor		Data da Atualização		

Resumo da Movimentação

Histórico	Valor em R\$	Qtde de Cotas
Saldo Anterior	1.187.224,290	149.238.197296
Aplicações	140.318,070	17.591.688782
Resgates	34.483,980	4.309.027196
Rendimento Bruto no Mês	9.197,380	
IRRF	0,00	
IOF	0,00	
Taxa de Saída	0,00	
Saldo Bruto*	1.302.255,760	162.550.858882
Resgate Bruto em Trânsito*	0,00	
(*) Valor sujeito à tributação, conforme legislação em vigor		

Movimentação Detalhada

Data	Histórico	Valor R\$	Qtde de Cotas
02 / 12	APLICACAO	272,260	34.219793
03 / 12	APLICACAO	1.194,370	150.039124
04 / 12	APLICACAO	2.029,180	254.877795
05 / 12	APLICACAO	1.823,980	225.028385
06 / 12	RESGATE	3.054,050	383.358831
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	
09 / 12	APLICACAO	4.502,180	564.950596
10 / 12	APLICACAO	153,930	19.309425
11 / 12	RESGATE	1.240,000	155.498467
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	
12 / 12	APLICACAO	127.376,230	15.968.082696
13 / 12	APLICACAO	153,930	19.289964
16 / 12	APLICACAO	218,910	27.423172
16 / 12	RESGATE	4,500	5.563650
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	
17 / 12	APLICACAO	90,750	11.364292
18 / 12	APLICACAO	102,620	12.343107
19 / 12	APLICACAO	1.910,600	239.085214
20 / 12	RESGATE	2.019,420	252.611405
	IRRF	0,00	

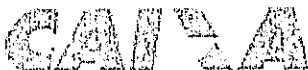
Dados de Tributação

Rendimento Base	IRRF
0,00	0,00

Informações ao Cotista

Serviço de Atendimento ao Cotista

SAC: 0800 - 726 0101	Endereço para Correspondência: Av. Paulista nº 2.300, 11º andar, Bela Vista, São Paulo/SP - CEP 01310-300
Ouvicaria: 0800 725 7474	Endereço Eletrônico: https://www1.caixa.gov.br/a-endimento/telefones-da-caixa.asp
Acesse o site da CAIXA: www.caixa.gov.br	


Extrato Fundo de Investimento
 Para simples verificação

Nome da Agência	Código	Operação	Emissão
GOVERNO CENTR0 CAUCH0 R3	2944	3055	20/01/2025

Fundo	CNPJ do Fundo	Início das Atividades do Fundo
CAIXA FIC PRAT.CO RENDA F XA CURTO	00.834.074/300-20	02/10/1995

Rentabilidade do Fundo

No Mês(%)	No Ano(%)	Nos Últimos 12 Meses(%)	Cota em: 29/11/2024	Cota em: 31/12/2024
0,7260	8,3250	8,3250	7,95363200	3,21137400

Administradora

Nome	Endereço	CNPJ da Administradora
Caixa Econômica Federal	Av. Paulista nº 2.300, 11º andar - Bela Vista São Paulo/SP - CEP 01310-300	CC 360.305.000-34

Cliente

Nome	CPF/CNPJ	Conta Corrente	Mês/Ano	Folha
PM URGUAIANA FM JA	88.131.164/0001-07	0006.300030030523-0	12/2024	02/02
Análise do Perfil do Investidor	Data de Avaliação			

Resumo da Movimentação

Histórico	Valor em R\$	Qtda de Cotas
Saldo Anterior	1.187.224,290	149.269,137296
Aplicações	140.318,670	17,591688782
Resgates	34.483,980	4,309027196
Rendimento Bruto no Mês	9.197,330	
IRRF	0,00	
IOF	0,00	
Taxa de Saída	0,00	
Saldo Bruto*	1.302.255,730	162.550,856882
Resgate Bruto em Trânsito*	0,00	

(*) Valor sujeito à tributação conforme legislação em vigor

Movimentação Detalhada

Data	Histórico	Valor R\$	Qtda de Cotas
	ICF	0,00	
23 / 12	APL. CACAO	244,380	30,596316
26 / 12	APL. CACAO	244,450	30,545291
30 / 12	RESGATE	28.161,510	3,516,433176
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	
30 / 12	RESGATE	4,500	0,561665
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	

Dados de Tributação
Rendimento Base
IRRF

0,00

0,00

Informações ao Cotista

Consulte seu extrato de fundos exclusivamente pelo Internet Banking CAIXA de forma rápida e segura, e beneficie-se de todas as vantagens que os serviços on-line lhe proporcionam. Fale com seu Gerente para solicitar a inibição do envio mensal do seu extrato pelos Correios. Além de reduzir suas despesas com impressão e postagem dos extratos, você contribui para preservação do meio-ambiente!

Prezado(a) Cotista, compareça à sua agência de relacionamento e cadastre ou atualize seu endereço de e-mail.

Serviço de Atendimento ao Cotista

SAC:	Endereço para Correspondência:
0800 - 726 0131	Av. Paulista nº 2.300, 11º andar, Bela Vista, São Paulo/SP - CEP 01310-300
Civisidade:	Endereço Eletrônico:
0800 725 7474	https://www1.caixa.gov.br/atendimento/telefonos_da_caixa.asp
Acesso o site da CAIXA: www.caixa.gov.br	

Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

Cliente

Agência 45-0
Conta 17773-3 PMU FND MLN MEIO AMB
Mês/ano referência DEZEMBRO/2024

S Público Automatico - CNPJ: 4.288.966/0001-27

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
29/11/2024	SALDO ANTERIOR	11.688,14			2.326,305897		
31/12/2024	SALDO ATUAL	11.777,37			2.326,505897		2.326,505897

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	11.688,14
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	89,23
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	89,23
SALDO ATUAL =	11.777,37

Valor da Cota

29/11/2024	5,023586689
31/12/2024	5,062038962

Rentabilidade

No mês	0,763%
No ano	8,760%
Últimos 12 meses	8,766%

BB RF CP Automático - CNPJ: 42.592.315/0001-15

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
29/11/2024	SALDO ANTERIOR	118.483,82			90.320,750014		
31/12/2024	SALDO ATUAL	119.293,80			90.320,750014		90.320,750014

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	118.483,82
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	809,98
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	809,98
SALDO ATUAL =	119.293,80

Valor da Cota

29/11/2024	1,311811714
31/12/2024	1,320779604

Rentabilidade

No mês	0,653%
No ano	8,008%
Últimos 12 meses	8,008%

21.131.071,17

Transação efetuada com sucesso por: JB336774 WALTER RICARDO DORNELES GONCALVES

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes e/o idosos 0800 729 0388

17/01/2025, 12:50

Impressão - Banrisul [1737:29C29899]

BANRISUL
AGENCIA 0430 - URUGUAIANA
CONTA.. 04.1-1633.0-3
NOME... PISO GAUCHO ESPECIAL
IDENTIFICACAO: 172025C1170988398741

17/01/2025

----- PARA SIMPLES CONFERENCIA -----
SALDO DISPONIVEL.....R\$ 250.000,00
SALDO INICIAL E MOVIMENTOS DO DIA
TOTAL..... R\$ 250.000,00

PREZADO CLIENTE: O BANRISUL INFORMA QUE OS JUROS DE SUA CONTA CORRENTE SERAO
DEBITADOS NO ULTIMO DIA UTIL DO MES.

-----+-----
DATA HISTORICO DOCUMENTO VALOR
-----+-----
MOVIMENTOS DA CONTA CORRENTE -----
SALEC ANT EM 29/11/2024 0,00
+- MOVIMENTOS JAN/2025
1- CREDITO ELETRONICO 014373 250.000,00
SALEC NA DATA 250.000,00

----- EXTRATO EMITIDO AS 12:50 DE 17/01/2025 -----
SAC 0800 646 1515
OUVIDORIA 0800 644 2200

Conselho Municipal de Assistência Social de Uruguaiana



ATA 13/2024

ATA DE ASSÉMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Assistência Social na sala de reuniões da Secretaria Desenvolvimento Social – SEDES, com os seguintes pontos de pauta **1) Plano de Ação do cofinanciamento Estadual do Piso Gaúcho Regular e Avançar SUAS Reconstrução (Posto do CadÚnico), 2) Cronograma de Reuniões Ordinárias 2025 e 3) Assuntos Gerais.** Com a presença dos seguintes conselheiros: **Titulares:** Ivanoir Arruda Ocanha Miranda (ASCAR), Miletto Vasconcellos Neto (APAE) e Priscila Kleinubing (SMS). **Suplentes:** Luciane Siqueira Moraes (SEDES), Jaqueline Costa de Freitas (Usuário AS), Elizabeth Alves Dornelles (SEMED) e Nathália Hernandez Vanier (AAPECAN). **Demais presentes:** Rafaela Lopes da Silveira secretária executiva do CMAS. **Documentos recebidos:** não Houveram documentos recebidos. **Documentos expedido:** Não houveram documentos expedidos. **1) Plano de Ação do cofinanciamento Estadual do Piso Gaúcho Regular e Avançar SUAS Reconstrução (Posto do CadÚnico):** a conselheira suplente da SEDES Luciane Moraes e responsável pelo setor financeiro, fez a apresentação sobre do Plano do Piso Gaúcho Regular e Avançar SUAS explicando que o município foi selecionado na Manifestação de Interesse para a reforma do posto do CadÚnico, o imóvel que será reformado é a antiga Casa da BRK localizada na rua Santana nº 3205, com essa reforma será possível ampliar a capacidade de atendimentos dos usuários e melhorar a qualidade dos serviços prestados a comunidade, o valor a ser repassado para a reforma é de R\$ 250.000,00 (Avançar SUAS Reconstrução) e o valor de R\$ 48.834,88 (Cofinanciamento Piso Gaúcho Regular), sendo que o prazo para inserir as documentações no SEGDA é até o dia 18/12/2024 e para o CMAS inserir o parecer é na mesma data. Após considerações passa para o regime de votação sendo aprovado com 07 votos a favor, 03 ausências e nenhum voto contrário. **2) Cronograma de Reuniões Ordinárias 2025:** a secretária executiva do CMAS Rafaela, fez o uso da palavra explanou sobre o cronograma de reuniões do CMAS para o ano de 2025 e explicou que os conselheiros que forem sair de férias que deixe o seu suplente de sobreaviso. Após considerações passa para o regime de votação sendo

Conselho Municipal de Assistência Social de Uruguaiiana



aprovado com 07 votos a favor, 03 ausências e nenhum voto contrário. **Assuntos Gerais:** fez o uso da palavra a presidente do CMAS Ivanoir, agradeceu o comprometimento dos conselhos, a parceria dos mesmos e desejou um feliz Natal para todos. **Serão emitidas as Resoluções nº 08 e 09 de 2024.** Nada mais havendo foi encerrada a assembleia extraordinária da qual eu, Rafaela Lopes da Silveira lavrei a presente ata, após leitura e aprovação, será assinado pelos senhores conselheiros deste colegiado, Uruguaiiana, 17 de dezembro de 2024. *Rafaela*

Rafaela *Nathalia* *Paulo* *Rafaela* *Rafaela*
Rafaela *Rafaela* *Rafaela* *Rafaela* *Rafaela*

Conselho Municipal de Assistência Social de Uruguaiana



PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA/RS Conselho Municipal de Assistência Social de Uruguaiana

Resolução nº 08, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2024.


O Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições legais e com base na deliberação do colegiado, em extraordinária reunião ordinária realizada no dia 17 de dezembro de 2024, e considerando o que preconiza a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, a Lei Municipal nº 2.483 de 1º de setembro de 1994, alterada pela Lei Municipal nº 2.736 de agosto de 1997 e suas providências.

Resolve:

Art. 1º - Aprova por unanimidade, após apreciação e Análise o **Plano de Ação do Cofinanciamento Estadual do Piso Gaúcho Regular**, exercício 2024, valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), disponibilizado no SEG DAS, e que poderá ser utilizado indistintamente para o aprimoramento da gestão municipal do SUAS, DO Cadastro Único e do Programa Bolsa Família, para os serviços tipificados na Resolução CNAS Nº 109/2009 (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistencial) e para os Benefícios Eventuais regulamentados pelo Município, nos termos do Decreto Estadual nº 57.653/20024.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigência na data de sua assinatura.

Uruguaiana, 17 de dezembro de 2024.


Ivanoir Arruda Ócanha Miranda
Presidente do CMAS

04/02/2025 09:53

gerenciador::CAIXA

GERENCIADOR
CAIXA

Sempre no.
= TR no 3

Extrato por período

Ciente: PM URUGUAIANA CGU 917890 21

Conta: 2844 | 006 | 00347079-6

Data: 04/02/2025 - 09:53

Mês: Fevereiro/2025

Período 1 - 4

Extrato

Data Mov.	Nº. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
	000000	SALDO ANTERIOR	0,00	133.451,63 C

SAC CAIXA: 0800 726 0101

Pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492

Ouvdoria: 0800 725 7474

Alô CAIXA: 0800 104 0104

3.320.930,01

Desf: 7520
TR: 2700
JF: 1186

15.451.416.4264



Extrato por período

Cliente: PM LUIZ GUARANA OGU 917890 21
Conta: 2844 | 006 | 00347079-6
Data: 04/02/2025 - 09.52
Mês: Dezembro/2024
Período: 1 - 31

Extrato

Data Mov.	Nr. Doc.	Historico	Valor	Saldo
05/12/2024	602753	RSG FUNDO	133.339,84 C	133.339,84 C
05/12/2024	215358	DBPCV TED	98.915,47 D	34.424,37 C
05/12/2024	215358	DBPCV TED	34.424,37 D	0 00 C
11/12/2024	159171	DBPCV TV	3.133,54 C	3.133,54 D
11/12/2024	159172	DBPCV TV	1.090,53 D	4.224,07 D
11/12/2024	159173	DBPCV TV	1.253,42 C	5.477,49 D
11/12/2024	159174	DBPCV TV	436,21 C	5.913,70 D
11/12/2024	159175	DBPCV TV	1.148,97 D	7.062,67 D
11/12/2024	159176	DBPCV TV	359,86 C	7.462,53 D
11/12/2024	727220	RESG AUTOM	7.462,53 C	0,00 C

SAC CAIXA: 0800 726 0101
Pessoas com deficiência auditiua: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
Alô CAIXA 0800 104 0104


Extrato Fundo de Investimento
 Para simples verificação

Nome da Agência GOVERNO CENTRO GAUCHO RS	Código 2844	Operação 5413	Emissão 04/02/2025
Fundo CAIXA FIC TRANSF VOLUNTAR AS POLIS	CNPJ do Fundo 10.740.552/0001-90	Início das Atividades do Fundo 15/12/2012	

Rentabilidade do Fundo

No Mês(%)	No Ano(%)	Nos Últimos 12 Meses(%)	Cota em: 29/11/2024	Cota em: 31/12/2024
0,7297	8,3434	8,3434	2.09378300	2.10906200

Administradora

Nome Caixa Econômica Federal	Endereço Av. Paulista nº 2.300, 11º andar, Bela Vista, São Paulo/SP - CEP 01310-300	CNPJ da Administradora 00.360.305/0001-04
---------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------

Cliente

Nome PM URUGUAIANA OSU 917890 21	CPF/CNPJ 88.131.164/0001-07	Conta Corrente 0036.000000347079-6	Mês/Ano 12/2024	Folha 01/01
Análise de Perfil do Investidor		Data da Avaliação		

Resumo da Movimentação

Histórico	Valor em R\$	Qtde de Cotas
Saldo Anterior	272.482,72C	130.138,952666
Aplicações	0,00	0,000000
Resgates	140.802,37D	67.134,783234
Rendimento Bruto no Mês	1.200,61C	
IRRF	0,00	
IOF	0,00	
Taxa de Saída	0,00	
Saldo Bruto*	132.880,96C	63.004,769432
Resgate Bruto em Trânsito*	0,00	

* Valor sujeito à tributação, conforme legislação em vigor

Movimentação Detalhada

Data	Histórico	Valor R\$	Qtde de Cotas
06 / 12	RESGATE	133.339,64D	63.579,387566
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	
11 / 12	RESGATE	7.462,53D	3.554,795667
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	

Dados de Tributação**Rendimento Base**

0,00

IRRF

0,00

Informações ao Cotista

Consulte seu extrato de fundos exclusivamente pelo Internet Banking CAIXA, de forma prática e segura, e beneficie-se de todas as vantagens que os serviços on-line lhe proporcionam. Fale com seu Gerente para solicitar a inibição do envio mensal do seu extrato pelos Correios. Além de reduzir suas despesas com impressão e postagem dos extratos, você contribui para preservação do meio-ambiente.

Prezado(a) Cotista, compareça à sua agência de relacionamento e cadastre ou atualize seu endereço de e-mail.

Serviço de Atendimento ao Cotista

SAC: 0800 - 726 0101	Endereço para Correspondência: Av. Paulista nº 2.300, 11º andar, Bela Vista, São Paulo/SP - CEP 01310-300
Ouvidoria: 0800 725 7474	Endereço Eletrônico: https://www1.caixa.gov.br/atendimento/telefones_da_caixa.asp
Acesse o site da CAIXA: www.caixa.gov.br	


Extrato Fundo de Investimento
 Para simples verificação

Nome da Agência GOVERNO CENTRO GAUCHO, RS	Código 2844	Operação 5413	Emissão 20/01/2025
Fundo CAIXA FIC TRANSF VOLUNTÁRIAS POLIS	CNPJ do Fundo 10.740.552/0001-90	Início das Atividades do Fundo 5/10/2012	

Rentabilidade do Fundo

No Mês(%)	No Ano(%)	Nos Últimos 12 Meses(%)	Cota em: 29/11/2024	Cota em: 31/12/2024
0,7297	8,3434	8,3434	2,09378300	2,10906200

Administradora

Nome Caixa Econômica Federal	Endereço Av. Paulista nº 2.300, 11º andar, Bela Vista, São Paulo/SP - CEP 01310-300	CNPJ da Administradora 00.380.305/0001-04
---------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------

Cliente

Nome Pty URUGUAIANA EMENDA 24 072014	CNPJ/CNPJ 83.131.164/0001-07	Conta Corrente 0006.000000672334-3	Mês/Ano 12/2024	Folha 01/01
Análise de Perfil do Investidor		Data da Avaliação		

Resumo da Movimentação

Histórico	Valor em R\$	Qtde de Cotas
Saldo Anterior	722.993,51C	345.304,889418
Aplicações	0,00	0,000000
Resgates	0,00	0,000000
Rendimento Bruto no Mês	5.275,91C	
IRRF	0,00	
ICF	0,00	
Taxa de Saída	0,00	
Saldo Bruto*	728.269,42C	345.304,889418
Resgate Bruto em Trânsito*	0,00	

(*) valor sujeito à tributação, conforme legislação em vigor

Movimentação Detalhada

Data	Histórico	Valor R\$	Qtde de Cotas
------	-----------	-----------	---------------

Dados de Tributação

Rendimento Base	IRRF
0,00	0,00

Informações ao Cotista

Consulte seu extrato de fundos exclusivamente pelo Internet Banking CAIXA, de forma prática e segura, e beneficie-se de todas as vantagens que os serviços on-line lhe proporcionam. Fale com seu Gerente para solicitar a inibição do envio mensal do seu extrato pelos Correios. Além de reduzir suas despesas com impressão e postagem dos extratos, você contribui para preservação do meio-ambiente!

Prezado(a) Cotista, compareça à sua agência de relacionamento e cadastre ou atualize seu endereço de e-mail.

Serviço de Atendimento ao Cotista

SAC: 0800 - 726 3101	Endereço para Correspondência: Av. Paulista nº 2.300, 11º andar, Bela Vista, São Paulo/SP - CEP 01310-300
Ouvadora: 0800 725 7474	Endereço Eletrônico: https://www1.caixa.gov.br/atendimento/telefones_da_caixa.asp
Acesse o site da CAIXA: www.caixa.gov.br	

BANRISUL

AGENCIA: 0430 - URUGUAIANA

21/01/2025

CONTA: 04.164840.0-9

NOME: MUNICIPIO DE URUGUAIANA

IDENTIFICACAO: 21202501210991151676

PARA SIMPLES CONFERENCIA

SALDO DISPONIVEL (A+B).....R\$ 26.964,15

INVEST RESGATE AUT

(A) SALDO LIVRE.....R\$ 26.964,15

SALDO INICIAL E MOVIMENTOS DO DIA

(B) TTAL.....R\$ 0,00

PREZADO CLIENTE: O BANRISUL INFORMA QUE OS JURCS DE SUA CONTA COERENTE SERAO DEBITADOS NO ULTIMO DIA UTIL DO MES.

INVESTIMENTOS BANRISUL

BANRISUL AUTOMÁTICO RF

POSICAO EM 21/01/2025

VALOR DA CCTA....

3,65292

QUANTIDADE DE CCTAS

7.384,24311

VALOR LIQ. P/RESGATE

26.973,68

DIA HISTORICO

DOCUMENTO

V A L O R

MOVIMENTOS DA CONTA CORRENTE

SALDO ANT EM 20/10/2024

0,00

SEM LANCAMENTOS NESTE PERIODO

EXTRATO EMITIDO AS 07:45 DE 21/01/2025

SAC 3300 646 1515

OUVIDORIA 0800 644 2200

*Assinatura em
Município*

BANRISUL AUTOMATICO FI RENDA FIXA CURTO PRAZO
CNPJ 01.353.260/0001-03

ADMINISTRADOR

BANRISUL S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIARIOS E CAMBIO
93.026.847/0001-26

REFERENCIA: DEZ/2024

RENTABILIDADE DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM %

NO MES: 0,75

NO ANO: 8,60

ULTIMOS 12 MESES: 8,60

NOME CLIENTE

MUNICIPIO DE URUGUAIANA

AGENCIA

0430

CONTA CORRENTE

04.164840.0-9

CODIGO

7906151.4

CPF/CNPJ

88.131.164.0001/07

DATA

HISTORICO

EM COTAS

EM RS

VALOR DA COTA

29/11/2024 SALDO ANTERIOR

7.384,14311

26.635,49

3,60712

31/12/2024 SALDO ATUAL

7.384,14311

26.835,74

3,53424

APLICACOES:

RESGATES:

0,00

RENDIMENTO DO MES DE COMPETENCIA:

0,00

BASE DE CALCULO PARA IR:

200,25

IR RETIDO:

0,00

IOF RETIDO:

0,00

0,00

SAC: 0800 6461515

OUVIDORIA: 0800 6442200

Toda transação está sujeita à análise de fraude, podendo levar alguns minutos até ser efetivada ou, eventualmente, ser cancelada pelo Banrisul. Mantenha seus contatos atualizados.

**GERENCIADOR
CAIXA****Extrato por período**

Cliente PM URUGUAIANA EMENDAS 2023

Corta: 2844 006 | 00672028-9 ✓

Data: 21/01, 2025 - 12:05

Mês: Dezembro/2024

Período: 1 - 31

Extrato

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
	000000	SALDO ANTERIOR	0,00	0,00
11/12/2024	236830	RSC FUNDO	2.854,11 C	2.854,11 C
11/12/2024	758139	PG PREFEIT	49,34 D	2.804,77 C
11/12/2024	758145	PG PREFEIT	123,34 D	2.681,43 C
11/12/2024	758154	PG PREFEIT	1.915,31 D	766,12 C
11/12/2024	758158	PG PREFEIT	766,12 D	0,00 C
18/12/2024	724977	RSC FUNDO	2.242,52 C	2.242,52 C
18/12/2024	181301	TEV MESM T	2.242,52 D	0,00 C
30/12/2024	397234	RSC FUNDO	166.423,62 C	166.423,62 C
30/12/2024	301520	ENVIO TEV	166.423,62 D	0,00 C

SAC CAIXA: 0800 726 0101

Pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

Ata CAIXA: 0800 104 0104

Afonsu H


Extrato Fundo de Investimento
 Para simples verificação

Nome da Agência GOVERNO CENTRO GAUCHO, RS	Código 2644	Operação 54-3	Emissão 21/01/2025
Função CAIXA FIC TRANSF VOLUNTÁRIAS POLIS	CNPJ do Fundo 13.740.552/0001-90	Início das Atividades do Fundo 15/02/2012	

Rentabilidade do Fundo

No Mês(%) 0,7297	No Ano(%) 8,3434	Nos Últimos 12 Meses(%) 8,3434	Cota em: 29/11/2024 2,09378300	Cota em: 31/12/2024 2,10906200
---------------------	---------------------	-----------------------------------	-----------------------------------	-----------------------------------

Administradora

Nome Caixa Econômica Federal	Endereço Av. Paulista nº 2.300, 11º andar, Bela Vista, São Paulo/SP - CEP 01310-300	CNPJ da Administradora 00.360.305/0001-04
---------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------

Cliente

Nome PM URLGUAIANA EMENDAS 2023	CPF/CNPJ 88.31.164/0001-37	Conta Corrente 0006.00000067-2028-9	Mês/Ano 12/2024	Folha 01/01
Análise do Perfil do Investidor		Data da Avaliação		

Resumo da Movimentação

Histórico	Valor em R\$	Qtde de Cotas
Saldo Anterior	1.614.089,13C	770.896,088695
Aplicações	0,00	0,000000
Resgates	-71.520,25D	81.363,396375
Rendimento Bruto no Mês	11.698,31C	
IRRF	0,00	
IOF	0,00	
Taxa de Saída	0,00	
Saldo Bruto*	1.454.267,19C	689.532,692319
Resgate Bruto em Trânsito*	0,00	

*) Valor sujeito à tributação, conforme legislação em vigor

Movimentação Detalhada

Data	Histórico	Valor R\$	Qtde de Cotas
1 / 12	RESGATE	2.854,11D	1.359,562869
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	
8 / 12	RESGATE	2.242,52D	1.066,368637
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	
30 / 12	RESGATE	166.423,62D	78.937,464888
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	

300.000

Dados de Tributação**Rendimento Base****IRRF**

0,00

0,00

Informações ao Cotista

Consulte seu extrato de fundos exclusivamente pelo Internet Banking CAIXA, de forma prática e segura, e beneficie-se de todas as vantagens que os serviços on-line lhe proporcionam. Fale com seu Gerente para solicitar a inibição do envio mensal do seu extrato pelos Correios. Além de reduzir suas despesas com impressão e postagem dos extratos, você contribui para preservação do meio-ambiente!

Prezado(a) Cotista, compareça à sua agência de relacionamento e cadastre ou atualize seu endereço de e-mail.

Serviço de Atendimento ao Cotista

SAC: 0800 - 725 0101	Endereço para Correspondência: Av. Paulista nº 2.300, 11º andar, Bela Vista, São Paulo/SP - CEP 01310-300
Cuidador: 0800 725 7474	Endereço Eletrônico: https://www1.caixa.gov.br/atendimento/telefones_da_caixa.asp
Acesse o site da CAIXA: www.caixa.gov.br	

CAIXA

SIHEX
Sistema de Histórico de Extrações

Data: 21/01/2025

Página: 1 de 1

Cliente: PAF URUGUAIANA OGU 899462 de MCID
 Agência: 244 - GOVERNO CENTRO GALCHO RS
 Período de solicitação do Extrato: 01/2024 a 12/2024

CPF/CNPJ:

Operação: 013 - Poupança Pessoa Física

Conta: 00347073 - 7

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
SALDO ANTERIOR				344.905,39 C
18/12/2024	990210	REM BASICA	257,30 C	
18/12/2024	990210	CRED JUROS	1.725,81 C	346.688,50 C

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
Conta sem movimentação no mês (12/24) ou carga não processada.				

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
SALDO ANTERIOR				346.688,50 C
18/02/2024	990210	REM BASICA	143,95 C	
18/02/2024	990210	CRED JUROS	1.735,16 C	348.767,62 C
29/12/2024	990891	DBPCV POUP	221.877,48 D	126.890,14 C

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
Divergência de saldo - pode haver lançamentos não registrados				
SALDO ANTERIOR				348.767,62 C
29/02/2024	990891	DBPCV POUP	221.877,48 D	126.890,14 C
18/03/2024	990210	REM BASICA	46,19 C	
18/03/2024	990210	CRED JUROS	534,68 C	127.571,01 C
25/03/2024	990891	DBPCV POUP	9.040,40 D	118.530,61 C

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
Divergência de saldo - pode haver lançamentos não registrados				
SALDO ANTERIOR				127.571,01 C
24/03/2024	990891	DBPCV POUP	9.040,40 D	118.530,61 C
18/04/2024	990210	REM BASICA	120,55 C	
18/04/2024	990210	CRED JUROS	593,26 C	119.244,42 C

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
SALDO ANTERIOR				119.244,42 C
18/05/2024	990210	REM BASICA	80,13 C	
18/05/2024	990210	CRED JUROS	596,62 C	119.921,17 C

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
SALDO ANTERIOR				119.921,17 C
18/06/2024	990210	REM BASICA	45,81 C	
18/06/2024	990210	CRED JUROS	599,83 C	120.566,81 C

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
SALDO ANTERIOR				120.566,81 C
18/07/2024	990210	REM BASICA	110,92 C	
18/07/2024	990210	CRED JUROS	603,39 C	121.281,12 C

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
SALDO ANTERIOR				121.281,12 C
16/08/2024	990891	DBPCV POUP	95.189,30 D	25.091,82 C
18/08/2024	990210	REM BASICA	17,79 C	
18/08/2024	990210	CRED JUROS	125,55 C	25.235,16 C
21/08/2024	990891	DBPCV POUP	3.763,34 D	21.471,82 C

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
Divergência de saldo - pode haver lançamentos não registrados				
SALDO ANTERIOR				25.235,16 C
21/08/2024	990891	DBPCV POUP	3.763,34 D	21.471,82 C
18/09/2024	990210	REM BASICA	15,24 C	
18/09/2024	990210	CRED JUROS	107,44 C	21.594,50 C
19/09/2024	990891	DBPCV POUP	21.594,50 D	0,00 D

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
Divergência de saldo - pode haver lançamentos não registrados				
SALDO ANTERIOR				21.594,50 C
19/09/2024	990891	DBPCV POUP	21.594,50 D	0,00 D

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
Conta sem movimentação no mês (11/24) ou carga não processada.				

CAIXA

SIHEX
Sistema de Histórico de Extratos

Data: 21/01/2025

Página: 1 de 1

Cliente: IM URUGUAIANA OGU899462 20 MCID
 Agência: 2844 - GOVERNO CENTRO GAUCHO, RS
 Período de solicitação do Extrato: 01/2024 à 12/2024

CPF/CNPJ: 88.131.16-7/0001-07
 Operação: 096 - Entidades Públicas

Conta: 88347073 - 7

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
Conta sem movimentação no mês (01/24) ou carga não processada				

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
SALDO ANTERIOR				0,00 D
01/02/2024	990041	CRED TED	271.632,78 C	
01/02/2024	990051	APL AUTOM	271.632,78 D	0,00 D
29/02/2024	996373	DBPCV TV	256.784,26 D	
29/02/2024	996384	DBPCV TV	225.015,34 D	
29/02/2024	727220	RESG AUTOM	273.922,12 C	
29/02/2024	990891	CRPCV POUP	221.877,48 C	0,00 D

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
SALDO ANTERIOR				0,00 D
26/03/2024	926682	DBPCV TV	1.113,55 D	
26/03/2024	926683	DBPCV TV	1.262,97 D	
26/03/2024	926684	DBPCV TV	3.070,33 D	
26/03/2024	926685	DBPCV TV	3.585,55 D	
26/03/2024	990891	CRPCV POUP	9.040,40 C	0,00 D

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
Conta sem movimentação no mês (01/24) ou carga não processada.				

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
Conta sem movimentação no mês (05/24) ou carga não processada.				

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
Conta sem movimentação no mês (05/24) ou carga não processada.				

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
SALDO ANTERIOR				0,00 D
05/07/2024	051332	CRED TED	117.691,61 C	
05/07/2024	996331	APL AUTOM	117.691,61 D	0,00 D

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
SALDO ANTERIOR				0,00 D
16/08/2024	046181	DBPCV TV	59.304,33 D	
16/08/2024	046182	DBPCV TV	115.666,72 D	
16/08/2024	727220	RESG AUTOM	118.781,75 C	
16/08/2024	990891	CRPCV POUP	56.189,30 C	0,00 D
21/08/2024	048427	DBPCV TV	471,37 D	
21/08/2024	048428	DBPCV TV	404,69 D	
21/08/2024	048429	DBPCV TV	1.553,53 D	
21/08/2024	048430	DBPCV TV	333,76 D	
21/08/2024	990891	CRPCV POUP	3.762,34 C	0,00 D

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
SALDO ANTERIOR				0,00 D
19/09/2024	000500	CRPCV POUP	21.594,50 C	21.594,50 D

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
Conta sem movimentação no mês (10/24) ou carga não processada.				

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
SALDO ANTERIOR				21.594,50 D
27/11/2024	212890	DBPCV TED	21.594,50 D	0,00 D

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
Conta sem movimentação no mês (12/24) ou carga não processada.				

**GERENCIADOR
CAIXA****Extrato por período**

Cliente: MUNICÍPIO DE URUGUAIAN

Conta: 2844 C05 | 00647133-5

Data: 31/01, 2025 - 11.53

Mês: Dezembro/2024

Período: 1 - 31

ALCIDES TREINI

**Extrato**

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
	003300	SALDO ANTERIOR	0,00	0,00 C

SAC CAIXA: 0800 726 0101

Pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

Alô CAIXA: 0800 104 0104


Extrato Fundo de Investimento
 Para simples verificação

Nome da Agência GOVERNO CENTRO GAUCHO, RS	Código 2844	Operação 5-13	Emissão 31/01/2025
Fundo CAIXA FIC TRANSF VOLUNTÁRIAS POLIS	CNPJ do Fundo 10.740.552/0001-90	Início das Atividades do Fundo 15/11/2012	

Rentabilidade do Fundo

No Mês(%)	No Ano(%)	Nos Últimos 12 Meses(%)	Cota em: 29/11/2024	Cota em: 31/12/2024
0,7297	3,3434	8,3434	2,09378300	2,10906200

Administradora

Nome Caixa Econômica Federal	Endereço Av. Paulista nº 2.300, 1º andar, Bela Vista, São Paulo/SP - CEP 01310-300	CNPJ da Administradora 00.360.305/0001-04
---------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------

Cliente

Nome MUNICÍPIO DE URUGUAIAN	CPF/CNPJ 83.131.164/0001-07	Ccna Corrente 0006.000000647133-5	Mês/Ano 12/2024	Folha 01/01
Análise do Perfil do Investidor		Data da Avaliação		

Resumo da Movimentação

Histórico	Valor em R\$	Qtde de Cotas
Saldo Anterior	385.843,99C	184.280,793845
Aplicações	0,00	0,000000
Resgates	0,00	0,000000
Rendimento Bruto no Mês	2.815,63C	
IRRF	0,00	
ICF	0,00	
Taxa de Saída	0,00	
Saldo Bruto*	388.659,62C	184.280,793845
Resgate Bruto em Trânsito*	0,00	

(*) Valor sujeito à tributação, conforme legislação em vigor

Movimentação Detalhada

Data	Histórico	Valor R\$	Qtde de Cotas
------	-----------	-----------	---------------

Dados de Tributação

Rendimento Base	IRRF
0,00	0,00

Informações ao Cotista

Consulte seu extrato de fundos exclusivamente pelo Internet Banking CAIXA, de forma prática e segura, e beneficie-se de todas as vantagens que os serviços on-line lhe proporcionam. Fale com seu Gerente para solicitar a inibição do envio mensal do seu extrato pelos Correios. Além de reduzir suas despesas com impressão e postagem dos extratos, você contribui para preservação do meio-ambiente!

Prezado(a) Cotista, compareça à sua agência de relacionamento e cadastre ou atualize seu endereço de e-mail.

Serviço de Atendimento ao Cotista

SAC: 0800 - 725 0101	Endereço para Correspondência: Av. Paulista nº 2.300, 1º andar, Bela Vista, São Paulo/SP - CEP 01310-300
Ouvidoria: 0800 725 7474	Endereço Eletrônico: https://www.caixa.gov.br/atendimento/telefones_da_caixa.asp
Acesse o site da CAIXA: www.caixa.gov.br	

IMPRIMIR

RETORNAR

FECHAR



FINISA.

Extrato Mensal de Fundos de Investimento

Dezembro/2024

Data de emissão: 31/01/2025

Administradora
Caixa Econômica Federal

Endereço
SBS - Quadra 4 - Lotes 3/4 Brasília - DF

CNPJ da Administradora
00.360.305/0001-04

Investidor
MUNICIPIO DE URUGUAIANA

CPF/CNPJ
88.137.164/0001-07

Resumo da Movimentação

Dados da Tributação

Saldo Bruto Anterior	951.323,14C	Tipo de fundo:	Renda Fixa (6800)	Renda Variável (6813)
Aplicações	3.960.000,00C	Rend. Base Trib.	0,00	0,00
Resgates	2.513.168,20D	IR	0,00	0,00
Resgate em Trânsito	0,00	IOF	0,00	0,00
Eventos	0,00			
Taxa operacional	0,00			
Saldo Bruto Atual	2.408.147,96C			
Rendimento Bruto no Mês	9.993,02C			

Rentabilidade

	No Mês (%)	No Ano (%)	Cota em 29/11/2024	Cota em 31/12/2024
PRATICC	0,72	8,32	7,953632	8,011374

Movimentação por Fundo

Conta 2844.0006.000000030044-0	Aplicações	Resgates	Saldo Bruto	Rentab. Mês
PRATICC	3.960.000,00C	2.513.168,20D	2.408.147,96C	9.993,02C

Movimentação Detalhada

Conta 2844.0006.000000030044-0

Código	Fundo		CNPJ do Fundo
0055	CAIXA FIC PRATICO RENDA FIXA CURTO PRAZO		00.834.074/0001-23
Data	Histórico	Valor R\$	Qtde de Cotas
23/12	RESGATE	694.300,96D	86.819,732609
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	
24/12	APLICACAO	3.960.000,00C	494.996,782520
27/12	RESGATE	1.793.532,93D	224.031,154411
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	
30/12	RESGATE	25.334,31D	3.163,410221
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	



LUGGÉRIO.

Extrato por período

Cliente: MUNICÍPIO DE URUGUAIAN
Conta: 2844 CCS | 00647132-7
Data: 31/12/2025 - 11.58
Mês: Dezembro/2024
Período: 1 - 31

Extrato

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
	000000	SALDO ANTERIOR	0,00	0,00
17/12/2024	000001	CRED TED	481.104,00 C	481.104,00 C
17/12/2024	990001	APL AJTOM	481.104,00 D	0,00 C

SAC CAIXA: 0800 726 0101
Pessoas com deficiência aud: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
Atô CAIXA: 0800 104 0104


Extrato Fundo de Investimento
 Para simples verificação

Nome da Agência GOVERNO CENTRO GAUCHO, RS	Código 2844	Operação 5413	Emissão 31/01/2025
Fundo CAIXA FIC TRANSF VOLUNTÁRIAS POLIS	CNPJ do Fundo 07.740.552/0001-90	Início das Atividades do Fundo 5/10/2012	

Rentabilidade do Fundo

No Mês(%) 0,7297	No Ano(%) 8,3434	Nos Últimos 12 Meses(%) 8,3434	Cota em: 29/11/2024 2,09378300	Cota em: 31/12/2024 2,10906200
---------------------	---------------------	-----------------------------------	-----------------------------------	-----------------------------------

Administradora

Nome Caixa Econômica Federal	Endereço Av. Paulista nº 2.300, 11º andar, Bela Vista, São Paulo/SP - CEP 01310-300	CNPJ da Administradora 00.360.305/0001-04
---------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------

Cliente

Nome MUNICÍPIO DE URUGUAIAN	CPF/CNPJ 83.131.164/0001-07	Ccna Corrente 0005.000000647132-7	Mês/Ano 12/2024	Folha 01/01
Análise do Perfil do Investidor		Data da Avaliação		

Resumo da Movimentação

Histórico	Valor em R\$	Qtde de Cotas
Saldo Anterior	0,00	0,000000
Aplicações	481.104,00C	228.858,476160
Resgates	0,00	0,000000
Rendimento Bruto no Mês	1.572,72C	
IRRF	0,00	
IOF	0,00	
Taxa de Saída	0,00	
Saldo Bruto*	482.676,72C	228.858,476160
Resgate Bruto em Trânsito*	0,00	

(*) Valor sujeito à tributação, conforme legislação em vigor

Movimentação Detalhada

Data	Histórico	Valor R\$	Qtde de Cotas
17 / 12	APLICACAC	481.104,00C	228.858,476160

Dados de Tributação

Rendimento Base	IRRF
0,00	0,00

Informações ao Cotista

Consulte seu extrato de fundos exclusivamente pelo Internet Banking CAIXA, de forma prática e segura, e beneficie-se de todas as vantagens que os serviços on-line lhe proporcionam. Fale com seu Gerente para solicitar a inibição do envio mensal do seu extrato pelos Correios. Além de reduzir suas despesas com impressão e postagem dos extratos, você contribui para preservação do meio-ambiente!

Prezado(a) Cotista, compareça à sua agência de relacionamento e cadastre ou atualize seu endereço de e-mail.

Serviço de Atendimento ao Cotista

SAC: 0800 - 725 0101	Endereço para Correspondência: Av. Paulista nº 2.300, 11º andar, Bela Vista, São Paulo/SP - CEP 01310-300
Curiosidade: 0800 725 7474	Endereço Eletrônico: https://www1.caixa.gov.br/atendimento/telefones_da_caixa.asp
Acesse o site da CAIXA: www.caixa.gov.br	

IMPRIMIR

RETORNAR

FECHAR


Extrato Fundo de Investimento
 Para simples verificação

Nome da Agência GOVERNO CENTR0 GAUCHO, RS	Código 2844	Operação 5413	Emissão 21/01/2025
----------------------------------------------	----------------	------------------	-----------------------

Fundo CAIXA FIC TRANSF CLUNTÁRIAS POLIS	CNPJ do Fundo 10.740.552/0001-9C	Início das Atividades do Fundo 15/10/2012
--------------------------------------------	-------------------------------------	----------------------------------------------

Rentabilidade do Fundo

No Mês(%)	No Ano(%)	Nos Últimos 12 Meses(%)	Cota em: 29/11/2024	Cota em: 31/12/2024
0,7297	8,3434	8,3434	2.09378300	2.10906200

Administradora

Nome Caixa Econômica Federal	Endereço Av. Paulista nº 2.300, 11º andar, Bela Vista, São Paulo/SP - CEP 01310-300	CNPJ da Administradora 00.360.305/0001-04
---------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------

Cliente

Nome P. URUGUAIANA E FUNDAS 2023	CPF/CNPJ 88.131.154/0001-07	Conta Corrente 0005.000000672028-9	Mês/Ano 12/2024	Folha 01/01
Análise do Perfil do Investidor		Data de Avaliação		

Resumo da Movimentação

Histórico	Valor em R\$	Qtd de Cotas
Saída Anterior	1.514.089,13C	770.896,088695
Aplicações	0,00	0,000000
Resgates	171.520,25D	81.363,396375
Rendimento Bruto no Mês	11.698,31C	
IRRF	0,00	
IOF	0,00	
Taxa de Saída	0,00	
Saída Bruta*	1.454.267,19C	688.532,692319
Resgate Bruto em Trânsito*	0,00	

(*) Valor sujeito à tributação conforme legislação em vigor

Movimentação Detalhada

Data	Histórico	Valor R\$	Qtd de Cotas
11/12	RESGATE	2.354,11D	1.359,562869
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	
18/12	RESGATE	2.242,52D	1.066,368637
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	
30/12	RESGATE	166.423,62D	78.937,464868
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	

Dados de Tributação**Rendimento Base****IRRF**

0,00

0,00

Informações ao Cotista

Consulte seu extrato de fundos exclusivamente pelo Internet Banking CAIXA, de forma prática e segura, e beneficie-se de todas as vantagens que os serviços on-line lhe proporcionam. Fale com seu Gerente para solicitar a inibição do envio mensal do seu extrato pelos Correios. Além de reduzir suas despesas com impressão e postagem dos extratos, você contribui para preservação do meio-ambiente!

Prezado(a) Cotista, compareça à sua agência de relacionamento e cadastre ou atualize seu endereço de e-mail.

Serviço de Atendimento ao Cotista

SAC:	Endereço para Correspondência:
0800 - 726 0101	Av. Paulista nº 2.300, 11º andar, Bela Vista, São Paulo/SP - CEP 01310-300
Ouvidoria:	Endereço Eletrônico:
0800 726 7474	https://www1.caixa.gov.br/atendimento/telefonos_da_caixa.asp
Acesse o site da CAIXA: www.caixa.gov.br	

IMPRIMIR

RETORNAR

FECHAR

BANRISUL AUTOMATICO FI RENDA FIXA CURTO PRAZO
CNPJ 01.353.260/0001-03ADMINISTRADOR
BANRISUL S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIARIOS E CAMBIO
93.026.847/0001-26

REFERENCIA: FEV/2025

RENTABILIDADE DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM %
NO MES: 0,03 NO ANO: 0,85 ULTIMOS 12 MESES: 7,98NOME CLIENTE AGENCIA CONTA CORRENTE CODIGO CPF/CNPJ
MUNICIPIO DE URUGUAIANA 0430 04.165607.0-8 7910758.1 88.131.164.0001/07

DATA	HISTORICO	EM COTAS	EM R\$	VALOR DA COTA
31/01/2025	SALDO ANTERIOR	103.412,31927	378.893,43	3,66391
03/02/2025	SALDO ATUAL	103.412,31927	379.039,24	3,66532

APLICACOES:	0,00
RESGATES:	0,00
RENDIMENTO DO MES DE COMPETENCIA:	145,81
BASE DE CALCULO PARA IR:	0,00
IR RETIDO:	0,00
IOF RETIDO:	0,00

SAC: 0800 6461515 OUVIDORIA: 0800 6442200

Toda transação está sujeita à análise de fraude, podendo levar alguns minutos até ser efetivada ou, eventualmente, ser cancelada pelo Banrisul. Mantenha seus contatos atualizados.

BANRISUL AUTOMATICO FI RENDA FIXA CURTO PRAZO
CNPJ 01.353.260/0001-03

ADMINISTRADOR
BANRISUL S.A CORRETORA DE VALORES MOBILIARIOS E CAMBIO
93.026.847,CC01-26

REFERENCIA: DEZ/2024

RENTABILIDADE DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM %
NO MES: 0,75 NO ANO: 8,60 ULTIMOS 12 MESES: 8,60

NOME CLIENTE AGENCIA CONTA CORRENTE CODIGO CPF/CNPJ
MUNICIPAL DE URUGUAIANA 0430 04.165607.0-8 7910753.1 88.131.164.0001/07

DATA	HISTORICO	EM COTAS	EM R\$	VALOR DA COTA
29/11/2024	SALDO ANTERIOR	103 412,31927	373.020,54	3,60712
31/12/2024	SALDO ATUAL	103 412,31927	375.825,18	3,63424

APLICACOES:	0,00
RESGATES:	0,00
RENDIMENTO DO MES DE COMPETENCIA:	2.804,54
BASE DE CALCULO PARA IR:	0,00
IR RETIDO:	0,00
ICF RETIDO:	0,00

SAC: 0800 6461515 OUVIDORIA: 0800 6442200

Toda transação está sujeita à análise de fraude, podendo levar alguns minutos até ser efetivada ou, eventualmente, ser cancelada pelo Banrisul. Mantenha seus contatos atualizados.

E A M R I S U L
 AGENCIA: 0430 - URUGUAIANA
 COMTA...: 04.165607.0-8
 NOME...: MUNICIPIO DE URUGUAIANA
 IDENTIFICACAO: 31202412310971647432

PARA SIMPLES CONFERENCIA	
SALDO DISPONIVEL (A+B) . . . R\$	375.664,89
INVEST RESGATE AUT	
(A) SALDO LIVRE..... R\$	375.664,89
SALDO INICIAL E MOVIMENTOS DO DIA	
(B) TOTAL..... R\$	0,00

PREZADO CLIENTE: O BAIKISUL INFORMA QUE OS JUROS DE SUA CONTA CORRENTE SERAO DEBITADOS NO ULTIMO DIA UTIL DO MES.

INVESTIMENTOS BANRISUL	
BANRISUL AUTOMÁTICO RF	POSICAO EM 31/12/2024
VALOR DA COTA....	3,63424
QUANTIDADE DE COTAS	103.412,31927
VALOR LIO. P/RESGATE	375.825,18

-----+-----	
CIA HISTORICO	DOCUMENTO VALCR
-----+-----	
MOVIMENTOS DA CONTA CORRENTE	
-----+-----	
SALDO ANT EM 24/05/2024	0,00

SEM LANÇAMENTOS NESTE PERÍODO

----- EXTRA TO EMITIDO AS 09:23 DE 31/12/2024 -----

SAC 0800 646 1515
OUVIDORIA 0800 644 2230

BANRISUL

04/02/2025

AGENCIA: 0430 - URUGUAIANA

CONTA.: 04.165607 0-8

NOME.: MUNICIPIO DE URUGUAIANA

IDENTIFICACAO: 04202502041004860996

PARA SIMPLES CONFERENCIA		
SALDO DISPONIVEL (A+B)...	R\$	379.039,24
INVEST RESGATE AUT		
(A) SALDO LIVRE.	R\$	379.039,24
SALDO INICIAL E MOVIMENTOS DO DIA		
(B) TOTAL.....	R\$	0,00

PREZADO CLIENTE: O BANRISUL INFORMA QUE OS JUROS DE SUA CONTA CORRENTE SERAO DEBITADOS NO ULTIMO DIA UTIL DO MES.

INVESTIMENTOS BANRISUL		
BANRISUL AUTOMÁTICO RF	POSICAO EM 04/02/2025	
VALOR DA COTA....	3,66688	
QUANTIDADE DE COTAS	103.422,31927	
VALOR LIQ. P/RESGATE	379.200,56	

DIA HISTORICO	DOCUMENTO	VALOR
MOVIMENTOS DA CONTA CORRENTE		
SALDO ANT EM 24/06/2024		0,00

SEM LANÇAMENTOS NESTE PERÍODO

EXTRATO EMITIDO AS 10:04 DE 04/02/2025		
SAC 0200 646 1515		
OUVIDORIA 0800 644 2200		



23250000 007353



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E METROPOLITANO

mil novecentos e quarenta e oito reais e setenta e nove centavos), composto pelos recursos financeiros repassados pelo CONCEDENTE nos moldes da Cláusula Quarta e a contrapartida financeira alocada pelo CONVENIENTE nos moldes da Cláusula Quinta.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

O objeto deste Convênio será executado de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pelas partes e com as cláusulas deste instrumento e será acompanhado e fiscalizado pelo CONCEDENTE, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (SEDUR), de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e sua plena e tempestiva execução.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros correrão a conta do seguinte recurso orçamentário, com empenho gravado sob o nº 2300768615, datado de 31 de dezembro de 2023.

Unidade Orçamentária: 23.01

Projeto/Atividade: 3074

Subtítulo: 00001

Natureza da Despesa: 4.4.40.42

Rubrica: 4201

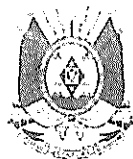
Valor: R\$1.200.000,00

CLÁUSULA QUARTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para consecução do objeto o CONCEDENTE repassará ao CONVENIENTE o valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), o qual será liberado da seguinte forma:

I - Primeiro Repasse, correspondente a 30% (trinta por cento) do valor total, em até 30 (trinta) dias contados da assinatura do presente instrumento;

II - Segundo Repasse, correspondente a 30% (trinta por cento) do valor total, em até 30 (trinta) dias contados a partir da comunicação de que trata o § 2º desta cláusula;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E METROPOLITANO**

III - Terceiro Repasse, correspondente aos 40% (quarenta por cento) restantes do valor total, em até 30 (trinta) dias contados a partir da apresentação de relatório de acompanhamento de obra comprovando a conclusão de, no mínimo, 70% (setenta por cento) do objeto convênioado

§ 1º O CONVENIENTE deverá apresentar ao CONCEDENTE, no prazo de 30 (trinta) dias contados do repasse da primeira parcela, relatório preliminar acerca da abertura do procedimento licitatório ou de procedimento para contratação direta dos serviços necessários à consecução do objeto do presente Convênio, devendo informar sobre o andamento do procedimento de contratação através de novos relatórios, a serem enviados, respectivamente, nos prazos de 60 (sessenta), 90 (noventa) e 120 (cento e vinte) dias contados do repasse da primeira parcela.

§ 2º O CONVENIENTE deverá comunicar ao CONCEDENTE no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados do repasse da primeira parcela, o início das obras, prazo este prorrogável, a critério do CONCEDENTE, mediante apresentação, no mesmo prazo inicial, de justificativa pelo CONVENIENTE a respeito da impossibilidade de contratação

§ 3º Os recursos financeiros serão depositados e geridos em conta específica da agência do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, conta esta vinculada e identificada pelo número e nome do presente convênio a qual será movimentada pelo CONVENIENTE exclusivamente para fins deste convênio, visando ao pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho ou para aplicação financeira.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRAPARTIDA

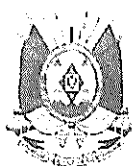
O CONVENIENTE deverá alocar, conforme determinado no Plano de Trabalho aprovado, a contrapartida financeira no valor de R\$ 403.946,79 (quatrocentos e três mil, novecentos e quarenta e oito reais e setenta e nove centavos) devendo depositar e gerir o valor na conta bancária específica do convênio em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

Para a consecução do objeto previsto na Cláusula Primeira do presente instrumento o CONCEDENTE deve realizar as seguintes obrigações:

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E METROPOLITANO**

1. Acompanhar e fiscalizar, na forma prevista na legislação, a execução do objeto deste convênio, com a prerrogativa de orientar e administrar os atos cujos desvios tenham ocasionado prejuízos aos objetivos e metas estabelecidas;
2. Transferir os recursos financeiros previstos para a execução deste convênio para conta bancária específica de acordo com o estabelecido na Cláusula Quarta;
3. Exigir as prestações de contas na forma e nos prazos fixados neste instrumento e na legislação em vigor, a imediata apresentação dos documentos comprobatórios da execução do convênio ou a devolução dos valores transferidos, devidamente atualizados, sem prejuízo de instauração de tomada de contas especial, se houver dano ao erário;
4. Analisar e emitir, tempestivamente, parecer sobre a regularidade das contas e da execução do convênio;
5. Receber o objeto do convênio, quando concluído, nos termos avençados, atestando sua efetiva execução;
6. No caso de inatendimento ou de paralisação parcial ou total injustificadas, assumir o controle, inclusive dos bens e materiais, bem como a execução do convênio, podendo transferir a execução, total ou parcialmente e sob sua inteira responsabilidade, a terceiro em atendimento a legislação vigente e inócua e sem prejuízo das providências legais cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

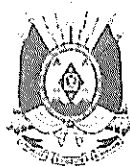
Para a consecução do objeto previsto na Cláusula Primeira do presente instrumento, o CONVENIENTE deve realizar as seguintes obrigações:

1. Executar fielmente o objeto pactuado, conforme estabelecido no Plano de Trabalho aprovado pelo CONCEDENTE, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste convênio, inclusive utilizando os recursos estaduais recebidos em conformidade com os custos previstos para as fases ou etapas constantes no projeto;
2. Manter e movimentar os recursos financeiros recebidos na conta bancária específica, aplicando-os exclusivamente no objeto do presente convênio;
3. Aplicar os saídos do convênio, enquanto não utilizados, em modalidade de aplicação financeira lastreada em títulos da dívida pública;
4. Aplicar os rendimentos da aplicação financeira referida na alínea anterior exclusivamente no objeto do convênio, destacando-os no relatório e demonstrativos da prestação de contas, vedado o uso para ampliação ou acréscimo de metas ao Plano de Trabalho pactuado;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E METROPOLITANO**

5. Contribuir com a contrapartida pactuada;
6. Contratar os serviços necessários à consecução do objeto pactuado no presente Convênio, em conformidade com a legislação vigente;
7. Designar mediante Portaria servidor e respectivo suplente responsável pelo acompanhamento, registro e fiscalização dos contratos com terceiros para a execução do objeto do convênio, responsabilizando-se pelos recebimentos provisórios e definitivos;
8. Notificar, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias após a liberação da primeira parcela o respectivo conselho local ou a instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência quando houver, e a Câmara Municipal, para fins de acompanhamento, fiscalização e avaliação das ações pactuadas, a qual deverá ser acompanhada, impreterivelmente, de cópia do Plano de Trabalho assinado;
9. Atestar, na face do documento original comprovatório da despesa, o recebimento dos materiais adquiridos ou da prestação de serviços;
10. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais, comerciais, trabalhistas e previdenciários, ou outros de qualquer natureza, resultantes da execução do convênio;
11. Concluir o objeto conveniado, se os recursos previstos no convênio forem insuficientes para a sua conclusão, sob pena de ressarcimento do prejuízo causado aos cofres públicos;
12. Apresentar Relatório de Acompanhamento de Obra, demonstrando a conclusão de 70% (setenta por cento) do objeto conveniado, observadas as disposições do presente instrumento, como condição para liberação do último repasse;
13. Apresentar, ao final da obra, Prestação de Contas Final dos recursos recebidos, observadas as disposições deste instrumento;
14. Devolver os saldos do convênio e dos rendimentos das aplicações financeiras, por ocasião da prestação de contas ou da extinção do convênio, que não tiverem sido aplicados no objeto ou cuja regularidade de sua aplicação não restar comprovada, observada a proporcionalidade entre a contrapartida pactuada e o valor repassado pelo CONCEDENTE, conforme guia de arrecadação de código 547 (Restituição de convênios e auxílios);
15. Devolver os valores transferidos, atualizados monetariamente, desde a data do recebimento, de acordo com a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC - para títulos federais, acumulada mensalmente, até o mês anterior ao do pagamento, e 1% (um por cento) no mês do pagamento sem prejuízo das ações legais cabíveis, acrescidos dos rendimentos das aplicações financeiras, no caso da extinção antecipada do convênio;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E METROPOLITANO**

16. Divulgar em seu sítio eletrônico, em local de fácil acesso, as informações referentes a valores devidos, identificando o número do convênio e o nome do conveniente, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;

17. Garantir o livre acesso dos servidores do CONCEDENTE, da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (CAGE) e do Tribunal de Contas do Estado aos processos, documentos, informações e locais de execução do objeto;

18. Comunicar, tempestivamente, os fatos que poderão ou estão a afetar a execução normal do convênio para permitir a adoção de providências imediatas pelo CONCEDENTE;

19. Manter as informações cadastrais atualizadas durante a vigência do convênio;

20. Instalar placa de identificação, visível e legível ao público, em que constem informações sobre o apoio financeiro estadual, conforme os padrões estabelecidos no Decreto Estadual nº 56.213/2021;

21. Designar responsável técnico e providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) relativa às obras ou aos serviços de engenharia, ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) para projetos, obras ou serviços técnicos de arquitetura e urbanismo; e

22. Identificar o produto da obra, em local visível aos usuários, conforme o padrão estabelecido pelo Estado do Rio Grande do Sul.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente instrumento será de **18 (dezoito) meses**, a contar da data da publicação da soma no Diário Oficial do Estado, prorrogável, mediante justificativa do CONVENIENTE, apresentada antes do final da vigência original e aprovada pelo CONCEDENTE.

Parágrafo único. A eficácia do presente convênio fica condicionada à publicação de sua soma no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

Este instrumento poderá ser alterado, por meio de termo aditivo, havendo concordância entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada, no mínimo, **60 (sessenta) dias** antes do término da sua vigência, vedada a alteração do objeto aprovado.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E METROPOLITANO**

Parágrafo único. O prazo de vigência poderá ser prorrogado por 12 (doze) meses, desde que haja manifestação favorável do órgão gestor a que se refere o parágrafo segundo da Clausula Décima Primeira, e que a **CONVENIENTE** apresente

- a. os motivos detalhados que justifiquem o atraso ocorrido na execução e o prazo de prorrogação solicitado;
- b. as ações que já foram realizadas para sanar os motivos apresentados como justificativa para o atraso;
- c. extrato da conta corrente bancária específica;
- d. descrição detalhada dos itens do Plano de Trabalho que já tenham sido executados, assim como daqueles que ainda o serão, contendo a porcentagem da execução do objeto e a porcentagem dos valores já realizados;
- e. comprovante da emissão e da data de entrega da notificação descrita na Clausula Setima;
- f. comprovante da publicação do instrumento convocatório de licitação no prazo estabelecido, bem como de sua prorrogação, se houver; e
- g. levantamento fotográfico da execução da obra.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS BENS REMANESCENTES

Os bens porventura adquiridos, produzidos, transformados, construídos, reformados ou ampliados com recursos oriundos deste Convênio e remanescentes na data de sua conclusão ou extinção serão de propriedade do **CONVENIENTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução do convênio será acompanhada e fiscalizada diretamente pelo **CONVENIENTE**, na forma prevista no Decreto Estadual nº 53.541, de 17 de maio de 2017, o qual deverá atuar de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena e tempestiva execução do objeto.

§ 1º O **CONCEDENTE** realizará o acompanhamento e a fiscalização na forma do artigo 5º do Decreto Estadual nº 53.541/2017, devendo o **CONVENIENTE** fornecer todos os documentos necessários para que os órgãos estaduais competentes possam verificar:



2326000007953



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E METROPOLITANO**

- a. a compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no Plano de Trabalho, e os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;
- b. a regularidade das informações registradas pelo município participante do convênio; e;
- c. o cumprimento das metas do Plano de Trabalho nas condições estabelecidas.

§ 2º A documentação referida no parágrafo anterior deverá ser encaminhada ao órgão gestor do programa pavimentação, conforme previsto no Decreto nº 55.951, de 21 de junho de 2021, que fará relatório circunstanciado a respeito da adequação da execução do projeto para análise dos órgãos estaduais competentes para o acompanhamento.

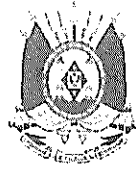
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE demonstrará a execução do objeto do presente convênio através de relatório de acompanhamento da obra comprovando a conclusão de 70% (setenta por cento) do objeto convenciado e no prazo de 30 (trinta) dias contados da conclusão do objeto do presente Convênio, que deverá se dar conforme o cronograma físico-financeiro previamente aprovado, da prestação de contas final.

§ 1º O Relatório de Acompanhamento de Obra deverá conter documentos suficientes para a comprovação da execução de 70% (setenta por cento) do objeto convenciado, podendo, para esse fim, utilizar-se de documentos técnicos, firmados por responsável técnico, levantamentos fotográficos, certidões de servidores públicos, fiscais do contrato indicando, sob as penas da lei, os itens da obra executados, em cotejo com o total convenciado, para o fim de atendimento do percentual mínimo para a entrega do relatório, Boletim de Medição ou outro meio hábil, a ser autorizado pelo CONCEDENTE.

§ 2º Além de eventuais complementações versando sobre os elementos previstos no artigo 35 da IN CAGE nº 06/2016 e não enumerados nesta cláusula, que poderão ser exigidas pelo CONCEDENTE, a Prestação de Contas Final deverá conter os seguintes documentos:

- a. Relatório de execução físico-financeira, evidenciando as etapas físicas e os valores correspondentes à conta de cada participante, ou quando se tratar de obra não concluída, Termo de Compatibilidade Físico-Financeira, que demonstre a situação física da obra em relação aos recursos repassados.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E METROPOLITANO**

b. Relatório da realização de objetivos e metas avençadas, acompanhado dos elementos necessários à comprovação do cumprimento do objeto do convênio, através da emissão de Termo de Conclusão da obra ou de recebimento definitivo, emitido pela equipe ou pelo órgão estadual competente;

c. Certidões de quitação dos encargos incidentes sobre a obra, na forma da legislação em vigor e o documento hábil expedido pelo Poder Público Municipal em relação à liberação da obra para uso e utilização, em observância aos fins autorizados, quando for o caso;

d. Fotografias dos bens adquiridos, produzidos ou construídos à conta do convênio;

e. Fotografias da certificação do produto da obra conforme o padrão estabelecido pelo Estado do Rio Grande do Sul

§ 3º Os documentos fiscais comprobatórios das despesas realizadas devem:

a. ser emitidos em nome do CONVENIENTE, com identificação do número e nome do respectivo convênio, do procedimento licitatório realizado, e do contrato firmado; e

b. conter ateste, efetuado por servidor competente devidamente identificado, do recebimento de materiais e/ou da prestação de serviços.

§ 4º Estarão sujeitas à glosa as despesas cujos documentos fiscais não atenderem ao disposto no Parágrafo Terceiro.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente convênio poderá ser denunciado por iniciativa das partes a qualquer tempo, mediante prévia e expressa comunicação, por escrito, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias e, independente deste prazo, rescindido de pleno direito no caso de infração a qualquer uma de suas cláusulas ou condições sem prejuízo do dever de ressarcimento decorrente do não adimplemento total ou parcial das obrigações ou da restituição dos recursos não utilizados ou, ainda que utilizados, que não tenham atingido a um objetivo útil, a luz da finalidade do acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

As controvérsias que ocorrerem durante a vigência deste instrumento serão solucionadas pelas áreas técnicas, indicadas pelos partícipes, e poderão ser objeto de autocomposição no Centro de Conciliação e Mediação do Estado nos termos da Lei nº 14.794/15 e da Resolução nº 112/16/PGE. Em não





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E METROPOLITANO**

sendo possível a autocomposição, eventual conflito decorrente do presente instrumento será dirimido judicialmente, elegendo as partes, para tanto, o foro da Comarca de Porto Alegre.

E, por estarem justos e acertados, os participantes lavram o presente Convênio em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo firmadas, seguindo-se as demais exigências e formalidades legais, para que produza os seus jurídicos efeitos.

Porto Alegre, 14 de Março de 2024.


CARLOS RAFAEL MALLMANN,

Secretário de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano.


RONNIE PETERSON COLPO MELLO

Prefeito de Uruguaiana

TESTEMUNHAS:

1) Assinatura 

Nome: PIETRO DALLA VALENTINA

CPF: 849.451.500-44

2) Assinatura 

Nome: Gabrielle Barros dos Santos

CPF: 017.091.770-39